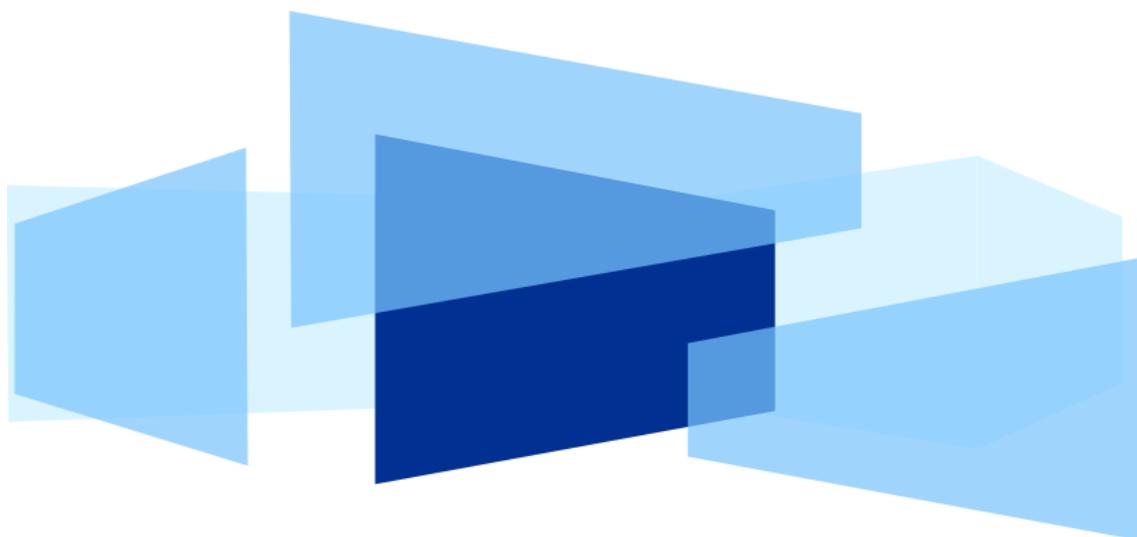




Faculdade
Cidade de João Pinheiro

**PROJETO PEDAGÓGICO DO C. S. T.
EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO
DE SISTEMAS - EaD**



JOÃO PINHEIRO/MG, 2024.

SUMÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
A. APRESENTAÇÃO	8
1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL	10
1.1. Breve Histórico da Instituição de Ensino	10
1.2. Missão e Visão	17
1.3. Contexto Educacional e Justificativa de Implantação do Curso	18
1.4. Aspectos Históricos e Dados Gerais do Município de João Pinheiro	27
2. Organização Didático Pedagógica	35
2.1. Políticas Educacionais no Âmbito do Curso	35
2.1.1. Política Institucional de Ensino	37
2.1.2. Política de Educação Ambiental da Instituição	38
2.1.3. Inserção dos Direitos Humanos no Ensino Superior	40
2.1.4. Política Afrodescendente e Indígena	43
2.1.5. Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	43
2.1.6. Política de Iniciação Científica	44
2.1.7. O NIPE – Núcleo de incentivo: projetos, pesquisa e extensão e internacionalização	45
2.1.8. Política de Internacionalização	49
2.1.9. Política de Acessibilidade e Inclusão Social	50
2.1.10. Política Institucional para a Modalidade EaD	52
2.2. Objetivos do Curso	55
2.3. Perfil Profissional do Egresso	56
2.4. Estrutura Curricular	57
2.5. Conteúdos Curriculares	60
2.6. Metodologia	65
2.7. Estágio Curricular Supervisionado	71
2.8. Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica	71
2.9. Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática	71
2.10. Atividades Curriculares Complementares	72

2.11. Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	77
2.12. Apoio ao Discente	77
2.13. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa	83
2.14. Atividades de Tutoria	85
2.15. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria	88
2.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino-Aprendizagem	89
2.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem	93
2.18. Material Didático	94
2.19. Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem	99
2.20. Número de Vagas	106
2.21. Integração com as Redes Públicas de Ensino	107
2.22. Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS)	107
2.23. Atividades Práticas de Ensino para Áreas da Saúde	107
2.24. Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas	107
3. Corpo Docente e Tutorial	108
3.1. Núcleo Docente Estruturante	108
3.2. Equipe Multidisciplinar	110
3.3. Atuação do Coordenador	111
3.4. Regime de Trabalho do(a) Coordenador(a) de Curso	114
3.5. Corpo Docente: Titulação	118
3.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso	120
3.7. Experiência Profissional do Docente	121
3.8. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica	121
3.9. Experiência no Exercício da Docência Superior	121
3.10. Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância	123
3.11. Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância ...	124
3.12. Atuação do Colegiado de Curso ou Equivalente	125
3.13. Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso	128

3.14. Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância.....	128
3.15. Interação Entre Tutores, Docentes e Coordenadores de Curso a Distância.....	129
3.16. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica	130
4. Infraestrutura	130
4.1. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral	130
4.2. Espaço de Trabalho para o Coordenador.....	131
4.3. Sala Coletiva de Professores.....	132
4.4. Salas de Aula	132
4.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática.....	133
4.6. Bibliografia Básica por Unidade Curricular.....	135
4.7. Bibliografia Complementar por Unidade Curricular	136
4.7.1. Biblioteca FCJP	137
4.7.2. Periódicos Especializados	137
4.7.3. Bases de Dados Assinadas.....	139
4.7.4. Base de Dados de Livre Acesso	139
4.7.5. Informatização.....	139
4.7.6. Sistema SolisGE.....	139
4.7.7. Treinamentos.....	140
4.7.8. Programa de Atendimento a Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.....	140
4.7.9. Serviços	141
4.7.10. Periódicos Especializados, Indexados e Correntes.....	141
4.8. Laboratórios Didáticos de Formação Básica	141
Normas de Utilização dos Laboratórios de Informática da FCJP	144
4.9. Laboratórios Didáticos de Formação Específica.....	148
4.10. Laboratórios de Ensino para a Área da Saúde	149
4.11. Laboratórios de Habilidades.....	149
4.12. Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniados..	150
4.13. Biotérios	150
4.14. Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático.....	150

4.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais.....	153
4.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	153
4.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA).....	153
4.18. Ambientes profissionais vinculados ao curso.....	153
ANEXO I.....	155
DOCENTES: CARACTERÍSTICAS	155
ANEXO II.....	156
Matriz Curricular do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas FCJP	156
ANEXO III.....	158
EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	158
ANEXO IV	186
Normativa Institucional de 06 de janeiro de 2021 - Trabalho Discente Efetivo.....	186
ANEXO V	199
Normativa Institucional de 11 de janeiro de 2021 - Atividades de Extensão	199
ANEXO VI.....	226
PLANO DE AÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA EXECUÇÃO DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA.....	226
ANEXO VII	232
SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	232
ANEXO VIII	235
REGULAMENTO INSTITUCIONAL DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	235
ANEXO IX	241
VALIDAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	241

FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

Mantida pela Associação Educação de João Pinheiro

REPRESENTANTE LEGAL DA MANTENEDORA

Prof. Dr. Paulo César Souza

ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL

Diretor Geral

Prof. Dr. Paulo César Souza

Coordenadora Acadêmica

Prof.^a Dr.^a Daniela Cristina Silva Borges

Secretária Acadêmica

Laisa Graciele Vieira Alves

Coordenador do C.S.T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - EaD

Prof. Me. Danilo Moreira Soares

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Unidade Acadêmica - Administrativo: **Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP**

Curso: **Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - EaD**

Tipo: **Graduação**

Grau: **Tecnólogo**

Modalidade: **A Distância**

Situação Legal: **Autorização (PORTARIA Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2019).**

Duração: **05 semestres (2,5 anos)**

Período mínimo para integralização: **05 semestres (2,5 anos)**

Período máximo para integralização: **07 semestres (3,5 anos)**

Número de vagas (anual): **600 vagas anuais**

Carga horária total: **2.000 horas**

Coordenador do Curso: **Prof. Me. Danilo Moreira Soares**

Local de funcionamento: **Avenida Zico Dornelas nº 380, Bairro Santa Cruz II em João Pinheiro - CEP: 38770-000.**

A. APRESENTAÇÃO

A Faculdade Cidade de João Pinheiro apresenta neste documento todas as características de funcionamento do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas ofertado na Faculdade Cidade de João Pinheiro, por meio do Projeto Pedagógico do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, trabalho desenvolvido por uma Comissão de docentes, composta por membros que compõem o Núcleo Docente Estruturante – NDE e a coordenação do referido curso. Trata-se, pois, de um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica pretendida para o curso e um posicionamento institucional frente ao contexto educacional e o desenvolvimento da área de conhecimento em pauta, amplamente discutido pela Instituição proponente.

Pretende-se aqui definir a identidade, a diferenciação e a originalidade do curso, bem como, sendo documento de reflexão, trazer-lhe perspectivas, prever possíveis mudanças, se necessárias, assim como, mecanismos de avaliação permanente a fim de manter a excelência na qualidade de ensino que sempre é buscada por toda a instituição e garantir que essa qualidade esteja refletida neste curso em específico.

O Projeto Pedagógico do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas foi elaborado levando-se em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI; a legislação vigente, especialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Cursos Superiores de Tecnologia, além do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, visando, portanto, a oferta de um curso que prima pela formação qualitativa desse profissional para atuar em diversos campos de abrangência.

O documento inicia-se com a descrição de um perfil da Instituição de Ensino que abriga o curso em questão e a inserção regional deste. Segue com a apresentação dos dados gerais do curso e sua organização pedagógica, incluindo as concepções teórico-metodológicas. Avança com a descrição do Corpo Docente que atua no Curso e do núcleo que desenvolveu a proposta.

Apresenta a infraestrutura de apoio geral oferecida pela Instituição e encerra-se com a descrição dos processos de avaliação que são utilizados para avaliar os alunos e o próprio curso.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

1.1. Breve Histórico da Instituição de Ensino

A Associação Educacional de João Pinheiro situada na Avenida Zico Dornelas nº 380, Bairro Santa Cruz II em João Pinheiro, foi cadastrada no CNPJ com o nº 03.289.019/0001-98 em 25/05/1999, com a descrição 399-9 Associação Privada. Seu Estatuto foi registrado com o nº R384 em 15/05/2001. A ata de criação da Associação Educacional de João Pinheiro foi registrada em cartório de registro civil das pessoas jurídicas da Comarca de João Pinheiro no protocolo A-1 nº 1.216 folhas 118 e averbado no livro A-1 P-Jurídica folha 2 sob o nº AV-04384 em 20/08/2002. O alvará de licença para localização e funcionamento nº000266. Número de controle 001026/2014 com validade até 31/12/2014.

A Associação Educacional de João Pinheiro, desde seu nascimento, é uma instituição voltada à educação Superior, pois na mesma data de sua fundação, em 1999, criou-se também a Faculdade Cidade de João Pinheiro, Instituição de Ensino Superior, dedicada à graduação, pós-graduação, iniciação científica, extensão, cursos sequenciais tanto na modalidade de ensino presencial quanto à distância. Os seus idealizadores são profissionais ligados à área do ensino, com experiência comprovada e com imbatível propósito de prover a cidade de João Pinheiro e sua região com a oferta de cursos superiores nas mais diversas áreas do ensino, com qualidade, eficiência e profissionalismo, adjetivos que são constantemente inseridos como marca desta instituição durante a sua existência.

A instituição tem endereço fixo em João Pinheiro, cidade localizada na porção Noroeste de Minas Gerais, é o maior município em área do Estado, com 10.717 km². Cidade aconchegante e com excelente estrutura, possui fácil acesso pela BR 040, responsável pela ligação entre Belo Horizonte/Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da

Ponte Firme e Varjão de Minas. A FCJP Localiza-se próxima a BR 040, o que facilita o seu acesso aos estudantes de outras cidades de todas as regiões.

As atividades desta instituição iniciaram-se em 2002 com a aprovação pelo DEPESES/SESU/MEC, Portaria nº 522, e 27/02/2002, publicada o diário oficial da União seção 1, página 12, em 28/02/2002, conforme segue:

“O Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelos Decretos nº 1.845, de 28/03/1996, e nº 3.860, de 09/06/2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 04/09/2001, e tendo em vista o Despacho no 243/2002, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.012827/1999-10, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Credenciar a instituição de ensino superior denominada Faculdade Cidade de João Pinheiro, a ser estabelecida na Avenida Zico Dornelas, nº 380, Bairro Santa Cruz, na cidade de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais, cuja mantenedora é a Associação Educacional de João Pinheiro, com sede na cidade de João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A instituição Associação Educacional de João Pinheiro deverá protocolizar neste Ministério o atendimento ao que estabelece o art. 25 do Decreto nº 3.860/2001, no prazo de até trinta dias antes da publicação do Edital do processo seletivo para o primeiro curso autorizado. Deverá, ainda, no prazo de trinta dias, adotar as providências necessárias quanto à protocolização do processo de Regimento da instituição ora credenciada, e observar o que dispõe a Portaria MEC nº 1.679, de 02/12/1999”. (GN)

Em 2008 a CPA apontou ainda a necessidade de construção de um anfiteatro, ampliação de laboratórios e construção de outros. Propôs também criação de espaço próprio para atendimento psicopedagógico e ouvidoria, bem como espaço para a CPA.

Todas as medidas saneadoras apresentadas pela CPA foram atendidas na medida da disponibilidade financeira da instituição. Em 2013 foi proposta pela

CPA a ampliação da biblioteca, da sala dos professores, para que aqueles docentes de tempo parcial e integral pudessem ter espaço adequado de atendimento ao aluno tanto na orientação de TCC, quanto na iniciação científica. Foi proposta também a criação de mais um anfiteatro. Foram atendidas todas as sugestões.

A gestão da instituição usa as avaliações da CPA como referência para organização, planejamento e implementação de melhorias tanto no aspecto físico quanto na aquisição de materiais e equipamentos necessários a cada curso. As avaliações de Cursos pelo Ministério da Educação e Cultura também são utilizadas como referência para o aprimoramento da instituição. Na maioria das avaliações sistêmicas foram apontados como fragilidades da instituição a quantidade de publicações pelo seu corpo docente, bem como a necessidade de docentes com mais titulação *stricto-sensu* e um maior número de docentes com carga horária parcial e ou integral. Foi apontada também a necessidade de implantação de plano de carreira para os docentes e técnico-administrativos e institucionalização do contato com o egresso. Essas fragilidades estão sanadas. A instituição teve seu plano de cargos e salários homologado e publicado no Diário Oficial da União seção 1, página 109 em 20 de agosto de 2010. Também ampliou a biblioteca, acrescentando um espaço para a brinquedoteca. Criou também um espaço adequado para os docentes com tempo integral e parcial, ampliando a sala dos docentes para três espaços específicos.

A Instituição cumprindo com a legislação e Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, tem uma política focada na diversidade e na sustentabilidade. A abordagem dos temas é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade.

Os cursos da FCJP têm em sua matriz curricular disciplinas de “LIBRAS”, “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, “Direitos Humanos” e Educação

Ambiental. Os cursos se beneficiam das ações sugeridas pelos colegiados, os quais propõem palestras, seminários, pesquisas de campo e projetos que corroboram com as políticas tanto ambientais quanto culturais, patrimoniais e de inclusão seja em que área for necessária.

A autoavaliação Institucional é feita pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, a qual foi implementada de acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, criado em 14 de abril de 2004, através da Lei 10.861/2004, foi construído a partir da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, instalada pelo MEC em 2003, com a finalidade de analisar e oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior. A regulamentação dos procedimentos de avaliação do SINAES ocorreu através da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.

A Comissão de Avaliação Institucional tem como propósito principal criar uma cultura de avaliação, com vistas a mudanças no fazer universitário, com o propósito de contribuir para a melhora da qualidade dos cursos de graduação. Esse foi o mote utilizado e presente em todo o processo. Teve-se também o entendimento de que tudo pode ser indicador de qualidade e de não qualidade no fazer universitário. Em razão disso, a Comissão passou a integrar e a considerar todos os elementos que, de uma forma ou outra, pudessem contribuir para uma maior compreensão da realidade institucional. Sua regulamentação na instituição se deu por Portaria DG 05/2004, e Resolução DG 0023/2014 de 22 de maio de 2014.

A biblioteca da FCJP passou por uma ampliação e atualmente conta com uma estrutura de 439,87 m², com espaço para estudos individuais e em grupo, bem como uma videoteca. Seu acervo bibliográfico geral é formado por livros, CDs, diretórios, vídeos, monografias, periódicos, buscando atender a todo público universitário. A instituição conta também com a Biblioteca Virtual – MINHA BIBLIOTECA que disponibiliza todo seu acervo aos acadêmicos, professores e técnicos administrativos de maneira ininterrupta através de acesso virtual

oportunizando várias formas de desfrutar dos conteúdos.

Conceitos Obtidos pela IES nas Avaliações Externas de Institucionais

	ANO-IGC
	2007 - 02
	2008 - 02
	2009 - 02
	2010 - 03
	2011 - 02
	2012 - 02
	2013 - 02
Faculdade Cidade de João Pinheiro	2014 - 03
	2015 - 03
	2016 - 03
	2017- 03
	2018- 03
	2019 - 03
	2020 - X
	2021 -03

CURSO	AUTORIZAÇÃO	RECONHECIMENTO	RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO
Administração	Portaria N° 2.562, de 15 de setembro de 2003.	Portaria nº 213, de 17 de maio de 2013.	Portaria nº 1654, de 08 de dezembro de 2021
Administração EaD	Portaria N° 928 de 23 de abril de 2017	-	-
Análises e Desenvolvimento de Sistemas EAD	Portaria N° 4, de 10 de janeiro de 2019.	-	-
Ciências Biológicas	Portaria N° 3.570, de 17 de outubro de 2005.	Portaria nº 10, de 02 de março de 2012.	Portaria nº 276, de 20 de abril de 2018.
Ciências Contábeis	Portaria nº 1254 de 07 de dezembro de 2017.	-	-
Direito	Portaria N° 700 de 18 de outubro 2018	-	-
Educação Física (Licenciatura)	Portaria N° 523, de 27 de fevereiro de 2002.	Portaria nº 983 de 24 de novembro de 2006.	Portaria nº 916 de 27 de dezembro de 2018.
Enfermagem	Portaria N° 2.567, de 6 de	Portaria Normativa nº 348, de 27 de outubro de 2020.	Portaria Normativa nº 45, de 06 de janeiro de 2022.

	setembro de 2002.		
Engenharia Agrônômica	Portaria Nº 195, de 22 de março de 2018.	-	-
Engenharia Civil	Portaria Nº 274, de 19 de abril de 2018.	-	-
Fisioterapia	Portaria Nº 524, de 27 de fevereiro de 2002.	Portaria nº 983, de 24 de novembro de 2006.	Portaria nº 629, de 23 de Junho de 2017.
Geografia	Portaria Nº 3.571, de 17 de outubro de 2005.	Portaria nº 405 de 22 de Julho de 2014.	-
Gestão Comercial – EaD	Portaria Nº 344 de 12 de julho de 2019	-	-
Gestão do Agronegócio	Portaria Nº 209 de 29 de abril de 2019	-	-
Letras	Portaria Nº 3.063, de 6 de novembro de 2002.	Portaria nº 983, de 24 de novembro de 2006.	-
Pedagogia	Portaria Nº 3.247 de 26 de novembro de 2002.	Portaria nº 112 de 14 de fevereiro de 2014.	Portaria nº 916 de 27 de dezembro de 2018.

Pedagogia EaD	Portaria N° 835 de 29 de novembro de 2018.	-	-
Direito	Portaria N° 167 de 13 de março 2018.	Portaria N° 167 de 13/03/2018	-

1.2. Missão e Visão

A Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP), é uma instituição comprometida com a formação, com a ética e com a qualificação de profissionais na sua área de atuação. Desta forma, tem por **Missão**:

“Atuar de forma solidária e efetiva, para que uma educação de excelência seja alcançada, possibilitando o desenvolvimento humanístico e social. O conhecimento será construído de forma comprometida com a qualidade de vida, com os valores éticos e morais, além de respeitar os costumes, as crenças, os valores e a cultura local”.

De acordo com a sua **Visão**, a Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP pretende:

“Permanecer como centro de excelência do ensino superior, mantendo-se como referência na educação presencial e a distância”.

Tem por **Valores**:

- ✓ **Ética;**
- ✓ **Cidadania; e**
- ✓ **Responsabilidade socioambiental.**

A Faculdade Cidade de João Pinheiro, mantida pela Associação Educacional de João Pinheiro, é uma Instituição Educacional, que tem na sua missão a Educação Superior pautada na humanização como abertura ao diálogo, ao compromisso de integração social e à competência em todo seu agir.

Os princípios que fundam a práxis da Faculdade Cidade de João Pinheiro são:

- ✓ **Valorizar a vida em todas as suas formas;**
- ✓ **Respeitar a dignidade da pessoa humana e a liberdade pessoal;**
- ✓ **A busca da verdade;**
- ✓ **Contribuir com o crescimento da comunidade; e**
- ✓ **Contribuir para a consolidação da cidadania na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.**

Estes princípios perpassam todas as atividades-fim da Faculdade Cidade de João Pinheiro, tornando-a distinta de outras Instituições públicas e particulares. Os princípios que fundam a práxis da Instituição propiciam a inter-relação pessoal com uma formação que privilegie a inclusão dos valores humanos.

1.3. Contexto Educacional e Justificativa de Implantação do Curso

A Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) possui limite territorial circunscrito ao município de **João Pinheiro**, no Estado de **Minas Gerais**.

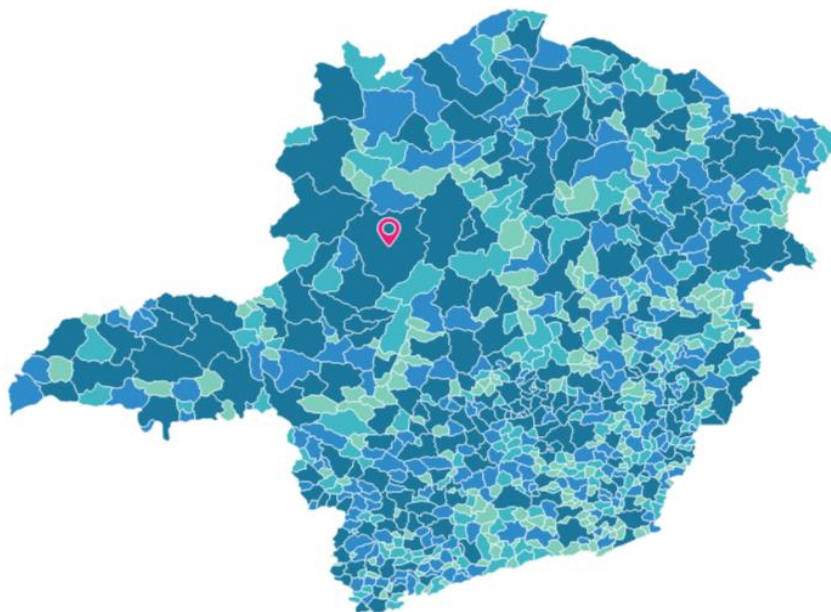
Minas Gerais está localizada na Região Sudeste do país. Limita-se ao sul e sudoeste com São Paulo, a oeste com o Mato Grosso do Sul, a noroeste com Goiás e Distrito Federal, a norte e nordeste com a Bahia, a leste com o Espírito Santo e a sudeste com o Rio de Janeiro.

João Pinheiro insere-se na porção noroeste de Minas Gerais. Na divisão das regiões administrativas de Minas, o município está na Região Noroeste, na microrregião de Chapadões do Paracatu, segundo a nova regionalização estabelecida pela SEPLAN-MG em 1994. Possui uma área total de 10.716,960

km², segundo o documento “Áreas dos Municípios Mineiros”, elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA (1995), sendo assim, o maior município em área territorial do estado.



A população pinheirense distribui-se num território cuja extensão corresponde a 10.727,471 km². Considerando sua área e a população atualizada do município, a densidade demográfica é de 4,36 hab./km².



A população distribui-se, além da sede, nos distritos de Caatinga, Canabrava, Luizlândia do Oeste, Olhos d'Água do Oeste, Santa Luzia da Serra e Veredas. Além dos distritos, verifica-se em João Pinheiro a presença de nove vilas (Almas, Malhada Bonita, Olaria, Parque das Andorinhas, Riachinho do Gado Bravo, Riacho do Campo, São Sebastião, Tauá, e Vereda Malhada), além de dezoito núcleos de pequenos e médios produtores rurais, bem como pelo menos três núcleos de colonização, relacionados à reforma agrária.

Cidade aconchegante e com excelente estrutura, possui fácil acesso pela BR 040, responsável pela ligação Belo Horizonte / Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas. A FCJP localiza-se próxima a BR 040, o que facilita o seu acesso aos estudantes de outras cidades, do norte de Minas, sul da Bahia, entre outras regiões. Sua população estimada em 2022 é de 46.801 habitantes (IBGE - 2022).

João Pinheiro tem limites com os seguintes municípios: ao norte com Brasilândia de Minas a leste com Buritizeiro ao sul com Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas e a oeste com Lagoa Grande e Paracatu.

A estratégica localização, no noroeste de Minas, na região do Urucuia, proporciona permanente intercâmbio comercial e cultural com quatro Capitais e importantes cidades da região, tanto no Triângulo como no Norte do Estado.

A economia do município gira principalmente sobre o agronegócio, com destaques para a pecuária (bovinos de leite e corte), agroflorestal e sucroalcooleiro. No setor de confecções também se concentra parte considerável da mão-de-obra da cidade.

A agricultura em João Pinheiro mostra-se complexa. Embora não seja a atividade principal do município, revela-se diversificada, variando da cultura de eucalipto, cana-de-açúcar, produção de grãos e frutas, indo até a agricultura familiar de subsistência.

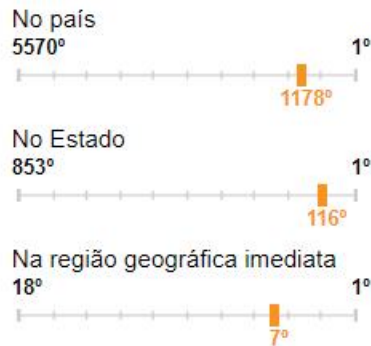
A produção local de carvão iniciou-se na década de 1970, com os requerimentos crescentes de carvão pela indústria siderúrgica, que ganhava fôlego cada vez maior em Minas Gerais. Grandes extensões de terras a preços relativamente baixos, condições naturais favoráveis para o rápido crescimento do eucalipto e abundância de mão-de-obra barata, associadas a um amplo e arrojado programa de incentivos fiscais e subsídios para o reflorestamento promovido pelo governo central, propiciaram a expansão da atividade.

Surgiram, então, os chamados maciços verticalizados, ou seja, produção florestal direto para a indústria.

PIB per capita [2021]

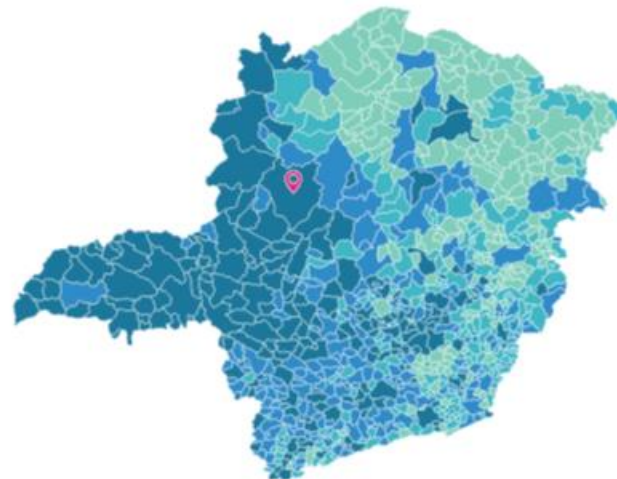
44.929,59 R\$

Comparando a outros municípios



[Acessar página de ranking](#)

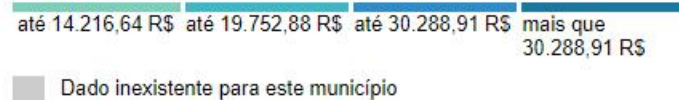
PIB per capita



Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]

75,3 %

Legenda



Até meados dos anos 80, o ramo florestal brasileiro viveu amparado nos incentivos fiscais. Naquele período, a floresta de eucalipto era concebida exclusivamente dentro de uma perspectiva monetária, sem levar em consideração seus aspectos sociais e ambientais.

Dentre as principais empresas reflorestadoras que se instalaram em João Pinheiro destacam-se a White Martins, Companhia Mineira de Metais, ARG Mandacaru, Bandeirantes e Plantar, todas com uma extensão plantada com menos de 15.000 ha. Soma-se a elas a Vallourec Florestal (antiga Mannesmann Agro Florestal e posteriormente V & M Florestal), que possui a maioria das terras cultivadas.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - João Pinheiro é 0,697, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município

é Longevidade, com índice de 0,788, seguida de Renda, com índice de 0,683, e de Educação, com índice de 0,630.

DADOS SOBRE A REGIÃO NOROESTE

O Noroeste de Minas Gerais liderou a produção de grãos no Estado em 2011. A região foi responsável por 25,4% da safra estadual, com 2,7 milhões de toneladas. Houve um crescimento de 13,9% em relação à produção colhida em 2010. A safra do Noroeste contribuiu para uma colheita recorde no Estado de 10,6 milhões de toneladas. Os números da produção de grãos estão no último relatório do IBGE sobre a safra de 2011, que está praticamente encerrada. Segundo o levantamento, a região do Alto Paranaíba aparece em segundo lugar no ranking do Estado com 2,4 milhões de toneladas, que correspondem a 22,3% do total em Minas. O Triângulo Mineiro vem em seguida com 2,2 milhões de toneladas colhidas. O número representa 20,8% da safra mineira.

Entre os municípios, Unaí (Noroeste) aparece como o principal produtor de grãos em Minas Gerais, com uma safra de 798,5 mil toneladas, seguido por Uberaba (Triângulo), com 577,6 mil toneladas. Completam a lista dos cinco maiores produtores os municípios de Buritis, Paracatu (ambos no Noroeste) e Perdizes (Alto Paranaíba).

PRODUTOS

O milho é o principal grão cultivado em Minas Gerais. A região do Alto Paranaíba detém a maior produção estadual com 1,5 milhão de toneladas, o equivalente a 23,6% da produção mineira. Em seguida, aparecem as regiões do Sul de Minas (20,4%) e Noroeste (17,1%). Uberaba liderou o ranking estadual com 329,2 mil toneladas. Em segundo lugar, aparece o município de Unaí, com 249 mil toneladas, e Perdizes, com 198 mil toneladas.

A produção de soja em Minas Gerais, neste ano, será de 2,9 milhões de toneladas. O Noroeste foi responsável por 37,1% da produção do Estado, seguido do Triângulo Mineiro (35,8%) e do Alto Paranaíba (21,6%). Unaí lidera

a produção de soja entre os municípios mineiros, com 330 mil toneladas. Na vice-liderança aparecem Buritit (Noroeste), com 253,7 mil toneladas, seguido por Uberaba, que produziu 240 mil toneladas.

Com a pavimentação asfáltica da Rodovia “Entre Ribeiros” de Paracatu até Brasilândia de Minas, o Agronegócio do Noroeste de Minas irá se firmar ainda mais no mercado brasileiro.

MINERAÇÃO

Além do Agronegócio, a mineração é muito presente na região Noroeste. O Minério para produção do Zinco (Grupo Votorantim) em Vazante-MG, e a Mineradora Kinross, Multinacional Canadense que explora o ouro na cidade de Paracatu, cuja produção de ouro está entre as cinco maiores empresas produtoras de ouro do Brasil.

DADOS SOBRE O MUNICÍPIO

EDUCAÇÃO

O município de João Pinheiro tem 27 Escolas de ensino fundamental. O número de matrículas efetuado no ensino fundamental foi de 6.098 em 2021.

O número de docentes no ensino fundamental foi 374 em 2021 e o número de docentes, em 2021, no ensino médio foi de 181 docentes.

As escolas de ensino médio no município são 09, assim distribuídas: escola privada 3 e 6 escolas pública estadual.

1. **Fonte:** *IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública)*: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2021
2. *IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública)*: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2021
3. *Matrículas no ensino fundamental*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e>

indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 30.05.2022.

4. *Matrículas no ensino médio*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.
5. *Docentes no ensino fundamental*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.
6. *Docentes no ensino médio*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.
7. *Número de estabelecimentos de ensino fundamental*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.
8. *Número de estabelecimentos de ensino médio*: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.

PIB Per-Capta: R\$ 44.929,59 (IBGE, 2021);

Total de receitas realizadas [2017] - 119.011,01 R\$ (×1000) (IBGE, 2021);

Total de despesas empenhadas [2017] - 100.074,66 R\$ (×1000) (IBGE, 2021).

PIB per capita [2021]

44.929,59 R\$

PIB per capita

Comparando a outros municípios



No país

5570°



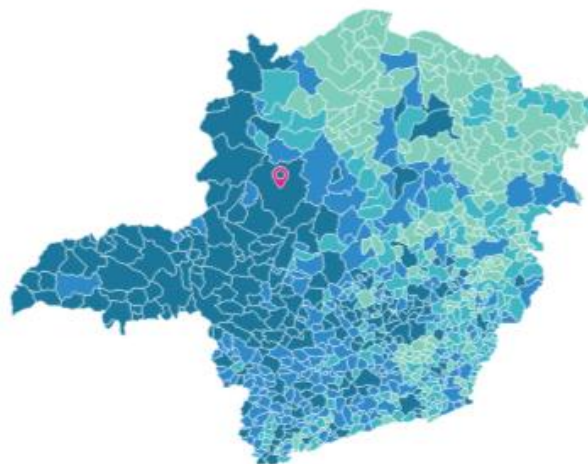
No Estado

853°



Na região geográfica imediata

18°



Legenda

até 14.216,64 R\$	até 19.752,88 R\$	até 30.288,91 R\$	mais que 30.288,91 R\$
-------------------	-------------------	-------------------	------------------------

[Acessar página de ranking](#)

A Economia de João Pinheiro tem crescido muito nos últimos 5 anos, um dos setores responsáveis por este crescimento é o Agronegócio que responde por boa parte da economia do Município com o reflorestamentos (Vallourec, Gerdau, Egir, Plantar e outras) usinas de álcool e açúcar (D Agroflorestral, Destilaria Rio do Cachimbo, G5 e BEVAP, esta última uma das 20 maiores usinas de álcool e açúcar do Brasil), Pecuária (6º maior rebanho bovino do Estado de Minas Gerais com mais de 400 mil cabeças, com uma produção diária de leite na ordem de 130 mil litros). Destaca-se ainda a indústria do vestuário, cerâmica, comércio e serviços.

INDICADOR VALOR – (Índices de Qualidade de Vida)

João Pinheiro é um município, onde sua população tem uma boa qualidade de vida. A cidade de João Pinheiro apresenta infraestrutura conforme listado abaixo:

- 80,3% das residências com rede de esgoto coletada;
- 12,48 Km² de área urbanizada;
- É uma das cidades mais limpas do Estado de Minas Gerais;
- 82% das famílias com casa própria;
- O Sistema de Saúde conta com várias unidades básicas de saúde (PSF, Clínica de Saúde da Mulher, Clínica de Direito, CAPS, Farmácia Municipal, um Hospital Municipal com 53 leitos, de saúde e mais de 30 profissionais médicos atendendo diariamente);
- A Taxa de Mortalidade Infantil é de 14,73 óbitos por 1.000 crianças nascidas vivas até os 5 anos de idade;
- O IDH-M que era de 0,419 em 1991 passa para 0,697 em 2010;
- A Taxa de desemprego: Pessoal ocupado – 15.616 pessoas (população ocupada 32,54%).

Fonte: IBGE - Cidades.

1.4. Aspectos Históricos e Dados Gerais do Município de João Pinheiro

O processo de colonização da região, provavelmente na metade do século XVIII, ocorreu no período que antecede a descoberta do ouro nas regiões das minas com o movimento das entradas e bandeiras rumo às terras de Paracatu.

Antes da ocupação pelo homem branco, o território era habitado apenas por ameríndios (da tribo de Cataguá) e negros fugitivos das minas de Paracatu e de Goiás.

Por volta de 1818, nas proximidades das margens da Vereda da Extrema, surgiu um pequeno povoado, fundado por bandeirantes e tropeiros que buscavam a Capitania de Goiás, este foi o primeiro pouso do homem branco nestas paragens. No entanto, alguns desses aventureiros se fixaram animados pela criação de gado e pelos garimpos de diamantes, no Rio Santo Antônio. Foi uma febre e esta passou a ser a principal atividade do arraial nascente.

O povoado recebeu o nome de Santana dos Alegres, esta foi a primeira denominação do primitivo arraial pertencente ao bispado de Pernambuco - que deu origem ao município atual.

Segundo a tradição oral, um boi curraleiro muito bravo que vivia nas adjacências do local, frequentemente, ao anoitecer, ia para o arraial e lá permanecia durante toda a madrugada a mugir. O hábito daquele animal, chamado Alegre, intrigava a todos. Conta-se que esta foi a razão do nome do povoado.

Em 1873, o povoado de Santana dos Alegres foi elevado a distrito (em terras de Paracatu). Até 1902, o garimpo foi bastante explorado às margens do rio Santo Antônio e no leito de outros cursos d'água. Em 30 de agosto de 1911, Santana dos Alegres, recebeu seu nome atual, e foi-se desmembrado de Paracatu. Em 1925 foram-lhe concedidos foros de cidade e sede de município.



Geografia

Localizado na porção noroeste de Minas Gerais, João Pinheiro é o maior município em extensão territorial de Minas Gerais, com 10.727,097 km², tendo quase o dobro da área de todo o Distrito Federal, o quádruplo de Luxemburgo, e é maior do que países como Chipre, Porto Rico, e muitos outros. Possui acesso fácil pela BR-040, responsável pela ligação Belo Horizonte-Brasília. E se liga por estradas pavimentadas e em boas condições aos municípios: Paracatu, Lagoa Grande, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas.

POPULAÇÃO

João Pinheiro: 46.801 habitantes (IBGE, 2022).

Do ponto de vista geográfico, a sede municipal situa-se a 46°10'27" de longitude oeste e 17°44'26" de latitude.

RENDA NA CIDADE

Dos 853 municípios mineiros, João Pinheiro está entre os 80 municípios mais desenvolvidos, com um PIB per capita de R\$44.929,59 (IBGE, 2021).

O movimento econômico e financeiro da cidade gira em torno das seguintes atividades pela ordem de empregabilidade e composição do PIB local.

- Agronegócio e pecuária (muita mão de obra empregada nas empresas de reflorestamentos, produção de álcool e açúcar, criação e comercialização de bovinos e produção de leite e seus derivados);
- Comércio e serviços (supermercados, lojas de roupas e tecidos, lojas de móveis, eletrodomésticos e produtos eletrônicos, bares, restaurantes, instituições financeiras, Serviços Públicos, escritórios e outros);
- Indústria (Usinas de Álcool e Açúcar, Confeccões, Cerâmicas, Laticínios e outras);

- Aposentados e pensionistas do INSS, de órgãos estaduais e federais;
- A grande maioria da população economicamente ativa e com ocupação, cerca de 65% têm uma renda mensal de 1 a 2 salários-mínimos. Outros 20% têm uma renda mensal de 2 a 5 salários-mínimos. O restante, ou seja, 15% com renda mensal acima de 5 salários-mínimos.

Fonte: IBGE, Secretaria Estadual da Fazenda de MG, INSS e Prefeitura Municipal de João Pinheiro.

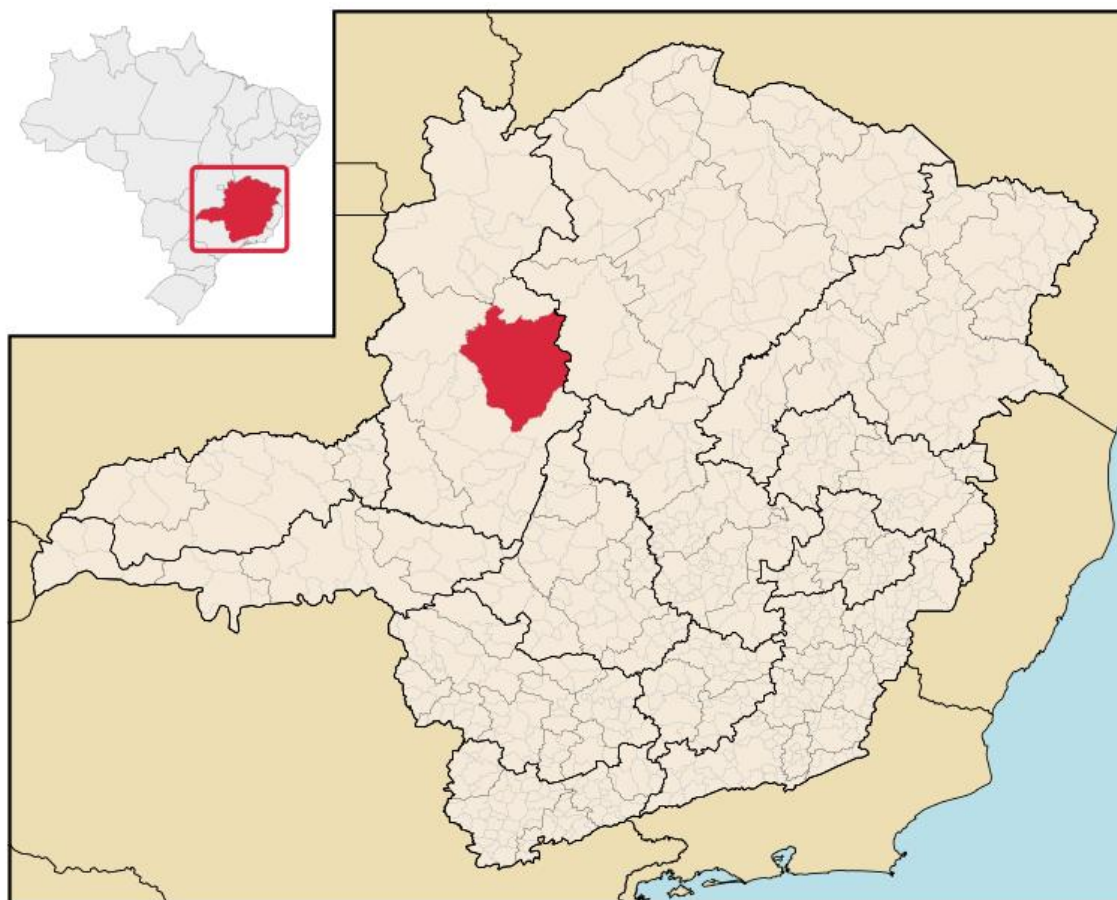
MEIOS DE TRANSPORTE

João Pinheiro tem uma localização estratégica localizada às margens da BR 040 que dá acesso a Brasília e Belo Horizonte, a Montes Claros e Uberlândia pela BR 365, a Patos de Minas pela MG 410 e a Unaí pela MG 188. O meio de transporte utilizado é o Rodoviário, com projetos em estudo e em fase de aprovação para construção futura de uma linha ferroviária de Unaí-MG a Pirapora-MG e Aéreo (João Pinheiro tem um dos melhores aeroportos da região todo pavimentado e com hangar). O Município está distante da Capital Federal a 310 Km, de Belo Horizonte a 420 Km, e de Uberlândia a 370 Km.

MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

João Pinheiro tem limites com os seguintes municípios: ao norte com Brasilândia de Minas a leste com Buritizeiro ao sul com Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme e Varjão de Minas e a oeste com Lagoa Grande e Paracatu.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA CIDADE



ECONOMIA E DADOS POPULACIONAIS

A estratégica localização, no noroeste de Minas, na região do Urucuia, proporciona permanente intercâmbio comercial e cultural com quatro Capitais e importantes cidades da região, tanto no Triângulo como no Norte do Estado.

A economia do município gira principalmente sobre o agronegócio, com destaques para a pecuária (bovinos de leite e corte), agroflorestal e sucroalcooleiro. No setor de confecções também se concentra parte considerável da mão-de-obra da cidade.

Predominam em João Pinheiro as atividades primárias, em especial a agropecuária. Isso fica patente através do confronto entre os dados dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991, referentes à estrutura setorial de absorção da população economicamente ativa - PEA -do município. Ademais, observa-se

uma tendência de progressiva redução de pessoas ocupadas no setor primário, em detrimento do aumento de pessoal nos outros setores, sobretudo no terciário.

A população pinheirense distribui-se num território cuja extensão correspondeu a 14.451 km², o que perfazia uma densidade demográfica de 4,6 hab./km², até 1995, cerca de seis vezes inferior à registrada para Minas Gerais. Com a emancipação de Brasilândia de Minas, tal extensão se reduziu para 10.727,097 km². Considerando sua área e a população atualizada do município, a densidade demográfica caiu para 4,36 hab./km² em 2022.

A população distribui-se, além da sede, nos distritos de Caatinga, Canabrava, Luizlândia do Oeste, Olhos d'Água do Oeste, Santa Luzia da Serra e Veredas. Além dos distritos, verifica-se em João Pinheiro a presença de nove vilas (Almas, Malhada Bonita, Olaria, Parque das Andorinhas, Riachinho do Gado Bravo, Riacho do Campo, São Sebastião, Tauá, e Vereda Malhada), além de dezoito núcleos de pequenos e médios produtores rurais, bem como pelo menos três núcleos de colonização, relacionados à reforma agrária. Sua população estimada em 2015 era de 48 179 habitantes (IBGE 2015).

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	94,9 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,8
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,9
Matrículas no ensino fundamental [2021]	6.098 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	1.991 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	374 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	181 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	27 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	9 escolas

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - João Pinheiro é 0,697, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,788, seguida de Renda, com índice de 0,683, e de Educação, com índice de 0,630.

ECONOMIA	
PIB per capita [2021]	44.929,59 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	75,3 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,697
Total de receitas realizadas [2017]	119.011,01 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	100.074,66 R\$ (×1000)

Fonte: IBGE - Cidades

Aspectos Educacionais

EDUCAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	94,9 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,8
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,9
Matrículas no ensino fundamental [2021]	6.098 matrículas
Matrículas no ensino médio [2021]	1.991 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2021]	374 docentes
Docentes no ensino médio [2021]	181 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	27 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	9 escolas

Em 2021, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5,8 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4,9. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 287 de 853. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 191 de 853. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94.9 em 2010. Isso posicionava o município na posição 800 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 5.043 de 5.570 dentre as cidades do Brasil. São 27 estabelecimentos de ensino fundamental, 18 unidades pré-escolares, 9 escolas de nível médio. Ao total, são 8.089 matrículas e 555 docentes registrados.

Fonte: IBGE - CIDADES

A manutenção do C.S.T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas vem ao encontro das necessidades de desenvolvimento da cidade e à concepção da Instituição, cuja meta é implantar uma unidade integrada e multidisciplinar de ensino qualificado, promovendo um ambiente acadêmico que propicie e estimule o ensino, a pesquisa em saúde e a produção intelectual, política, social e cultural.

Isto posto, a IES contribui com a demanda em âmbito regional e, conseqüentemente, nacional, no que tange a formação de profissionais na área da Análise e Desenvolvimento de Sistemas aptos a atuarem nos mais diferentes segmentos sociais, que sejam capazes de educar cidadãos conscientes do seu papel dentro de uma realidade social, histórica, econômica, regional e nacional, que merece ser conhecida e respeitada, buscando assim, responder aos contrastes regionais.

Assim, a Faculdade Cidade de João Pinheiro se propõe a colaborar para que essa população tenha também acesso à formação superior, com um sistema aberto, buscando-se manter um bom relacionamento entre a organização e seu ambiente externo, insistindo na busca constante da qualidade em todos os processos acadêmicos e administrativos. A IES se julga responsável por

identificar, cultivar e explorar as competências essenciais que tornam o crescimento organizacional possível e sustentável.

2. Organização Didático Pedagógica

2.1. Políticas Educacionais no Âmbito do Curso

A IES desde seu credenciamento procurou implementar todas as propostas relacionadas em seu PDI e Regimento Interno. Dessa forma, iniciou-se com os órgãos Administrativos de apoio, que conforme estrutura da Instituição contemplam todas as necessidades institucionais e legais. Os órgãos de Colegiado Superior de Cursos estão funcionando normalmente com seus membros designados por portaria e através da realização de reuniões que ocorrem de forma sistemática conforme regimento e demais normas.

A gestão institucional está em consonância com as atividades da Instituição, com os diretores, administradores e coordenadores, cumprindo todas as exigências e metas estipuladas pelo conselho superior (CONSUD), compondo parte das decisões institucionais e das determinações do MEC.

O Plano de Desenvolvimento Institucional está estruturado de modo que permite uma postura que contemple essa nova realidade político-educacional, caracterizando-se pelo conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica e a dinâmica dessa Instituição, não se restringindo à mera organização de componentes administrativos, mas sim, em um planejamento estratégico organizado dos atos até hoje praticados e nas ações a serem realizadas pela Instituição em um prazo de até 05 (cinco) anos.

A época social norteia os novos paradigmas os quais a IES adotou e adequou-se. A educação por sua vez, é responsável pela formação de conhecimento científico, pelas habilidades e práticas profissionais, bem como, convicções as

quais levam a crítica reflexiva e conseqüentemente à ação refletida que proporciona a evolução da sociedade.

A FCJP não pode definir seu futuro, mas pode delinear seu desenvolvimento, levando em conta as características e as tendências do meio na qual está inserida. Nesse contexto, as características e as tendências do meio, alteram e transformam a realidade da instituição, rapidamente e se fazem necessárias as adaptações, para galgar às transformações de forma criativa e crítica, assumindo, o papel de interveniente ativo nesse processo de permanente mudança, que marca a sociedade contemporânea e a Educação Nacional.

Reconhecendo isso e acreditando que o efetivo planejamento do futuro de uma instituição de ensino superior é inseparável da visão própria de seu corpo gestor e de seu corpo social, a IES tem o intuito de facilitar o processo de planificação do seu PDI promovendo a participação e transferência de sua gestão.

O Plano de Desenvolvimento Institucional tornou-se exequível e capaz de assegurar uma posição adequada à Instituição no cenário educacional mineiro e regional através das propostas, que foram apresentadas, e elaboradas a partir:

- Dos resultados nos processos de avaliação da instituição e de seus cursos, realizados nos últimos 4 (quatro) anos pelo MEC, através do INEP;
- Dos resultados dos processos de avaliações internas e análise da CPA (Comissão Própria de Avaliação) que une a instituição através de representantes dos alunos, docentes, técnicos administrativos e membros da sociedade, onde através de reflexões críticas, analisam o desenvolvimento da instituição;
- Apoio do Colegiado composto por alunos, professores/tutores e corpo técnico administrativo da instituição, além do NDE, composto por docentes abrindo espaço para a discussão coletiva, análise de documentos e diretrizes descrevem caminhos e objetivos a serem

alcançados para a maior significação do ensino e da formação dos discentes da instituição;

- Da identificação e da análise de um conjunto de variáveis, derivadas do contexto interno, consideradas capazes de afetar a situação da Instituição nos próximos anos.

Todas as políticas institucionais, sobretudo as políticas de ensino, pesquisa e extensão, implantadas no âmbito do curso, são elaboradas levando-se em consideração o perfil profissional desejado para os egressos e as características locais e regionais.

2.1.1. Política Institucional de Ensino

Considerando a promoção de ações inovadoras a Faculdade Cidade de João Pinheiro oportuniza por meio de espaços multidisciplinares e salas de metodologias ativas bem como o AVA, o uso de aplicativos assim como recursos tecnológicos como projetores, e futuramente lousas digitais para ampliação do processo e dos recursos de aprendizagem abrangendo a diversidade e o atendimento educacional especializado por meio de práticas de ensino na graduação e pós-graduação possibilitando os avanços tecnológicos e metodologias interdisciplinares na promoção de ações inovadoras.

Para o ensino, as diretrizes gerais da Faculdade Cidade de João Pinheiro partem dos seguintes princípios:

- Currículos inovadores e flexíveis, interligando-se a formação inicial/continuada, a formação básica comum, que é a formação humana e a relação teoria/prática, que é a profissional;
- Enriquecimento das diretrizes curriculares nacionais, fixadas pelo MEC, com o acréscimo de disciplinas visando atender as exigências específicas de cada curso e, ainda, peculiaridades regionais, e avanços tecnológicos e mudanças no perfil profissiográfico;

- Oferta de disciplinas e/ou atividades que introduzam o educando na organização universitária, oferecendo-lhe ampla visão da formação docente e do ensino superior, e a ministração de métodos e técnicas para facilitar o processo ensino/aprendizagem e introduzir o educando à iniciação científica e profissional;
- Aulas e outras atividades didático-científicas programadas para se desenvolverem em sequência lógica, de modo a ocuparem racionalmente os dias úteis da semana, com plena utilização dos fatores humanos e materiais disponíveis;
- Metodologias e tecnologias educacionais que levem em conta as características individuais do educando e os aspectos inovadores de cada curso e programa de ensino superior, sua inserção na realidade local e regional, e que conduzam ao desenvolvimento do raciocínio e à reflexão crítica, associando aulas expositivas com seminários, discussão de textos, estudos de casos e outros métodos didáticos apropriados;
- Integração harmoniosa das funções ensino/iniciação científica/extensão;
- Incorporação da SAGAH com ferramentas de acessibilidade (vídeo-aula com legenda, estudo de caso, NVDA (NVIDEA), desafio, exercício, infográfico, entre outros, tanto nos cursos presenciais como a distância;

2.1.2. Política de Educação Ambiental da Instituição

A FCJP compreende a importância da mobilização da comunidade acadêmica para reflexões que envolvem questões relacionadas à Educação Ambiental. Assim, as coordenações de cursos da instituição, juntamente com a Direção Geral da IES, elaboraram uma proposta de Educação Ambiental de acordo com os princípios de qualidade, ética, bem como com a legislação específica, incorporada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, proporcionando uma visão crítica da ciência e cultura, permitindo atividades de conservação da biodiversidade, de gerenciamento de resíduos, de manejo sustentável de recursos ambientais, e melhoria de qualidade ambiental, a partir de uma visão mais globalizada da questão ambiental como propiciadora do pleno exercício da cidadania.

A abordagem do tema é feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual se aproximam os conceitos com a realidade da comunidade.

A Discussão Acadêmica social e econômica problemática em relação ao meio ambiente e seu processo de degradação tem ganhado cada vez mais espaço e tem sido objeto de políticas públicas voltadas, principalmente, ao processo educacional. Neste contexto, várias ações foram realizadas: os primeiros Fóruns Nacionais de Educação Ambiental, a instituição do Programa Nacional de Educação Ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente e dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo MEC, no qual a temática ambiental foi inserida como conteúdo transversal em todas as disciplinas do currículo escolar.

Diante disso, a FCJP iniciou um trabalho em conjunto com representantes da comunidade acadêmica com o objetivo de elaborar uma proposta de educação ambiental voltada para a realidade regional, contando com a participação de professores, alunos e pessoal técnico administrativo. A possibilidade de integrar diferentes cursos superiores e preparar uma proposta a partir da realidade socioambiental regional, integrando Faculdade/Comunidade justificou plenamente a necessidade e relevância de um projeto que relaciona ensino, extensão e iniciação científica. A partir dessa necessidade foi criado o NEA (Núcleo de Educação Ambiental) cujo objetivo principal é a interação entre a comunidade acadêmica, sociedade e as questões ambientais.

2.1.3. Inserção dos Direitos Humanos no Ensino Superior

A IES, considerando o que dispõe o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno através da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário e para assegurar o direito à educação a todos(as), adota em sua missão e em todos os regulamentos e ações que norteiam e efetivam suas ações práticas educativas para a defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas, nos âmbitos de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, a fim de garantir a igualdade e de defesa da dignidade humana, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, independente da área de estudo ou formação.

Para alcançar a Missão Institucional, de forma sistêmica, transversal e multidimensional, calcada fortemente no contexto da EDH, a IES declara como norteadores de suas ações seu PDI e PPC os seguintes fundamentos: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação, posicionamentos estes apresentados na Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48. VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

Os princípios supracitados são articulados nas dimensões:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando Linguagens e materiais didáticos contextualizados; e

V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Cabe ainda a IES, incentivar a pesquisa e a extensão no tema, promovendo diálogo com segmentos em situação de exclusão social e movimentos sociais, atuando assim com ações efetivas na formação de uma sociedade mais cidadã e responsável, junto à região onde atua, divulgando inclusive, pelos mais diversos meios midiáticos, os resultados e experiências vivenciados e obtidos.

Vale lembrar a Missão da Mantenedora e suas Mantidas: **“Atuar de forma solidária e efetiva, para que uma educação de excelência seja alcançada, possibilitando o desenvolvimento humanístico e social. O conhecimento será construído de forma comprometida com a qualidade de vida, com os valores éticos e morais, além de respeitar os costumes, as crenças, os valores e a cultura local”**.

Iniciação Científica (Pesquisa)

No que se refere à pesquisa a IES incentiva o desenvolvimento de saberes e ações no campo da educação em saúde através de apoio a investigações especializadas focando na promoção da paz, desenvolvimento, justiça, igualdade e liberdade. Além de propostas de iniciação científica em questões ambientais, do afrodescendente indígena, memória do patrimônio cultural, gestões específicas de ações sociais e demais atividades que possam se tornar de referência para o desenvolvimento de outros projetos. A IES conta ainda com o NIPE (Núcleo de Apoios a Iniciação Científica, Pesquisa, Extensão e Internacionalização).

Atividades de Extensão

São desenvolvidos projetos de extensão que enfatizam o compromisso da IES com a promoção e a defesa dos direitos humanos nos diversos segmentos que a mesma tenha inserção de forma direta ou indireta, internas e externas ao ambiente escolar de forma a contribuir com o crescimento local e regional em termos de políticas em prol dos direitos humanos. A IES conta ainda com o NIPE (Núcleo de Apoio a Iniciação Científica, Pesquisa, Extensão e Internacionalização), que acompanha e gerencia os processos de extensão. A IES também proporciona à comunidade acadêmica projetos de extensão organizados por seus acadêmicos através de atividades organizadas nas disciplinas de Projeto de Integração e Extensão ofertadas em todos os períodos dos cursos (regulamento em ANEXO V).

Gestão

Na gestão os direitos humanos são incorporados na cultura e gestão organizacional, no modo de mediação de conflitos, lidando e reparando processos de violações através de ouvidorias, representação institucional e intervenção social junto às esferas públicas de cidadania, com participação da IES em conselhos, comitês, e políticas públicas além da participação em projetos sociais principalmente relacionados à saúde proposto pelo Governo Federal e que muitas vezes encontra dificuldades na gestão dos mesmos por falta de colaboradores com experiência ou conhecimento de gestão.

Desta forma a IES espera contemplar estes princípios orientadores e a EDH – Educação em Direitos Humanos como parte do processo educativo uma vez que, sem os direitos humanos, não será possível consolidar uma democracia substancial e uma Educação Completa e Inclusiva. Fatores estes necessários ao comprometimento da IES com a cultura e política dos direitos humanos, contribuindo assim para o bem-estar de todos, salientando que outras formas de problemas com o avanço das tecnologias (bullying e invasão de privacidade), também terão de ser repensadas para a manutenção destes direitos.

2.1.4. Política Afrodescendente e Indígena

Para a execução da política sobre **Afrodescendentes e Indígenas**, a IES inseriu em todos os cursos uma disciplina sobre a Temática que é ofertada de forma optativa.

Cabe ressaltar que a IES executa projetos que incentivam a cultura Afrodescendente e Indígena e possibilita ao aluno um maior contato com a cultura tanto indígena quanto africana através de seminários, palestras, peças de teatro dentre outros eventos que visam discutir a temática não somente com a comunidade acadêmica, mas com a sociedade como um todo.

Neste contexto a IES busca constantemente parcerias entre movimentos sociais, gestores educacionais e sociedade civil com o objetivo de divulgar, promover e implementar as recomendações contidas nos pareceres do Conselho Nacional de Educação com relação à educação para as relações étnico-raciais e educação indígena. Para o acompanhamento das ações a IES conta com Núcleo de Inclusão da Cultura Afrodescendente e Indígena.

2.1.5. Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

O Autismo é uma denominação que atualmente é melhor explicada pelas nomenclaturas Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), que indicam uma ampla variação na sintomatologia, onde se inclui um tripé de características: dificuldade de comunicação, de interação social e interesse e atividades restritos, estereotipados e repetitivos. Dentro do quadro do autismo, existem vários graus de comprometimento dos sintomas, tornando mais ou menos severa a situação da pessoa com esta síndrome. Dentre os graus de severidade, propõe-se um indivíduo de comprometimento maior, outro intermediário e o terceiro com comprometimento mais discreto.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro preocupa-se com a temática e trabalha em sala de aula práticas pedagógicas que visam a redução das barreiras à

participação e à aprendizagem desses alunos, mostrando a importância da mediação e destacando o ensino superior como um espaço privilegiado, sendo o professor como elemento essencial para o acesso à aprendizagem.

A FCJP conta com atendimento psicopedagógico para acompanhar o aluno autista, oferecendo ao mesmo o suporte necessário. São desenvolvidas periodicamente palestras e seminários que abordam a temática para toda a comunidade acadêmica. Os professores das diversas áreas trabalham o tema de forma transversal com os alunos, instigando a curiosidade e levando os mesmos a pesquisar e se informar mais sobre o assunto.

Neste contexto a FCJP desenvolve uma política de acompanhamento e auxílio da pessoa com autismo e não apenas a transmissão de conteúdos numa disciplina, motivo este, das reuniões e discussões sobre o tema em questão.

2.1.6. Política de Iniciação Científica

As atividades pertinentes à Iniciação Científica são oportunidades para o estudante utilizar os critérios inerentes ao processo científico de conhecer, convivendo com os problemas, com as dificuldades e com o desconhecido em cada área profissional na busca de descobertas para resoluções de problemáticas importantes na área de atuação.

Sob esse prisma, as aptidões científicas são aspectos importantes da formação e a Iniciação Científica sendo um dos instrumentos de estímulo à participação dos estudantes da graduação, preparando-os para o acesso à pós-graduação. Na instituição o start inicial ocorre com a disciplina de “Língua, Comunicação e Investigação”, no decorrer do curso com as disciplinas de “Projetos de Integração e Extensão” e posteriormente com o “Trabalho de Curso” e “Seminário de Trabalho de Curso” e projetos que venham a ser desenvolvidos durante a graduação de acordo com a especificidade de cada curso.

São essas as ações implementadas pela IES para efetivação da iniciação científica:

- Regulamentar e incentivar a utilização de princípios e normas metodológicas para a produção de textos científicos;
- Incentivar docentes e discentes no desenvolvimento de senso crítico, de uma postura proativa e de autonomia para o aprendizado;
- Motivar docentes e discentes a participarem de congressos, seminários e eventos de cunho científico;
- Incentivar a realização de eventos científicos internos;
- Buscar por acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa;
- Incentivar os alunos a vivência mais aprofundada de temáticas da área pela qual optou, valendo-se da produção de conhecimento extraclasse por meio de pesquisas descritivas ou experimentais;
- Conscientizar sobre a importância da integração do professor-pesquisador com o aluno pesquisador, incentivando uma relação de troca de conhecimentos;
- Orientar a comunidade acadêmica para uma abordagem inter e multidisciplinar dos temas de pesquisa;
- Incentivar a formação de Grupos de Pesquisa;
- Disseminar e divulgar o saber pesquisado, estabelecendo critérios claros de definição da propriedade intelectual e sua coerência extensionista;
- Conceder dentro da viabilidade do orçamento institucional auxílio para projetos específicos de pesquisa e iniciação científica;
- Auxiliar docentes e discentes na divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em periódicos institucionais ou não visando a conquista e o reconhecimento da qualidade da pesquisa bem como esclarecendo sobre a importância da publicação.

2.1.7. O NIPE – Núcleo de incentivo: projetos, pesquisa e extensão e internacionalização

A Instituição criou o Núcleo de Incentivo: Projetos, Pesquisa e Extensão – NIPE com a finalidade de incentivar seus educandos para a investigação científica e

para a efetivação e registro dos projetos de extensão realizados na IES. A Faculdade Cidade de João Pinheiro sabe da importância de oferecer conhecimento científico atrelado a constante necessidade de pesquisa como princípio ético de buscar respostas científicas a novas demandas sociais.

Os projetos de Iniciação Científica ou de Pesquisa propriamente dita, são supervisionados pela coordenação do NIPE bem como sua regulamentação, normatização e execução. Em relação a auxílios financeiros a instituição por meio do CONSUD autoriza desde que dentro das previsões orçamentárias das IES tendo em vista as necessidades de sustentabilidade financeira de uma instituição do porte da Faculdade Cidade de João Pinheiro.

No ano de 2020 foi integrado ao NIPE a política de Internacionalização, constituindo assim o nome: NIPE – NÚCLEO DE INCENTIVO: PROJETOS, PESQUISA E EXTENSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO e a atuação junto aos Núcleos de Apoio as Políticas de Ensino os quais realizam atividades de extensão, ensino e pesquisa dentro das políticas de ensino por meio da transversalidade e interdisciplinaridade.

Dentre os objetivos e atribuições do NIPE e Internacionalização, este núcleo agrega às funções de fomentar o conhecimento científico internacional por meio da participação em eventos e a publicação internacional de discentes e docentes e o incentivo as políticas de ensino como: Meio Ambiente, Direitos Humanos, Igualdade Etnoracial e Indígena, Cultural e Artística, Desenvolvimento Tecnológico, Econômico e Responsabilidade Social.

Objetivos do NIPE e Internacionalização:

- Incentivar docentes e discentes da graduação e pós-graduação na realização de atividades de pesquisa, desenvolvidas a partir das inquietações advindas da formação inicial e continuada, assim como as experiências profissionais e de estágio, considerando o contexto local e regional;

- Formar grupos de estudos nos quais aprimorem o conhecimento coletivo e individual dos envolvidos na busca pelo conhecimento das produções científicas das áreas de concentração e linhas de pesquisa de maior interesse da instituição, assim como das necessidades científicas e sociais;
- Contribuir com a formação inicial do discente, no sentido do aprofundamento teórico-metodológico da profissão, construção de uma identidade pessoal e profissional mais crítica e reflexiva, despertando-lhe o interesse pelas atividades acadêmico-científicas e pelas competências políticas, sociais, ética, estéticas e epistemológicas;
- Buscar e divulgar os eventos científicos regionais, nacionais e internacionais a fim de incentivar a disseminação do conhecimento produzido, além de organizar encontros e eventos internos que contribuam nesse sentido e sensibilizem a comunidade acadêmica quanto à importância das práticas científicas;
- Sistematizar e organizar os trabalhos científicos já existentes, facilitando e agilizando o acesso às produções internas e externas a partir de bibliotecas digitais e material impresso;
- Articular atividades de ensino e extensão como apoio à iniciação científica;
- Apoiar o trabalho desenvolvido pelos professores de Metodologia e Iniciação Científica, assim como Trabalho de Conclusão de Curso no que tange a levantamento bibliográfico, aspectos técnicos e metodológicos inerentes à pesquisa científica;
- Incentivar a submissão de trabalhos em Programas de Iniciação Científica;
- Estruturar e divulgar editais que visem captação de recursos humanos para atividades remuneradas e não remuneradas;
- Incentivar a publicação dos trabalhos em revistas, periódicos, anais, entre outros;

- Manter a Instituição informada a respeito dos trabalhos desenvolvidos pelo núcleo;
- Promover estudos, pesquisa e extensão, desenvolvendo competências e habilidades para a execução de projetos;
- Assessorar e dar suporte técnico e institucional adequando-se às necessidades da extensão, pesquisas, estudos implementando a construção de conhecimentos científicos;
- Assegurar a pluralidade de tendências teóricas e práticas, a fim de incentivar e desenvolver projetos de pesquisa e extensão com qualidade;
- Desenvolver atividades interdisciplinares, que mobilizem discentes e docentes para o desenvolvimento de linhas de pesquisas de cunho científico e cultural;
- Constituir uma rede de produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, potencializando as atividades de extensão e pesquisa, favorecendo o aprofundamento de conhecimentos e práticas da formação acadêmica;
- Apoiar a divulgação e publicação das produções científicas e em eventos;
- Buscar convênios e parcerias com instituições envolvidas com pesquisa para o desenvolvimento de projetos institucionais;
- Criar evento anual para divulgação de projetos em andamento de alunos e publicação digital;
- Apoiar as ações desenvolvidas pelos núcleos específicos de apoio as políticas de ensino;
- Oferecer suporte aos coordenadores diante das ações planejadas e executadas;
- Estimular a participação dos alunos nas ações pautadas em cada área específica;
- Promover a divulgação dos projetos apresentados pelos núcleos;
- Implementar uma política de ensino de idiomas, por meio do fortalecimento do ensino de português como língua de adoção, e da

capacitação de professores e estudantes para redigir e apresentar textos acadêmicos em outras línguas;

- Implantar programas de pesquisas em parceria com outros países;
- Capacitar discentes, docentes e demais colaboradores, por meio de Intercâmbio estrangeiro de conhecimento técnico, científico e cultural, etc.;
- Produzir, divulgar e incentivar a apropriação do conhecimento adquirido com vistas à melhoria da qualidade de vida dos seres vivos das comunidades relacionadas/parceiras ou assistidas pela FCJP conforme suas propostas de responsabilidade socioambiental.

2.1.8. Política de Internacionalização

Pode-se compreender a internacionalização como o conjunto de ações de mobilidade acadêmica, intercâmbio bilateral, oferta de idiomas, disciplinas em língua estrangeira e cursos gerais, desenvolvimento de pesquisa, cooperação institucional, projetos internacionais, adesão a editais de programas de financiamento, oferta e participação em eventos internacionais, participação em projetos em rede internacional, formação de docentes e técnicos, entre muitas outras – que visam à consolidação e expansão da universidade, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, a favor do desenvolvimento e diálogo entre as culturas, da construção de uma sociedade mais justa e para a sustentabilidade das nações e do planeta.

Cabe ao Núcleo de Incentivo: Projetos, Pesquisa, Extensão e Internacionalização – NIPE da Faculdade Cidade de João Pinheiro atuar como promotores desta Política, garantir, prever e apoiar os procedimentos para a implementação de ações em curto, médio e longo prazos, acompanhando, avaliando, monitorando e divulgando ações internacionalizadas, por meio de programas de cooperação e intercâmbio na celebração de convênios internacionais de ensino para discentes e docentes, objetivando:

Sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade e implantação de ações internacionais;

Fortalecer a cultura e o preparo dos alunos para a participação em ações internacionais;

Divulgar programas e eventos em âmbito internacional;

Promover a participação de alunos, professores e pessoal técnico-administrativo em ações de internacionalização;

Garantir a criação de diretrizes e normas para a regulamentação das ações internacionalizadas;

Desenvolver ações de extensão e pesquisa em parceria com instituições e/ou professores estrangeiros;

Promover a participação de alunos e docentes em fóruns, redes e eventos internacionais;

Fomentar a pesquisa em âmbito internacional;

Participar de Programas Nacionais e Internacionais de fomento à internacionalização;

Fomentar a mobilidade acadêmica de alunos da Graduação e da Pós-Graduação em Instituições estrangeiras;

Implementar o uso da tecnologia da informação e ensino a distância para o desenvolvimento de cursos e outras atividades acadêmicas.

2.1.9. Política de Acessibilidade e Inclusão Social

Todas as pessoas devem ter direito à **igualdade de oportunidades** e acesso à educação. Por isso, a acessibilidade da Faculdade Cidade de João Pinheiro sempre será tratada como um item importante, uma vez que garante às pessoas

com deficiência a possibilidade de estudar e de se formar em um curso que atenda às suas necessidades acadêmicas.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro segue algumas medidas que criam um ambiente mais acessível e inclusivo como:

Adaptação da estrutura física do campus: foram construídas rampas de acesso, disponibilização de faixas com relevo (piso tátil) para indicar o caminho a quem tem deficiência visual, banheiros e mobiliário adaptados.

Iluminação: investimento na iluminação dos espaços do campus, principalmente nos caminhos, facilita a locomoção das pessoas e evita acidentes, que para um aluno com deficiência pode ser bastante prejudicial.

Contratação de monitores e profissionais especializados: é importante que a faculdade tenha à disposição profissionais especializados para ajudar as pessoas com deficiências, caso haja a demanda.

Metodologia e didática de ensino diferenciadas: a instituição possui metodologias de ensino que atendam às necessidades de seus alunos, assim como recursos tecnológicos como o AVA para alunos dos cursos na modalidade a distância.

Treinamento: toda a equipe institucional está alinhada com as políticas de inclusão e acessibilidade adotadas.

Conscientização da comunidade acadêmica: palestras, eventos e grupos de discussão são realizados a fim de conscientizar os demais alunos sobre a importância do respeito, tolerância e diversidade no ambiente universitário.

Inclusão social: proporcionar que esses alunos sintam-se parte da comunidade acadêmica sendo engajados em todas as atividades que ocorrem na instituição, assim como qualquer aluno.

2.1.10. Política Institucional para a Modalidade EaD

O grande avanço tecnológico produzido nos últimos anos, especificamente nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), vem promovendo uma necessária reconfiguração do ensino em duas direções, sendo a primeira mais voltada a propiciar uma formação condizente com as necessidades da sociedade contemporânea, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania e a segunda destinada à exploração das possibilidades pedagógicas geradas pelo uso competente dessas tecnologias na educação.

Desde que bem explorados, os recursos tecnológicos propiciam uma grande variedade de representações, analogias, simulações, enfim, de usos pedagógicos que contribuem para tornar o conteúdo mais acessível aos aprendizes. Potencialmente, favorecem o engajamento dos agentes envolvidos no processo, bem como a construção de autonomia, o que equivale dizer que, se bem desenvolvida e implementada, a modalidade favorece a realização de uma educação de qualidade. Ademais, oferece potencial para ampliar o acesso à educação, uma vez que contribui para preencher lacunas de oferta de educação de qualidade, inclusive em regiões do país ainda carentes nesse quesito.

É nesse contexto que se situa o credenciamento e a oferta de cursos na modalidade a distância, parte integrante da política educacional da FCJP que vislumbra, na Educação a Distância, uma grande possibilidade de aliar o compromisso político e ético – marca histórica dessa Instituição – à excelência pedagógica.

Nesse sentido, mantém suas exigências de qualidade, tanto no campo dos procedimentos acadêmicos e administrativos, quanto nos critérios de avaliação dos conhecimentos produzidos, em todas as suas formas de apresentação, sem deixar de explorar potencialidades características das diversas modalidades (presencial, semipresencial e a distância – ou online).

A instituição através do NEAD (Núcleo de Educação a Distância) oferece, ao seu corpo docente, técnico - administrativo e discentes uma formação permanente – o Programa de Qualificação em EAD – formação necessária em razão das rápidas transformações por que passa a tecnologia, condição que exige aprimoramento constante de todos os usuários, especialmente dos professores, que enfrentam o desafio de saber lidar com a tecnologia e, ainda, de criar novas metodologias adequadas à Educação a Distância, tendo por objetivo a construção de conhecimentos.

De forma comprometida com sua missão institucional, normatizações e regulações internas e externas, por meio da Educação a Distância, tal política objetiva-se:

- Fomentar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à EAD e ao uso de recursos tecnológicos na educação;
- Implantar o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação nos processos de ensino e aprendizagem;
- Estimular a criação e implementação de metodologias adequadas à EaD, tendo por objetivo a construção significativa de conhecimentos;
- Ultrapassar os limites geográficos e temporais e levar educação superior de qualidade para uma parcela da sociedade carente de qualificação profissional;
- Desenvolvimento de programas de educação continuada permanente para docentes, equipe técnica e suporte administrativo;
- Adequação do modelo de gestão acadêmico - administrativa à modalidade;
- Manter o alinhamento da base tecnológica da instituição com os projetos pedagógicos;

A gestão, administração e implementação da educação a distância na FCJP constituem-se em suas principais atribuições e está subordinada ao CONSUAD – Conselho Superior de Administração e Direção Geral.

As políticas de EAD, aprovadas pelos colegiados superiores, fundamentam-se nos princípios filosóficos e teórico - metodológicos previstos neste documento, em consonância com as especificidades dessa modalidade de ensino, a seguir apresentados:

- Atendimento às demandas de formação continuada à comunidade, segundo os mesmos princípios que norteiam as demais atividades acadêmicas;
- Valorização das atividades de EAD, de educação semipresencial e de atividades de aprendizagem mediadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na difusão do conhecimento produzido por essas atividades pela IES;
- Formação continuada de recursos humanos da IES (docentes/tutores, gestores, funcionários e comunidade);
- Valorização e expansão de cursos de Educação a Distância;
- Incentivo às atividades de pesquisa na área de EAD e uso de tecnologias integradas às atividades da docência;
- Monitoramento contínuo das ações empreendidas e compartilhamento dos dados com a comunidade interna e externa;
- Consolidar a qualidade e expandir a oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EaD;
- Articulação e integração do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) com as coordenações de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão com a finalidade de projeto, planejamento e avaliação de cursos;
- Planejar e manter procedimentos operacionais, tais como planejamento estratégico, planos de expansão e projetos de implantação de novas tecnologias, garantindo a integração com os diversos setores da IES dentro da proposta acadêmica da FCJP;

- Análise e atendimento às demandas de formação continuada à comunidade a qual está inserida o EAD, mantendo a qualidade e excelência de outras atividades acadêmicas previstas na IES;
- Promover eventos com foco na EaD;
- Disponibilizar e monitorar suporte e atendimento contínuo aos discentes e colaboradores usuários dos sistemas mantidos pelo NEAD;
- Revisão e atualização periódica das metodologias aplicadas à EaD, assim com as tecnologias implantadas;
- Realizar estudos sobre a implantação dos polos de modo a analisar as condições reais da localidade de oferta, propondo ações que visem o desenvolvimento socioeconômico da região.

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado pela Faculdade Cidade de João Pinheiro é configurado para garantir a oferta da educação a distância. Nesse ambiente, o estudante tem acesso a todas as ferramentas necessárias para estudar, interagir com os colegas, professores e fazer as atividades indicadas, tirar as dúvidas, etc.

2.2. Objetivos do Curso

O C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP tem por objetivos:

- I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente do curso e seu currículo;

VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

2.3. Perfil Profissional do Egresso

O profissional Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas analisa, projeta, desenvolve, testa, implanta e mantém sistemas computacionais de informação. Avalia, seleciona, especifica e utiliza metodologias, tecnologias e ferramentas da Engenharia de Software, linguagens de programação e bancos de dados. Coordena equipes de produção de softwares. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação.

Este profissional deverá estar capacitado a atuar:

Em empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assistência técnica e consultoria;

Em empresas de tecnologia;

Em empresas em geral (indústria, comércio e serviços);

Em organizações não-governamentais;

Em órgãos públicos;

Em Institutos e Centros de Pesquisa;

Em instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

2.4. Estrutura Curricular

A proposta pedagógica tem a empregabilidade, a sustentabilidade e o empreendedorismo como pilares estratégicos para a melhoria da qualidade de vida. Com estas premissas a FCJP realiza suas atividades de ensino, pesquisa (quando for o caso) e extensão, incluindo-se, nesse contexto, os indispensáveis projetos de ações assistenciais que potencializam a responsabilidade social presente no cotidiano da instituição, preparando os estudantes para assumirem papel ativo em uma sociedade marcada pelo multiculturalismo, pela pluralidade e pela rapidez das transformações.

A estrutura curricular do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas foi elaborada para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, estabelecidas pela RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002, além do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, considerando-se também a distribuição adequada da carga horária semestral, de modo a permitir a necessária flexibilidade curricular e interdisciplinaridade, através das atividades de extensão (muitas vezes entre cursos), atividades complementares e optativas.

Atendendo ao Decreto nº 5.626/2005 o curso oferta a disciplina de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais como optativa, estando alocada na matriz curricular do curso em questão no 5º (quinto) período.

O C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP, nas figuras dos membros do Núcleo Docente Estruturante e de sua coordenação compreendem que o processo de elaboração de uma matriz curricular é dinâmico e plástico,

desta forma, no seu desenvolvimento dialoga com o mercado de trabalho, com o alunado e com as instâncias superiores, sejam elas as da própria Faculdade ou das agências reguladoras. Desta feita, a estrutura curricular aqui apresentada traz em seu bojo o que se aprendeu nos processos de avaliação formais aos quais os cursos se submeteram e as orientações institucionais da FCJP.

O C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP tem a carga horária de 2.000 horas, incluindo 80 horas de Atividades Curriculares Complementares.

A integralização do Curso no tempo mínimo de 05 semestres pode ser efetivamente cumprida pelo aluno, considerando que o Curso é ministrado em horário noturno, de 2ª a 6ª feira, com 40 horas, ou mais, semanais. As atividades teóricas e práticas, assim como os estágios curriculares supervisionados, são realizadas nos períodos matutinos, podendo ainda ser realizadas no período noturno, principalmente nas fases finais do Curso, fazendo-se dessa forma, uso consciente e objetivo de prerrogativa prevista na RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002.

A contabilização da carga horária encontra-se disciplinada no Regimento Geral da FCJP e as ações programadas e que fazem com que seja atendida a matriz curricular do curso são contabilizadas, no âmbito da FCJP, pela soma de trabalhos acadêmicos. O trabalho acadêmico compreende atividades docentes e discentes para além da sala de aula que, expressamente previstas nos Planos de Ensino, integram a carga horária da disciplina e, quando identificados como atividades complementares, a elas se agregam. O trabalho acadêmico efetivo, respeitando semestralmente os 100 dias letivos, computará duração da atividade acadêmica e o efetivo trabalho do aluno e compreende:

I - preleções e aulas expositivas;

II - atividades práticas supervisionadas tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica (quando for o caso), trabalhos individuais ou em

grupo, prática de ensino, exercícios e tarefas pertinentes ao sistema indissociável de ensino e pesquisa (quando for o caso), com cunho de aprofundamento ou aplicação de estudos, como estágios, prática profissional, trabalho de campo, participação em programas de pesquisa (quando for o caso), ou de extensão e ensino a distância.

Dentro da estrutura curricular para o referido curso, destaca-se o preparo institucional, tanto estrutural/arquitetônico quanto metodológica para garantir o acesso das pessoas com deficiência aos mais diversos espaços, ambientes, cenários e possibilidades que a vida acadêmica proporciona. Esta acessibilidade é garantida na FCJP pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Social, o qual desenvolve suas ações na busca de metodologias integrativas e acessíveis, como a construção de textos em Braille ou a divulgação da Língua Brasileira de Sinais, implantando softwares inclusivos (DOSVOX e VLIBRAS) nos computadores utilizados pela comunidade acadêmica para auxílio na absorção do conhecimento proposto, garantindo os mais diversos tipos de acessibilidade, incluindo a acessibilidade metodológica ao público alvo.

A distribuição quantitativa dos minutos de atividades que compõem a hora-aula é da responsabilidade de cada disciplina que se obriga a respeitar a carga horária mínima a ela atribuída pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A valoração e a quantificação em minutos das atividades acadêmicas são criteriosamente feitas, inadmitindo-se prejuízo ao cumprimento da carga horária total do curso. O desenvolvimento das atividades práticas das disciplinas em diferentes cenários e a participação em projetos de extensão levam a perspectiva de um trabalho coletivo (academia, serviço e comunidade), na busca de estratégias para a minimização dos problemas do cotidiano e o exercício pleno da cidadania.

O início das atividades práticas, em nível de complexidade crescente, com articulação dos conteúdos entre si, propicia ao estudante os conhecimentos, as

competências e as habilidades requeridas. Todas as disciplinas valorizam a interdisciplinaridade e possibilitam a efetiva articulação entre a teoria e a prática.

O C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas adota uma proposta de formação, na qual o estudante tem papel ativo e assume responsabilidades crescentes na construção de seu conhecimento. Como sujeito do aprendizado e tendo o professor como facilitador do processo de ensino-aprendizagem, o estudante deve familiarizar-se com os problemas relevantes na área da tecnologia em geral. Estimula-se o trabalho em equipe e a produção dinâmica de conhecimentos por meio da ação-reflexão-ação, o que permite o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes necessárias ao exercício profissional.

Na construção da Estrutura Curricular para o referido curso, existe uma grande preocupação acerca da ambientação para as disciplinas ofertadas na modalidade à distância, pensando nisso, no próprio AVA o discente encontrará diversos mecanismos de familiarização com as disciplinas EaD, tais como: Manual do Aluno; Tutoriais de Acessos; Avisos gerais da coordenação; Aplicativos e Calendário Acadêmico.

A estrutura curricular e o ementário do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas com a respectiva bibliografia básica e complementar das disciplinas são apresentados nos ANEXOS 2 e 3 respectivamente.

2.5. Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares da matriz curricular encontram-se organizados com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais, estabelecidas pela RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002, além do Catálogo Nacional para Cursos Superiores de Tecnologia.

Os conteúdos curriculares, constantes na matriz curricular, buscam promover o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso em Análise e

Desenvolvimento de Sistemas, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias em 2.000 horas, assegurando 80 horas de atividades curriculares complementares.

O curso dispõem de uma bibliografia básica e complementar adequada que validada pelo NDE, com acessibilidade metodológica presencial e virtual (garantida na FCJP pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Social, o qual desenvolve suas ações na busca de metodologias integrativas e acessíveis, como a construção de textos em Braille ou a divulgação da Língua Brasileira de Sinais, implantando softwares inclusivos [DOSVOX e VLIBRAS] nos computadores utilizados pela comunidade acadêmica para auxílio na absorção do conhecimento proposto, garantindo os mais diversos tipos de acessibilidade, incluindo a acessibilidade metodológica ao público alvo) que buscam assegurar uma abordagem dos conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental (presente na ementa da disciplina de Educação Ambiental – Optativa II – alocada no 5º semestre), de Educação em Direitos Humanos (presente na disciplina de Direitos Humanos – Optativa I - alocada no 4º semestre) e de Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (através da oferta da disciplina de História e Cultura Afrodescendente e Indígena como Optativa I no 4º semestre do curso), com conhecimentos recentes e inovadores da formação da sociedade brasileira.

A atualização curricular é um ponto importante e avaliado constantemente pelo NDE, sempre atento às necessidades locais e regionais relacionadas às demandas do mercado. As políticas de educação ambiental, libras, direitos humanos e relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, são frequentemente discutidas pelo NDE, buscando ir além das ofertas em disciplinas optativas, buscando outros caminhos como projetos de extensão, seminários, sensibilização para os referidos temas.

Distribuição das Disciplinas por Conteúdos

Os conteúdos curriculares asseguram o desenvolvimento de conteúdo dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional de um Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, de acordo com o perfil, competências e habilidades anteriormente descritos, levando-se em consideração as orientações apresentadas para a estruturação do curso. A organização dos currículos da Faculdade Cidade de João Pinheiro contempla os conteúdos comuns a todos os cursos, complementados com disciplinas organizadas para cumprir com o perfil proposto para o egresso.

Considerando a legislação vigente, os princípios básicos anteriormente definidos, o perfil e os objetivos propostos, este currículo, com carga horária total de 2.000h/a, está organizado em núcleos.

Os núcleos temáticos são estabelecidos a partir de uma visão integradora, baseada em princípios de globalização, interdisciplinaridade e complexidade, considerando os elementos locais, regionais e nacionais.

O conteúdo curricular diferenciado do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas destaca-se dentro da área profissional, promovendo um contato constante com conhecimentos recentes e inovadores. Através de disciplinas atualizadas e alinhadas com as tendências da prática do referido curso, os estudantes têm a oportunidade de explorar temas de vanguarda. A inclusão de aulas práticas, laboratórios modernos e o uso de tecnologias avançadas, que enriquecem ainda mais o contato com o conhecimento recente e inovador. Dessa forma, o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas diferencia-se ao oferecer uma formação atualizada, estimulando a busca pelo aprendizado contínuo e preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo profissional, contribuindo para o avanço e o desenvolvimento do contemporâneo da área.

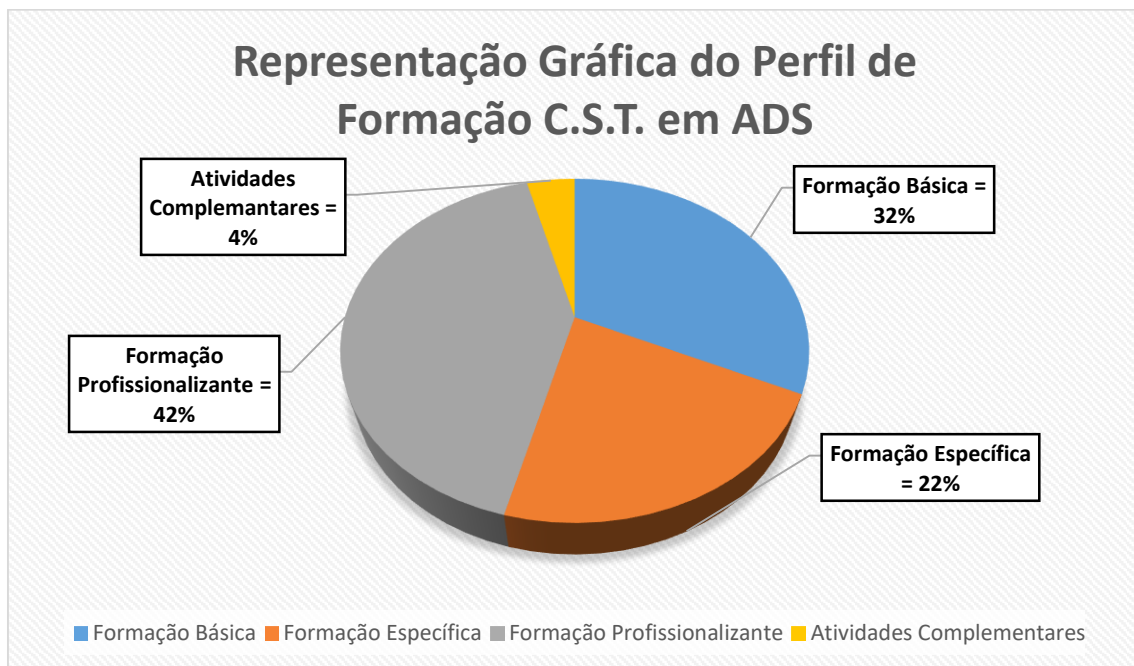
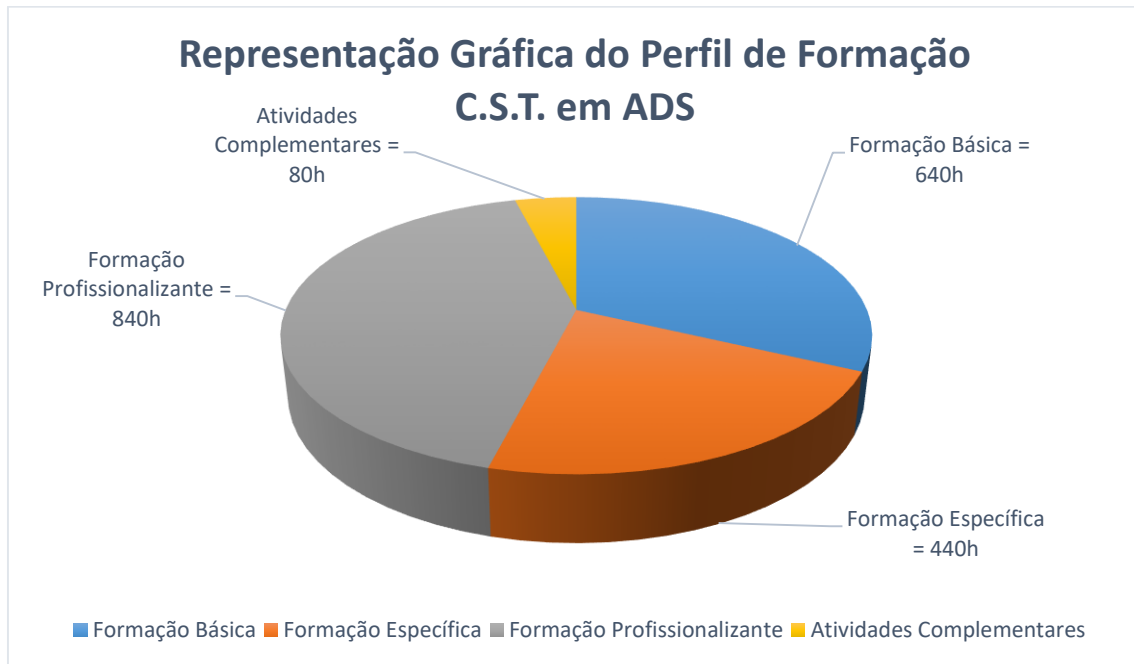
Formação Básica	Carga Horária
Língua, Comunicação e Investigação	80
Inovação e Criatividade	80
Inglês Instrumental	80
Ética e Formação Humanística	80
Raciocínio Lógico	80
Fundamentos da ADS	40
Fundamentos de Sistemas de Informação	80
Optativa I	80
Optativa II	40
TOTAL	640

Formação Específica	Carga Horária
Algoritmos e Programação	80
Arquitetura e Organização de Computadores	40
Sistemas Operacionais	80
Estrutura de Banco de Dados	80
Gerenciamento de Projetos	80
Implementação de Banco de Dados	80
TOTAL	440

Formação Profissional	Carga Horária
Linguagem de Programação I	80
Linguagem de Programação II	80
Metodologia e Desenvolvimento de Sistemas (UML/ Essencial)	40
Rede de Computadores	80

Programação Visual I	60
Programação Visual II	40
Programação Web	60
Teste de Software	80
Desenvolvimento de Sistemas para Web	60
Programação de Dispositivos Móveis	60
Projeto de Integração e Extensão I	40
Projeto de Integração e Extensão II	40
Projeto de Integração e Extensão III	40
Projeto de Integração e Extensão IV	40
Projeto de Integração e Extensão V	40
TOTAL	840

Conteúdos	Carga Horária	Percentual
Conteúdos de Formação Básica	640 horas	32,0%
Conteúdos de Formação Específica	440 horas	22,0%
Conteúdos de Formação Profissionalizante	840 horas	42,0%
Atividades Complementares	80 horas	4,0%
TOTAL	2.000 horas	100,0%



2.6. Metodologia

Os princípios metodológicos da FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO estão norteados por sua missão, a qual deverá conduzir à obtenção do perfil desejado do egresso. No caso, a FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, busca uma proposta metodológica que privilegie a qualificação do aluno, sem, no entanto, deixar de formar um cidadão crítico e capaz de pensar e estabelecer por si soluções inovadoras, não só para a organização em que trabalha, mas também para a comunidade em que vive a sociedade de um modo geral.

A aquisição de conhecimento deve ser compreendida como decorrência das trocas que o ser humano estabelece na interação com o seu meio natural, social e cultural. Ser o mediador desse processo e articular essas trocas é papel fundamental do educador.

A **autonomia discente** se expressa na forma da participação dos nossos alunos nos órgãos colegiados com equidade de integrantes, como ocorre no Colegiado e CPA, devidamente implementados e funcionais. Nesses órgãos colegiados a participação discente é essencial para que possam participar de todo o processo de formação, saindo da posição de espectador passivo e passando para a posição de participação ativa, garantindo sua autonomia no processo de formação.

Dentro do processo de ensino-aprendizagem e de todo processo metodológico que o discente está inserido existe um **acompanhamento contínuo**, que é feito principalmente através da CPA, onde dentre suas questões, temos algumas direcionadas especificamente à verificação da acessibilidade metodológica e autonomia discente. Este levantamento é muito importante, porque permite a IES e a Coordenação se orientar no sentido de moldar o curso e o processo em si, garantindo uma formação participativa, ativa, sem barreiras e com autonomia para os nossos discentes.

A metodologia utilizada pela IES busca constantemente o incremento e a ampliação da **acessibilidade metodológica**, que é também conhecida como

acessibilidade pedagógica e diz respeito à queda de barreiras nas metodologias de ensino. Exemplo: quando professores realizam trabalhos e atividades com o uso de recursos de acessibilidade para alunos com deficiência, como textos em BRAILE ou textos ampliados. Além da acessibilidade metodológica, o curso busca também sempre potencializar a acessibilidade atitudinal, no que diz respeito ao comportamento das pessoas sem preconceitos estereotipados, estigmas e discriminações além da acessibilidade arquitetônica na busca da promoção da adequação de espaços e a extinção de barreiras física e ambientais nas edificações fornecidas pela IES.

O Curso visa à qualificação e competência do egresso, adotando para tal, métodos de ensino e aprendizagem diversificados e criativos. Vale ressaltar que a implementação da formação profissional “saber fazer” deve envolver a incorporação de uma pedagogia, fundamentada numa concepção mais crítica das relações existentes entre educação, sociedade e trabalho.

Sendo assim, o Curso possui as seguintes práticas pedagógicas:

- ✓ **Seminários, Simpósios, Conferência e Congressos:** Metodologia utilizada como uma forma de avaliação, preparando o aluno para a prática expositiva, sistematização de ideias, clareza ao discorrer sobre o assunto em pauta. Auxilia na Comunicação e Expressão Oral.
- ✓ **Palestras:** Metodologia utilizada após o professor aprofundar determinado assunto, tendo o palestrante a finalidade de contribuir para a integração dos aspectos teóricos com o mundo do trabalho.
- ✓ **Ciclo de Palestras:** Metodologia utilizada na busca de integração de turmas e avanço do conhecimento, trazendo assuntos novos e enriquecedores, além de proporcionar aos alunos a prática de cerimonial e organização de eventos.
- ✓ **Dinâmicas de Grupo:** Aprendizagem vivencial como forma de motivação, diferenciação e preparação dos alunos para o mercado de trabalho, com estimulação do desenvolvimento da contextualização crítica, tomada de

decisões e liderança. Ativa a criatividade, iniciativa, o trabalho em equipe e a negociação.

✓ **Visitas Técnicas:** Realização de visitas, em empresas, de forma a integrar teoria e prática, além de contribuir para o estreitamento das relações entre instituição de ensino e comunidade empresarial. Visão sistêmica e estratégica de conteúdos.

✓ **Estudos de Caso:** Atividade de aplicação dos conteúdos teóricos, a partir de situações práticas, visando ao desenvolvimento da habilidade técnica, humana e conceitual.

✓ **Projetos Culturais e de Extensão:** Projetos desenvolvidos em prol da sociedade de João Pinheiro que são desenvolvidos durante o curso pelo coordenador.

✓ **Aulas Expositivas:** Método tradicional de exposição de conteúdo, porém com a utilização de recursos audiovisuais como retroprojetor, data show, TV e vídeo que asseguram a compreensão dos conteúdos.

Em sala de aula, o tempo é usado para resolver problemas em conjunto, ampliando o aprendizado colaborativo. Nesse foco os estudantes deixam de serem consumidores de conteúdo e passam a produzi-los, incorporando em sua prática o domínio de ferramentas que usam diariamente, como aplicativos para computadores, dentre outras mídias. Assim, eles sentem que participam do processo acadêmico.

Para que as estratégias adotadas alcancem o resultado esperado, e as atividades devem atender às indicações metodológicas:

✓ No início do curso, os alunos são informados do que serão capazes de realizar após o período de aprendizagem;

✓ Incentivar os alunos a expressar suas expectativas em relação ao curso de forma a possibilitar uma adequação entre suas expectativas e os objetivos propostos;

- ✓ Informar os alunos a respeito da metodologia de aprendizagem a ser utilizada e dos procedimentos de avaliação de sua aprendizagem prática e técnica, ressaltando-se a importância da avaliação como meio de auxiliá-los na aprendizagem;
- ✓ Utilizar os procedimentos que possibilitem a prática das tarefas e operações por parte dos alunos;
- ✓ Executar, em sequência programada, as diversas tarefas e operações;
- ✓ Concretizar o ensino através de ambientes e técnicas especiais, que reproduzam, na medida do possível, situações reais de trabalho;
- ✓ Executar as tarefas em situações diversificadas, de forma a possibilitar aos alunos flexibilidade dos comportamentos e a autoadequação às variações e mudanças sociais e de trabalho;
- ✓ Utilizar procedimentos que possibilitem aos alunos a aquisição de hábitos de estudo que lhes favoreçam contínuo autoaperfeiçoamento;
- ✓ No final da etapa da aprendizagem, proporcionar aos alunos e aos docentes a oportunidade de avaliar os objetivos previstos, utilizando os dados desta avaliação para eventuais reformulações no Plano de Ensino.

A metodologia utilizada pela IES é baseada na Dialética, cujo foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias e que tem sido um tema central na filosofia ocidental e oriental desde os tempos antigos.

O processo ensino-aprendizagem é composto por quatro elementos reais que devem ser considerados: o aluno, o professor, o conteúdo e as variáveis ambientais, ligadas às características da Instituição. Cada um desses elementos exerce uma rede de influências sobre os demais, ligando-os e alterando suas características.

Analisando cada elemento, entende-se que o aluno é um participante efetivo do processo de ensino-aprendizagem e não um mero coadjuvante; que o professor é um orientador no processo de aprendizagem, e não o detentor do

conhecimento; que o conteúdo adequado é à base da captação e compreensão pelo aluno das informações necessárias ao seu aprendizado; que a percepção das variáveis ambientais, em especial, as questões de relacionamento e clima organizacional da Faculdade, é fundamental para o desempenho adequado de todos os fatores do processo.

No que se refere propriamente aos métodos de ensino, vale dizer que estas são as formas através das quais os professores irão trabalhar os diversos conteúdos, com a finalidade de atingirem os objetivos propostos no projeto pedagógico. Compreendem, então, as estratégias e procedimentos adotados no ensino por professores e alunos caracterizam-se por ações conscientes, planejadas e controladas, e visam atingir, além dos objetivos gerais e específicos propostos, algum nível de generalização.

De modo geral, a FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, aplica metodologias modernas e variados recursos de ensino-aprendizagem, de acordo com as necessidades e as especificidades de cada disciplina. Como exemplos podem ser citados o método expositivo-dialogado de aula, estudo dirigido, dinâmicas de grupo, estudos de caso, jogos e simulações, debates, entre outros. Busca-se a utilização de métodos de ensino que privilegiem a iniciativa, a criatividade, o trabalho em equipe dos alunos na busca de soluções práticas para os problemas organizacionais.

Entendemos que os meios de ensino são os recursos materiais e tecnológicos, utilizados por professores e alunos, sob determinadas condições previamente planejadas, que facilitam a comunicação docente e o aprendizado, seja pela apresentação ou representação de aspectos da realidade concernentes ao currículo, ou pela mediação de sistemas simbólicos que permitiriam uma relação crítico-ativo dos alunos com o seu entorno - o meio físico e o espaço sociocultural. Como meios pode-se citar o aparato tecnológico oferecido pela FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO, como laboratórios de informática,

com acesso à Internet, projetores multimídia, TV e vídeo, biblioteca adequada, entre outros.

Finalmente, procura-se uma constante melhoria na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, principalmente nas disciplinas de conteúdo mais complexo, nas quais o corpo discente encontra maiores dificuldades.

2.7. Estágio Curricular Supervisionado - Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. *NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN)*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas o indicador Não se Aplica.

2.8. Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica. *Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e este indicador ser obrigatório apenas para cursos de licenciatura, o mesmo Não se Aplica.

2.9. Estágio Curricular Supervisionado – relação teoria e prática. *Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e este indicador ser obrigatório apenas para cursos de licenciatura, o mesmo Não se Aplica.

2.10. Atividades Curriculares Complementares

Constitui-se de atividades curriculares complementares todas as atividades que proporcionem formação em caráter complementar do currículo pleno, cujos conhecimentos, de formação geral e específica, sejam relevantes ao processo ensino-aprendizagem e contribuam para a concepção de preparação humanista do perfil profissional almejado pelos Cursos da FCJP.

As diretrizes curriculares nacionais gerais para os C.S.T. apontam para a necessidade do desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos. O objetivo é a formação pessoal e social do aluno como plataforma básica da sua formação profissional, permitindo-lhes maior facilidade no enfrentamento das contínuas mudanças tecnológicas e ambientais do mercado de trabalho.

É neste contexto que surgem nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação as Atividades Curriculares Complementares, pretendendo levar o aluno a buscar formas diversificadas de desenvolver o seu perfil profissional, através de participação em ações de pesquisa (quando for o caso), iniciação científica e extensão.

Essa mudança de visão tem, de forma geral, efeitos profundos na forma como se compõe, atualmente, uma proposta curricular e na metodologia didático pedagógica a ser adotada. O enfoque no desenvolvimento de competências e habilidades requer uma metodologia focada na responsabilidade do aluno em aprender e não mais, apenas, no professor em ensinar.

Dentro desse prisma, a aprendizagem passa a requerer, por parte do aluno, capacidade de pesquisar, analisar, criticar, criar, inovar e pensar. A função do professor se transforma de transmissor do conhecimento para orientador na constante busca do conhecimento.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro alinha-se a essa nova metodologia da aprendizagem centrada no desenvolvimento de competências e habilidades, procurando:

- Incentivar o aluno a participar de atividades fora da sala de aula e de práticas laboratoriais;
- Firmar convênios para estágios curriculares e extracurriculares, e desenvolvimento de projetos de assistência comunitária;
- Estabelecer parcerias e intercâmbio com empresas e outras instituições para o desenvolvimento de ações de extensão, dentre outras iniciativas que favoreçam a participação discente.

O conjunto dessas oportunidades proporciona uma efetiva integração do ensino, da pesquisa (quando for o caso) e das atividades de extensão, bem como a consolidação do processo de aprendizagem, tendo em vista que este processo depende da atitude assumida pelo aluno de pesquisar, indagar, observar e analisar criticamente, e, ainda, de manter uma efetiva participação com o meio social.

O curso atribui uma parte de sua carga horária total para as Atividades Curriculares Complementares, que não serão alocadas em nenhum semestre específico. As atividades extracurriculares estão detalhadas no projeto pedagógico do respectivo curso.

O registro no Histórico Escolar será feito pela Secretaria Geral mediante processo individualizado, promovido no período da formatura para integralizar a totalidade de carga horária.

A validação do aproveitamento das atividades complementares será realizada pelo(a) Coordenador(a) do curso no período de abertura de entrega dos certificados, conforme calendário acadêmico.

Havendo compatibilidade entre o seu conteúdo e a posição ou adiantamento acadêmico do aluno no curso, são admitidas, dentre outras, as seguintes modalidades de Atividades Curriculares Complementares:

Serão consideradas atividades curriculares complementares:

Disciplinas Eletivas: serão consideradas disciplinas eletivas aquelas oferecidas pela Faculdade em cada linha de formação, não contabilizadas nas horas da linha de formação, desde que atendam às necessidades da formação do profissional, as quais deverão ser solicitadas ao Colegiado até data prevista pelo mesmo, no semestre anterior, para apreciação e aprovação da viabilidade de aproveitamento curricular. Após aprovação no colegiado, o aluno deverá matricular-se na disciplina requerida, seguindo as normas da IES e, ao concluir a disciplina, o mesmo encaminhará ao Colegiado o pedido de aproveitamento, para que o mesmo aprove e encaminhe às respectivas coordenações de cursos da Graduação o estudo de aproveitamento da referida disciplina para constar no histórico escolar. A carga horária será contabilizada integralmente.

Estágio Extra Curricular: será considerado estágio extracurricular aquele não previsto no currículo. Para ser considerada atividade complementar o aluno deverá apresentar no início do semestre um plano de atividades ao Colegiado de Curso, o qual aprova ou não. Ao final do estágio o acadêmico deverá entregar ao colegiado um relatório das atividades desenvolvidas para avaliação. Será contabilizado como atividade complementar 50% da carga horária total realizada.

Participação em Projetos de Ensino e Pesquisa (quando for o caso): da carga horária total em projetos, o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante a aprovação do professor coordenador do projeto, que deverá encaminhar ao Colegiado de Curso a carga horária total do aluno.

Participação em Projetos de Extensão: o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante a aprovação do professor coordenador do projeto, que deverá encaminhar ao Colegiado de Curso a carga horária total do aluno.

Participação em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Workshops e Cursos: 50% da carga horária total dessas atividades poderão ser contabilizadas como atividade complementar, desde que relacionadas com

o Curso, mediante o encaminhamento de cópia do certificado de participação e relatório da atividade ao Colegiado de Curso, o qual aprovará a atividade.

Semana Acadêmica: a participação será contabilizada integralmente, mediante o encaminhamento de cópia do certificado ao Colegiado.

Monitoria: da carga horária total de atividades de monitoria o aluno poderá contabilizar 50% como atividade complementar, mediante o encaminhamento do Relatório de Atividades pelo professor orientador ao Colegiado de Curso.

Apresentação de Trabalhos em Congressos, Fóruns e Seminários: cada apresentação de trabalho corresponderá a 20 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do trabalho e cópia do comprovante de apresentação, que será avaliada pelo Colegiado de Curso.

Publicações: cada trabalho publicado em periódicos nacionais corresponderá a 15 horas e o publicado em periódicos internacionais corresponderá a 30 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do artigo ao Colegiado de Curso, o qual será aprovado pelo mesmo.

Participação em Eleições como Mesário: os acadêmicos poderão participar de processos eleitorais como mesários universitários, usufruindo de parceria entre a instituição e o Tribunal Regional Eleitoral, esta participação corresponderá a 10 horas de atividades complementares por dia trabalhado, mediante a apresentação de documentação comprobatória da participação.

Também como atividade complementar a IES possui convênio com escola(s) de idioma para que os integrantes da comunidade Acadêmica possam tornar-se fluentes em uma ou mais línguas estrangeiras, o certificado de conclusão do nível intermediário em língua estrangeira, de escola(s) que mantenha convênio com nossa Instituição, corresponderá a 30 horas de atividade complementar.

A Faculdade FCJP adota mecanismos comprovadamente exitosos e inovadores na regulação, gestão e aproveitamento das atividades complementares dos

estudantes. Um desses mecanismos é a criação de um sistema estruturado para o registro e acompanhamento das atividades complementares realizadas pelos alunos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas diretrizes curriculares. Esse sistema permite uma gestão eficiente, garantindo o controle e a verificação das atividades realizadas.

Além disso, a FCJP valoriza a diversidade de atividades complementares, incentivando os estudantes a participarem de diferentes experiências que vão além das disciplinas obrigatórias. Essas atividades podem incluir participação em eventos científicos, congressos, simpósios, cursos de extensão, projetos de pesquisa, monitorias, atividades de voluntariado, entre outros. A instituição promove a divulgação dessas oportunidades, buscando ampliar as opções disponíveis aos estudantes.

Outro aspecto inovador na gestão das atividades complementares é a flexibilização e o reconhecimento de experiências relevantes para a formação dos alunos. A FCJP adota critérios claros e objetivos para avaliar e validar as atividades realizadas, levando em consideração a relevância, a coerência com o perfil do egresso e a contribuição para a formação acadêmica e profissional. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de explorar áreas de interesse e desenvolver habilidades específicas, ampliando sua formação além das disciplinas tradicionais.

Adicionalmente, a FCJP estabelece parcerias estratégicas com instituições e empresas, facilitando a realização de estágios e outras atividades complementares. Essas parcerias proporcionam aos estudantes oportunidades de vivenciar o cotidiano profissional, adquirir experiência prática e estabelecer contatos profissionais relevantes para sua futura carreira.

No geral, os mecanismos adotados pela Faculdade FCJP para regulação, gestão e aproveitamento das atividades complementares são fundamentais para enriquecer a formação dos estudantes, proporcionando uma visão mais abrangente da profissão e incentivando o desenvolvimento de competências além do currículo tradicional. A valorização da diversidade de atividades, a

flexibilização na validação e o estabelecimento de parcerias estratégicas são elementos-chave que contribuem para o sucesso e a inovação nesse aspecto da formação acadêmica.

2.11. Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). *Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas o indicador Não se Aplica.

2.12. Apoio ao Discente

A IES possui um Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAPD), que por sua vez apresenta uma ramificação denominada Setor de Acolhimento Discente. Esse setor tem como papel atuar em 4 eixos:

1) Apoio à aprendizagem: executada através ofertas de monitoria, nivelamento e outros.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro compreende o nivelamento como apoio aos estudantes, por meio de ações que minimizem as lacunas em relação aos conceitos básicos de ensino médio. O programa terá como objetivo:

1. Oportunizar igualdade de condições de acesso à informação e ao conhecimento;
2. Proporcionar a construção dos conhecimentos, possibilitando um melhor desenvolvimento no ensino superior;
3. Minimizar a dificuldade dos estudantes em relação aos conteúdos fundamentais da Educação Básica nas áreas de Biologia, Língua Portuguesa, Matemática e Informática/tecnologia.

As Atividades de Nivelamento são para aqueles alunos que encontram dificuldades nas disciplinas propostas pelo curso quando ingressam na Faculdade, independentemente do nível de conhecimento básico, tem como objetivo reviver os conhecimentos adquiridos anteriormente, de forma que acelere a adaptação do ambiente acadêmico.

Estas atividades estão disponíveis também para os discentes de outros períodos do curso, a fim de recuperar os aprendizados adquiridos em anos acadêmicos anteriores, refletir e aperfeiçoar os conhecimentos básicos, que por sua vez formam o alicerce para seu desenvolvimento não deixando também a conotação de Inclusão Social. Em última instância, os cursos de nivelamento proporcionarão uma maior facilidade para os docentes, na medida em que tornam mais homogêneos os conhecimentos dos alunos.

Contudo, será sempre ofertado no início de cada semestre, podendo ser intensificado sistematicamente no decorrer do mesmo, em horários alternativos e fora do horário normal das aulas regulares para atendimento em grandes e pequenos grupos, proporcionando condições de todos os alunos interessados participarem.

As atividades de nivelamento caminham em consonância com as atividades complementares, no sentido de garantir a concretização do perfil profissional proposto pelo Curso, não sendo obrigatórias, mas a reiterada ausência ou pouco caso dos discentes com problemas de acompanhamento didático, para com relação a essas atividades, implicarão em medidas de advertência.

O coordenador de curso, ouvindo o Colegiado do Curso e NDE, a partir do diagnóstico inicial fomenta e apoia ações de nivelamento, visando o atendimento dos alunos para o desenvolvimento dessas atividades.

2) Apoio à educação inclusiva: a Educação Inclusiva é destinada a todos os alunos, sem discriminação de raça, cor, religião ou qualquer tipo de deficiência. Diante disso, o Decreto 6949/2009 no qual promulga a Convenção

Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu Artigo 9º, discute as questões de eliminação das barreiras de Acessibilidade, que implicam nas barreiras à acessibilidade arquitetônica; de comunicação; o acesso a informações, pedagógicas, como também a eliminação das barreiras à acessibilidade digital.

A inclusão educacional compreende o atendimento a todos os alunos e em todos os níveis de ensino. Dessa maneira, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, o atendimento deve se estender também aos alunos com Distúrbios de Aprendizagem e TDAH, os quais também requerem um atendimento educacional especializado e, como revela o documento, se enquadram no grupo dos Transtornos Funcionais Específicos. Podemos apontar como os que fazem parte deste grupo de alunos com NEE's, os que apresentam: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, e ainda os com transtorno de atenção e hiperatividade.

A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, bem como executa ações que promovem o acesso e a permanência de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas na Faculdade, acompanhando os estudantes nos seus diversos segmentos acadêmicos e no seu processo de formação. Disponibilizando acessibilidade arquitetônica, instrumental, de comunicação, pedagógica e também na confecção e adaptação de materiais didáticos.

A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes a participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste, a IES disponibiliza serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes, bem como dispõe de recursos tecnológicos e humanos especializados, para

acompanhar as pessoas com deficiência em diferentes situações na Faculdade, além de orientar coordenadores e professores sobre o processo de inclusão dos estudantes no Ensino Superior.

3) Apoio Psicossocial: é executado através dos atendimentos, da ouvidoria, psicopedagogia e psicologia, formada por uma equipe multidisciplinar. Possui como finalidade de atender as necessidades de estudantes que apresentam algumas dificuldades indicadoras de sofrimento psíquico e que impactam diretamente nos processos de ensino e aprendizagem. Constitui-se desta forma, um trabalho que se impõem como uma necessidade atual para a Faculdade que busca a excelência acadêmica com o olhar voltado ao humano. Legitima-se como espaço de escuta, intervenção e mediação frente as dificuldades decorrentes dos processos de ensino e aprendizagem e demais questões que envolvem a condição humana, onde estudantes, professores e gestores tem apoio para trabalhar:

- Auxílio no enfrentamento das dificuldades que possam interferir no processo de ensino e aprendizagem;
- Ações que auxiliam o (a) aluno (a) a construir a sua maturidade, atitudes e habilidades para além da construção do conhecimento teórico;
- Ações que contribuem em soluções para as questões e ou dificuldades enfrentadas;
- Mediação de conflitos;
- Ampliação da rede social de apoio do estudante para atendimento de suas necessidades e demandas;
- Identificação do sofrimento psíquico e mediações em busca da construção e reconstrução dos sentidos de vida;

- Mediação das relações com professor e aluno(a) com vistas a contribuir o bom relacionamento entre ambos com impactos nos processos de ensino e aprendizagem.

Enfim, o Atendimento Psicopedagógico (NAPD) busca sanar as dificuldades e motivar os seus discentes a participarem de todas as atividades e projetos ofertados pela IES. Diante disso, coloca à disposição dos alunos a monitoria, iniciação científica, participação de programas de extensão, eventos diversos, de natureza educacional, cultural, social e científica, como estratégia do processo ensino-aprendizagem, fazem parte ainda ações da ouvidoria, CPA, coordenação acadêmica, secretaria acadêmica, nivelamentos, psicólogo, pedagogo, coordenadores acadêmicos, setor financeiro, jurídico com encaminhamentos a bolsas com recursos próprios e governamentais como FIES. Dessa forma, as monitorias, os programas de extensão e a iniciação científica têm como objetivo o estreitamento da relação professor-aluno e a complementação do atendimento extraclasse.

Cada setor exerce uma função na parte de psicopedagogia, a secretaria fornece a documentação necessária para o dia a dia dos discentes, os coordenadores auxiliam no acompanhamento de disciplinas, atividades extraclasse, atividades complementares a serem desenvolvidas, já os setores financeiro e jurídico auxiliam os discentes que apresentam dificuldades financeiras e encaminham os mesmos a buscar bolsas em programas governamentais e também verifica a possibilidade de bolsas com recursos próprios. Alguns discentes também são atendidos e beneficiados com estágios remunerados em suas áreas de atuação dentro da própria instituição.

4) Apoio social: atua através dos programas de bolsas, de descontos, de oferta de financiamento facilitado e próprio, oferta de monitorias remuneradas, disponibilidade de FIES, FAS (financiamento próprio), parcerias empresariais e

disponibilidade de estágios não obrigatórios remunerados em empresas conveniadas, dentre outros.

Sendo importante lembrar que os estágios não obrigatórios remunerados são intermediados e acompanhados pela IES através de seu núcleo de estágio, que tem suas informações detalhadas no Regulamento de Estágio.

É importante ressaltar que a IES, dentro da perspectiva de apoio discente, sempre apoiará e incentivará a participação destes nos centros acadêmicos buscando despertar nos alunos um espírito crítico, estimulando o debate de ideias e formação de cultura, além de integrar alunos, professores e diretores. Neste sentido a IES por seu núcleo NAPD ainda incentiva e coordena intercâmbios nacionais e internacionais.

O atendimento extraclasse ao acadêmico(a) é realizado pela Coordenação do Curso, pelos Professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, pedagoga, psicólogos, coordenador acadêmico, secretaria acadêmica com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo núcleo destinado ao apoio psicopedagógico aos discentes e docentes.

Cada setor exerce uma função na parte de psicopedagogia, a secretaria fornece a documentação necessária para o dia a dia dos discentes, os coordenadores auxiliam no acompanhamento de disciplinas, atividades extraclases, atividades complementares a serem desenvolvidas, já os setores financeiro e jurídico auxiliam os discentes que apresentam dificuldades financeiras e encaminham os mesmos a buscar bolsas em programas governamentais e também verifica a possibilidade de bolsas com recursos próprios. Alguns discentes também são atendidos e beneficiados com estágios remunerados em suas áreas de atuação dentro da própria instituição.

Sendo assim, cabe ao Coordenador acompanhar o desenvolvimento discente e apoiar as suas atividades acadêmicas, em consonância com o professor da

disciplina ou conteúdo que requer a atividade de nivelamento, recebendo o auxílio dos docentes, especialmente, na orientação para o processo de aprendizagem, na elaboração de trabalhos de graduação, nas atividades complementares e nos estágios curriculares e extracurriculares remunerados ou não.

2.13. Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa

A gestão do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP considera, tanto na atuação da coordenação de curso, corpo docente, NDE e colegiado os resultados obtidos nos processos de avaliação interna e externa que são constantemente utilizados como insumos para aprimoramento do planejamento e gestão do curso e são os seguintes a serem considerados:

- Os resultados das avaliações externas realizadas pelos acadêmicos:

ENADE: realizado pelos discentes, conforme cronograma estabelecido, que possibilita a adequação dos resultados obtidos nos componentes das provas e melhor direcionamentos das atividades docentes;

Avaliações Institucionais e Avaliações do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e outros da IES: realizadas pela IES junto aos órgãos competentes que poderá nutrir com informações e feedbacks do processo avaliativo e de aprendizagem estabelecido;

- Os resultados das avaliações internas realizadas pelos acadêmicos:

CPA: o C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP passa por autoavaliação sistemática, atendendo à Política de Avaliação do Curso, por meio da Comissão Própria de Avaliação, que, através de seus questionamentos direcionados a todos os setores da IES, e também com questionamentos

específicos referentes ao curso, se coloca como uma ferramenta capaz de auxiliar no processo de gestão do curso, alinhando o corpo técnico e alunado, apontando para as principais necessidades e anseios dos acadêmicos, técnicos administrativos e docentes.

O planejamento engloba ações que vão desde a análise situacional do processo de ensino e aprendizagem, até a projeção, execução e controle da gestão do curso, nas quais são definidas, no campo dos resultados e do desempenho acadêmico, os objetivos estratégicos, as estratégias, as metas e as ações a serem desenvolvidas para a consecução dos novos resultados almejados, ou seja, os resultados de todos os processos autoavaliativo (CPA) ou de avaliações externas (ENADE e processos de regulação institucionais e de curso - MEC/INEP) servem como ferramentas eficazes no direcionamento de todas as melhorias institucionais mais relevantes, buscando o melhoramento contínuo do planejamento do curso.

Os resultados das avaliações internas e externas são disponibilizados à comunidade acadêmica com publicação dos atos nos quadros de avisos internos da IES e no site institucional, incluindo os relatórios gerados através da análise destes dados pelos gestores do curso.

A efetiva apropriação dos resultados da gestão da coordenação de curso pela comunidade acadêmica pode ser evidenciada por meio de diversas ações e indicadores. Primeiramente, a participação ativa dos estudantes, professores e demais membros da comunidade acadêmica nas decisões e processos de gestão demonstra um alto nível de engajamento e interesse na melhoria contínua do curso.

Além disso, a existência de canais de comunicação efetivos, como reuniões periódicas, fóruns de discussão e enquetes, permite que a comunidade acadêmica manifeste suas opiniões, sugestões e críticas em relação à coordenação do curso. Essa troca de informações e feedbacks é uma evidência

de que os resultados da gestão estão sendo apropriados e avaliados pela comunidade de forma ativa.

Outra evidência de apropriação dos resultados é a implementação de mudanças e melhorias no curso com base nas demandas e necessidades levantadas pela comunidade acadêmica. Se a coordenação de curso consegue efetivamente incorporar as sugestões e demandas dos estudantes e professores, promovendo alterações no currículo, na infraestrutura ou nas atividades acadêmicas, isso indica que os resultados da gestão estão sendo levados em consideração e aplicados de maneira prática.

O acompanhamento e delineamento de processo autoavaliativo do curso está previsto nas atividades administrativas da coordenação, através da CPA e seus questionários aplicados anualmente e, semestralmente através das reuniões do NDE do curso, bem como nos processos de autoavaliação do estágio curricular obrigatório que ocorrem também semestralmente.

A satisfação dos estudantes e docentes em relação à coordenação de curso é uma evidência crucial de apropriação dos resultados. Quando a comunidade acadêmica expressa um alto grau de satisfação com a coordenação, reconhecendo seu comprometimento, transparência e eficiência na gestão do curso, isso reforça a ideia de que os resultados estão sendo apropriados e valorizados pela comunidade de forma positiva.

2.14. Atividades de Tutoria

As atividades de tutoria na FCJP são desenvolvidas pelos docentes/tutores, estes profissionais são contratados em regime de tempo parcial e integral, carga horária esta, suficiente para o atendimento pleno de todas as demandas presenciais e virtuais inerentes ao cargo, e, apresentam os mesmos, formação e qualificação na área de aderência da disciplina sob sua responsabilidade, sendo que os mesmos possuem titulação de pós-graduação. Todas estas

características garantem um profissional com domínio de conteúdo e associado as capacitações, temos um profissional atualizado quanto aos recursos, utilização de materiais didáticos e acompanhamento dos discentes no processo formativo. A IES, preocupando-se com a formação e capacitação continuada de seus pares, fornece capacitações contínuas para seus professores/tutores não apenas melhorando a relação entre os docentes/tutores com os acadêmicos mas também permitindo que os mesmos apresentem total domínio das ferramentas digitais e da plataforma EaD utilizadas pela IES.

No apoio às atividades do professor formador, efetuada através do ambiente virtual de aprendizagem, temos os professores/tutores, que são os responsáveis por atuar presencialmente prestando atendimento aos alunos.

Suas atribuições são:

- # Apoiar os estudantes nas atividades presenciais;
- # Receber e distribuir material para os alunos, quando necessário;
- # Orientar os estudantes quanto ao manuseio das mídias e tecnologias utilizadas no curso;
- # Identificar as dificuldades dos estudantes, ajudando-os a saná-las e estimulando-os a desenvolver análise crítica dos problemas;
- # Dedicar a devida atenção aos estudantes com necessidades especiais, buscando orientação e apoio específicos, quando for o caso;
- # Incentivar e motivar o trabalho colaborativo, cooperativo, orientando para a formação de grupos de estudos;
- # Identificar os estudantes com problemas de desmotivação, rendimentos insuficientes e atrasos no desenvolvimento das atividades propostas pelo professor formador, dedicando-lhes atenção especial;
- # Acompanhar as atividades solicitadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA pelo professor formador;
- # Elaborar os relatórios de frequência dos alunos;
- # Elaborar os relatórios de desempenho dos alunos nas atividades;

- # Aplicar avaliações presenciais;
- # Manter-se em contato com os alunos e professores formadores;
- # Avaliar, de forma contínua, a atuação dos alunos e sua própria atuação.

A IES lança mão de mecanismos avaliativos referentes às atividades de tutoria desenvolvidas em seus cursos na modalidade a distância, um destes mecanismos é a avaliação promovida pela CPA através de questionamentos presentes em questionários de autoavaliação acerca do atendimento às demandas, do domínio do conteúdo e das ferramentas digitais de aproximação professor/aluno utilizados nesta modalidade, esta avaliação permite a geração de resultados que são utilizados no acompanhamento das características institucionais e do curso e fomentando decisões sobre as ações corretivas a serem tomadas e que são discriminadas nos relatórios da CPA e no Projeto de Avaliação Periódica, outro mecanismo é a oportunidade de autoavaliação através de pesquisas periódicas de experiência do usuário disponíveis no AVA.

De acordo com os resultados apresentados pela CPA e pela pesquisa de satisfação do usuário, são propostas ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras na tutoria.

Tais ações são planejadas pela coordenação juntamente com o NEAD e sua equipe multidisciplinar. As mesmas podem ser ofertadas em forma de treinamentos, capacitações (conforme política de capacitação dos professores/tutores), encontros pedagógicos dentre outros.

As ações corretivas são trabalhadas de forma muito didática com o professor/tutor, uma vez que a mesma tem a função de corrigir possíveis falhas não tendo caráter punitivo.

No decorrer do processo de aprendizagem o modelo de avaliar o desempenho da tutoria em EaD bem como as ações corretivas poderão ser modificadas ou

adaptadas para atender as mudanças atuais, devendo ser explorados amplamente no intuito de definir a metodologia mais adaptável.

2.15. Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria

Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria atendem as premissas previstas no PPC do curso, levando em conta que:

- Todos os professores/tutores apresentam formação na área que atuam.
- Os professores/tutores passam por avaliações periódicas, sendo tal processo institucionalizado pela política de avaliação dos professores/tutores.
- Todos os professores/tutores passam por capacitações recorrentes, sendo tal processo institucionalizado pela política de capacitação e formação continuada dos professores/tutores.

– São exemplos desta política de capacitação e formação continuada:

- * Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais;
- * Promover Formação Continuada didático-pedagógicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc;
- * Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de professores/tutores;
- * Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes;
- * Disponibilizar acervo bibliográfico online aos professores/tutores;
- * Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes;
- * Disponibilizar bolsas de estudos para os cursos de pós graduação lato sensu ofertados pela IES;

- * Criar programa de Inter formação entre os professores/tutores EAD e professores da graduação presencial;
- * Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem;
- Todos são capacitados, dentro das premissas da política de interação entre discentes, docentes/tutores;
- Todos os professores/tutores passam por diversas capacitações dentre elas a de familiarização do AVA e SOLIS.

Com isso a IES preza pela adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes.

São alguns conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe tutorial da FCJP:

- Capacidade de desenvolver a adequação dos conteúdos dos materiais didáticos digitais e auxiliar a equipe de mídias para elaboração mais adequada dos objetos de aprendizagem;
- Capacidade de desenvolver as atividades de docência das disciplinas curriculares do curso, nos fóruns e na sala de aula virtual;
- Capacidade de preparar as atividades para o Fórum de Discussão a partir do material didático e prover a participação dos alunos;
- Organizar a agenda e a preparação da aula e ministra-la na sala virtual, assim como motivar a participação dos alunos.
- Utilizar diariamente os recursos tecnológicos disponibilizados para interagir com os alunos;
- Promover a cultura da educação a distância e o uso dos espaços virtuais para aprendizagem.

2.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo Ensino-Aprendizagem

Para acompanhar o uso cada vez mais intenso da tecnologia da informação e comunicação (TIC), como recurso do processo de ensino e aprendizagem, a FCJP busca continuamente a melhoria de acessibilidade às novas modalidades de multimídia. A infraestrutura oferecida aos alunos e professores contempla laboratórios de informática com programas específicos, aplicáveis ao ensino nas diferentes áreas.

Acompanhando a evolução dos recursos educacionais, o corpo docente e discente tem a sua disposição laboratórios de informática, para atender às demandas dos cursos com livre acesso à Internet e ao Portal Educacional. Através do Portal Educacional – SOLIS, os acadêmicos dos cursos e professores tem a oportunidade de consultar e divulgar informações importantes do cotidiano acadêmico como solicitação de documentos via secretaria geral da instituição (inclusive documentos validados como o histórico escolar), acesso ao setor financeiro institucional, acesso às notas e à sua frequência em sala de aula e às ementas e bibliografias das disciplinas em curso. O alunado do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas tem ainda acesso a biblioteca virtual com mais de 10 mil livros virtuais disponíveis nas mais diversas áreas. A atualização dos equipamentos dos laboratórios é realizada de forma contínua, obedecendo às normas e políticas de uso, manutenção e atualização dos equipamentos.

A instituição disponibiliza à comunidade acadêmica o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem, ambiente este ofertado para que os acadêmicos e docentes/tutores possam acessar as funcionalidades da SAGA (empresa terceirizada que fornece a plataforma e seus conteúdos) promovendo interações síncronas e assíncronas através de Salas de Interação entre docentes/tutores e alunos.

Tanto o SOLIS, quanto o AVA e a MINHA BIBLIOTECA, garantem o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar, sendo que as tecnologia

ofertadas garantem experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro possui parceria exclusiva com a empresa GOOGLE em um projeto intitulado “FCJP e GOOGLE for Education”, parceria única em João Pinheiro e região. Toda a Tecnologia Google Sala de Aula, Aplicativos e Dispositivos Educacionais com impacto e relevância para a aprendizagem disponível para professores e alunos FCJP da Graduação e pós-graduação, tudo reunido em um espaço amplo e todo preparado com alta complexidade tecnológica para atender a esta demanda.

A IES disponibiliza aos acadêmicos do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas amplos laboratórios de informática contendo um número ideal de máquinas relacionadas ao número de vagas ofertadas, estes laboratórios apresentam-se com perfeita iluminação (natural e artificial), são climatizado através de ar condicionado, possui recursos audiovisuais instalados permanentemente (caso seja necessária à utilização dos mesmos durante as aulas ministradas neste laboratório).

Os laboratórios como Laboratório Multidisciplinar, Laboratório de Anatomia, Laboratório de Química e Laboratórios de Informática da FCJP, entre outros, estão implantados, a IES pode imediatamente ofertar os laboratórios referentes às disciplinas ministradas no decorrer do curso e os mesmos contam com toda a estrutura e complexidade tecnológica necessária ao desenvolvimento das atividades inerentes aos mesmos.

Em um primeiro momento os discentes serão orientados por meio de recursos audiovisuais que mostrarão a técnica correta para a execução de cada prática e em seguida executarão as mesmas, devidamente orientados pelos professores. Estes laboratórios também são cenários propícios para a projeção em tempo real de aulas práticas demonstrativas realizadas pelo professor, e executadas pelos alunos concomitantemente.

Todas essas Tecnologias de Informação e Comunicação supracitadas garantem acessibilidade digital e comunicacional para todos os envolvidos no processo.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC's) possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem, baseadas em seu uso, ao oferecerem recursos e ferramentas que ampliam as possibilidades de interação, colaboração e acesso ao conhecimento. Com o uso das TIC's, os estudantes podem vivenciar uma aprendizagem mais ativa e significativa, explorando diferentes abordagens e recursos que estimulam o pensamento crítico, a criatividade e a resolução de problemas.

As TIC's permitem a criação de ambientes virtuais de aprendizagem, nos quais os estudantes podem acessar materiais didáticos interativos, realizar atividades práticas, participar de fóruns de discussão, compartilhar ideias e colaborar em projetos conjuntos. Isso promove a construção do conhecimento de forma coletiva, incentivando a troca de experiências e perspectivas entre os estudantes, bem como a interação com professores e especialistas de diferentes partes do mundo.

Além disso, as TIC's possibilitam o acesso a uma vasta gama de recursos multimídia, como vídeos, animações, simulações e jogos educativos, que enriquecem a experiência de aprendizagem, tornando-a mais atrativa e envolvente. Esses recursos audiovisuais podem apresentar conceitos de forma visual e concreta, facilitando a compreensão e retenção do conteúdo.

As TIC's também oferecem a oportunidade de personalização da aprendizagem, permitindo que os estudantes avancem em seu próprio ritmo e de acordo com suas necessidades individuais. Plataformas adaptativas de aprendizagem, por exemplo, podem fornecer feedback imediato, recomendações personalizadas e atividades sob medida para o nível de conhecimento e habilidades de cada estudante, oferecendo uma experiência de aprendizagem mais individualizada.

Outro aspecto importante é a mobilidade proporcionada pelas TIC's. Com dispositivos móveis, como smartphones e tablets, os estudantes podem acessar conteúdos e recursos educacionais a qualquer hora e em qualquer lugar, facilitando a aprendizagem além dos limites físicos da sala de aula tradicional.

Em resumo, as TIC's possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem ao ampliar o acesso ao conhecimento, estimular a colaboração, oferecer recursos multimídia interativos e promover a personalização da aprendizagem. Ao integrar as TIC's de forma adequada no processo educacional, é possível criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico, estimulante e alinhado com as demandas e características da sociedade contemporânea.

2.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem

A FCJP descreve no PPC do curso, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Trata-se de software educacional via internet, destinado a apoiar as atividades de educação a distância. Este software oferece um conjunto de tecnologias de informação e com comunicação, que permitem desenvolver as atividades no tempo, espaço e ritmo de cada participante. O ambiente virtual de aprendizagem pode ser utilizado em: atividades presenciais, possibilitando aumentar as interações para além da sala de aula; em atividades semipresenciais, nos encontros presenciais e nas atividades à distância; oferecendo suporte para a comunicação e troca de informações e interação entre os participantes. A IES disponibiliza o AVA em Open LMS, ambiente este, de código aberto e de caráter colaborativo, fato que permite avaliações periódicas e ações de melhoria contínua. Em qualquer situação de aprendizagem, a interação entre os participantes é de extrema importância. É por meio das interações que se torna possível a troca de experiências, o estabelecimento de parcerias e a cooperação.

O uso do AVA oferece as seguintes vantagens:

- a interação entre o computador e o aluno;
- a possibilidade de se dar atenção individual ao aluno;
- a possibilidade do aluno controlar seu próprio ritmo de aprendizagem, assim como a sequência e o tempo;
- a apresentação dos materiais de estudo de modo criativo, atrativo e integrado, estimulando e motivando a aprendizagem;
- a possibilidade de ser usada para avaliar o aluno.

É de extrema importância destacar que o AVA permite plena interação entre docentes/tutores e alunos envolvidos nas disciplinas na modalidade EaD, disponibilizando salas de interação e diversos fóruns e chats que servem como ferramentas de aproximação entre estes entes. Os chats proporcionam interações síncronas enquanto os fóruns promovem encontros assíncronos promovendo reflexões sobre os conteúdos das disciplinas.

A FCJP utiliza um Ambiente Virtual de Aprendizagem que se mostra acessível às pessoas com deficiência facilitando o acesso metodológico, instrumental, atitudinal e comunicacional dos envolvidos no processo, intensificando as possibilidades para estas pessoas através do VLIBRAS (ferramenta de leitura através da língua brasileira de sinais) e de disciplinas adaptadas às necessidades individuais.

O material didático utilizado pela IES passa por constante avaliação através do próprio Ambiente Virtual, ambiente no qual o acadêmico pode participar de processo avaliativos deste material, e a autoavaliação do AVA ocorre também através da CPA e da Política de Avaliação do Curso, resultando em ações de melhoria contínua.

2.18. Material Didático

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no Projeto Pedagógico de Curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação e validação do NDE e da **equipe multidisciplinar** (quando for o caso) com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.. Em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, o material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

Na elaboração do material didático para uso a distância, busca-se integrar as diferentes mídias e explorar a convergência das tecnologias, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e da possibilidade de interação entre os diversos atores. Todo o material didático é elaborado em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, com abordagem do conteúdo específico da área, indicando bibliografias básicas e complementares, através de análise prévia e posterior validação do Núcleo Docente Estruturante do Curso, atendendo às especificidades da modalidade de EAD, em particular quanto à dialogicidade da linguagem, como promotor da autonomia de estudo.

O material didático é produzido por empresa terceirizada. A construção, separação, escolha e inserção do material didático no AVA é acompanhada por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais capazes de analisar os materiais, apoiando o professor formador e coordenador de curso.

O NEAD da Faculdade Cidade de João Pinheiro tem como função no que se refere à produção de materiais didáticos:

- Acompanhamento de subsistemas relacionados à avaliação da implementação dos cursos e/ou disciplinas na modalidade a distância;

- Auxílio na formação e orientação das ações pertinentes aos professores/tutores e coordenadores;
- Revisão e inserção de materiais didáticos para EAD no AVA;
- Auxílio no design das disciplinas no AVA;

Especial atenção é devotada à construção do material didático no que diz respeito à garantia de unidade entre os conteúdos trabalhados e interação entre os diferentes sujeitos envolvidos. Para atender a estas orientações, o material didático deve:

- Com especial atenção, cobrir de forma sistemática e organizada o conteúdo preconizado pelas diretrizes curriculares, segundo documentação do Ministério da Educação, para cada área do conhecimento, com atualização permanente;
- Serem estruturados em linguagem dialógica, de modo a promover autonomia do aluno desenvolvendo sua capacidade para aprender e controlar o próprio desenvolvimento;
- Detalhar que competências cognitivas, habilidades e atitudes o aluno deverá alcançar ao fim de cada disciplina, oferecendo-lhe oportunidades sistemáticas de autoavaliação;
- Dispor de esquemas alternativos para atendimento de alunos com deficiência;
- Indicar bibliografia e sites complementares, de maneira a incentivar o aprofundamento e complementação da aprendizagem, através da indicação do professor, coordenador ou NDE do curso.

Todos os materiais didáticos utilizados passam por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com objetivo de identificar necessidades de ajustes ou complementação visando aperfeiçoamento. Além disso, a Faculdade Cidade de João Pinheiro utiliza processos de avaliação e revisão periódica e continuada dos materiais didáticos, para garantir a melhoria dos mesmos no aspecto científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional,

sua adequação aos alunos e às tecnologias de informação e comunicação utilizadas, bem como da capacidade de comunicação, entre outros.

A construção e validação do material didático do Grupo A - SAGAH em parceria com uma faculdade envolve um processo colaborativo que visa garantir a qualidade, relevância e atualização dos conteúdos. O Grupo A - SAGAH atua como uma editora especializada na produção de materiais educacionais, enquanto a faculdade contribui com seu conhecimento acadêmico e expertise na área de ensino.

O processo de construção do material didático começa com a identificação das necessidades e objetivos de ensino da faculdade. Com base nisso, o Grupo A - SAGAH realiza uma pesquisa detalhada, consulta especialistas e revisa as diretrizes curriculares do curso para entender as competências e conhecimentos que devem ser abordados no material.

Com base nessas informações, os autores e especialistas do Grupo A - SAGAH iniciam a produção do material, elaborando o conteúdo de acordo com os princípios pedagógicos e diretrizes estabelecidas. É nesse estágio que a colaboração com a faculdade se torna essencial, pois os autores trabalham em estreita parceria com os professores e coordenadores do curso, buscando sua contribuição e expertise.

Durante o processo de construção, é realizada uma revisão contínua do material para garantir sua qualidade acadêmica e didática. Isso inclui a revisão do conteúdo por especialistas na área, a correção de erros e imprecisões, a atualização de informações de acordo com avanços recentes e a adequação do material aos objetivos de aprendizagem estabelecidos.

Após a construção do material, é realizada uma etapa de validação, na qual a faculdade, com seus professores, coordenadores, NDE e equipe multidisciplinar têm a oportunidade de revisar, analisar e testar o material didático em seu

contexto acadêmico. Essa validação pode incluir a revisão minuciosa do conteúdo, o teste do material em sala de aula e o feedback dos professores e estudantes sobre sua eficácia e adequação.

Com base nas contribuições e feedback recebidos durante o processo de validação por seus professores, coordenadores, NDE e equipe multidisciplinar, o Grupo A - SAGAH realiza as devidas revisões e ajustes no material, buscando aprimorar sua qualidade e alinhá-lo às expectativas e necessidades da faculdade.

Esse processo de construção e validação contínua do material didático do Grupo A - SAGAH vem em colaboração com uma faculdade que garante que o conteúdo seja atualizado, relevante, aderente às diretrizes curriculares e eficaz para o ensino-aprendizagem dos estudantes. A parceria entre a editora e a faculdade promove uma abordagem integrada, combinando a expertise acadêmica com a experiência editorial, para fornecer um material de qualidade que atenda às demandas educacionais específicas da instituição de ensino.

O material didático permite desenvolver a formação definida no PPC e Perfil do Egresso, levando em consideração sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica. Este mesmo material apresenta linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores.

A FCJP utiliza um Ambiente Virtual de Aprendizagem que se mostra acessível às pessoas com deficiência facilitando o acesso metodológico, instrumental e atitudinal dos envolvidos no processo, intensificando as possibilidades para estas pessoas através do VLIBRAS (ferramenta de leitura através da língua brasileira de sinais), o que garante uma linguagem inclusiva e acessível e de disciplinas adaptadas às necessidades individuais.

O ambiente virtual de aprendizagem, AVA, que serve de suporte ao material didático, com interface amigável, facultando uma aprendizagem significativa. No

ambiente virtual de aprendizagem o aluno tem acesso às disciplinas do curso, podendo comentar seu conteúdo, fazer exercícios, tirar dúvidas sobre este conteúdo ou sobre questões operacionais e administrativas com os professores/tutores. Pode também ler avisos e recados, participar de fóruns e chats, entrar em contato com os seus colegas, etc.

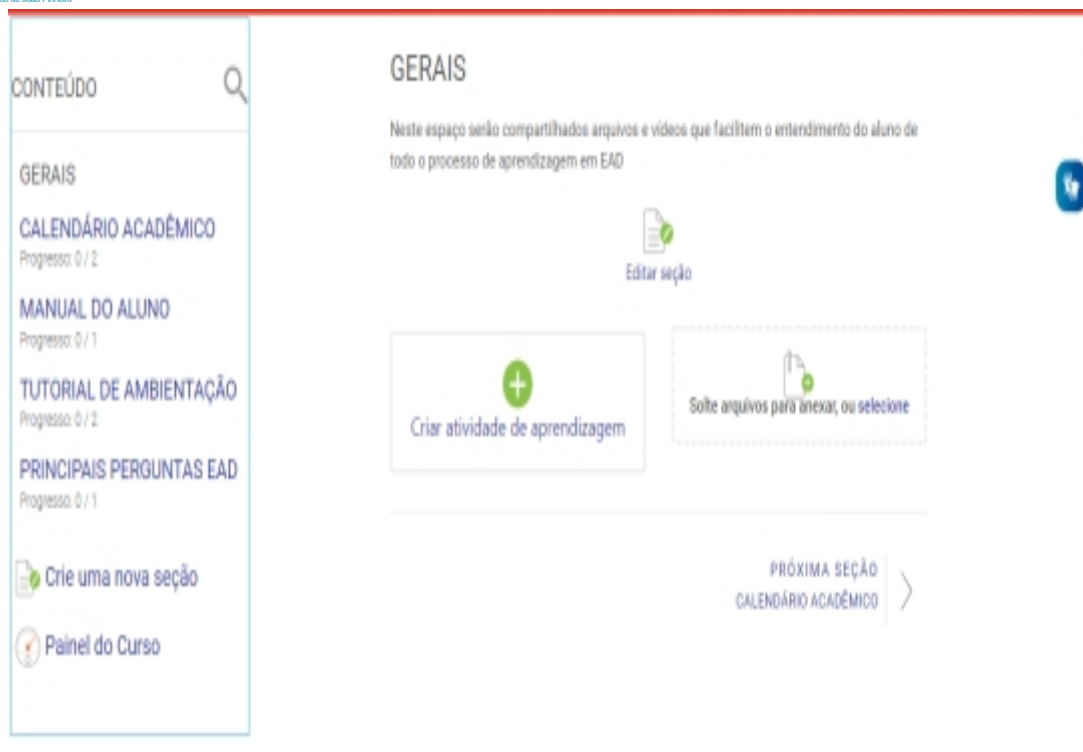
2.19. Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é a plataforma utilizada para disponibilização do material didático, disponibilização dos resultados obtidos nas avaliações através de informações sistematizadas aos alunos, avaliações eletrônicas e a comunicação entre docentes/tutores e os discentes. Trocando em miúdos, é a sala de aula do ensino EAD. A plataforma utilizada pela IDEA é o OPEN LMS.

Ao entrar no ambiente virtual de aprendizagem do IDEA o aluno terá acesso às disciplinas que estará matriculado, bem como à ambientação ao AVA.

Na ambientação o aluno encontra:

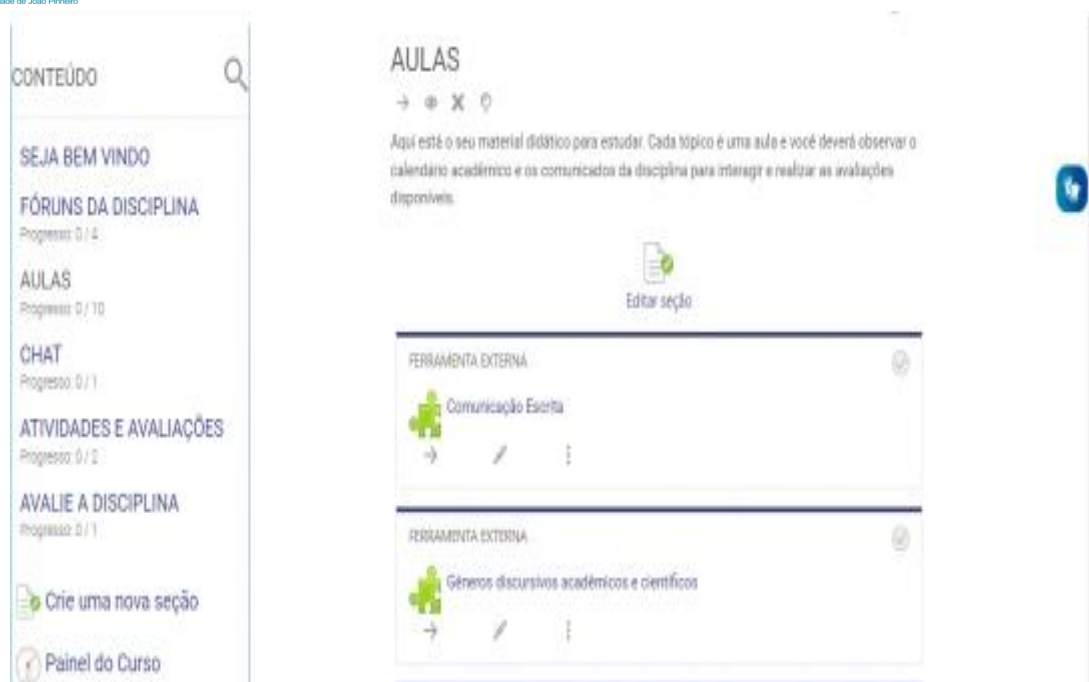
- # Manual do Aluno;
- # Tutoriais de Acessos;
- # Avisos gerais da coordenação;
- # Aplicativos;
- # Calendário Acadêmico;



Ao ler o manual do aluno, e assistir o tutorial de acesso, o mesmo estará apto a navegar pelas disciplinas em que se encontra matriculado.

O aluno deve então clicar na disciplina, onde ele encontrará:

- # Apresentação da disciplina;
- # Fóruns de Relacionamento;
- # Material Didático – Aulas;
- # Chat para comunicação síncrona;
- # Avaliações Eletrônicas;
- # Pesquisa de Satisfação;



Cada disciplina ofertada ao aluno(a) tem um total de 100 pontos, dos quais são distribuídos da seguinte forma:

10 pontos de avaliação livre pelo professor: Na avaliação livre o professor poderá avaliar participação em fóruns, postar trabalho de pesquisa e revisão conceitual, desenvolvimento de projetos ligados à competência de cada curso, apresentação de trabalhos do tipo seminário ou pesquisa (quando for o caso), lista de exercícios aplicados ou como o mesmo considerar que possa contribuir com a aprendizagem do aluno.

20 pontos de avaliação direta pelo material didático: O material didático da parceira SAGAH, do grupo A+ Educação oferta, em cada uma de suas unidades de aprendizagem (aulas), um questionário com 5 perguntas relativas à absorção do conteúdo e aplicação prática da competência desenvolvida. Este questionário será avaliado em todas as aulas disponibilizadas ao aluno totalizando no final da disciplina 20 pontos ao aluno.

30 pontos de avaliação eletrônica da disciplina: As disciplinas dos cursos EAD do grupo IDEA são ofertadas em módulos de 80 horas em formato

sequencial. Isso significa que há módulos que serão ofertadas duas disciplinas de 40 hs/aula, concomitantemente, e há módulos em que serão ofertadas apenas 01 (uma) disciplina de 80 hs/aula. Ao final de cada módulo, um aluno fará uma avaliação eletrônica, que consiste de 15 (quinze) questões objetivas, relativas ao conteúdo e competências desenvolvidas no total de aulas (unidades de aprendizagens) ofertadas por cada disciplina. Esta avaliação tem valor de 30 pontos.

40 pontos de avaliação unificada semestral: Ao final de 05 (cinco) módulos de 80hs/aula cada, o aluno fará uma avaliação, presencial, no polo, chamada avaliação unificada semestral, com questões objetivas e discursivas, incluindo conteúdos e competências discutidos nos 05 (cinco) módulos do semestre. A avaliação é unificada e a nota de um total de 40 pontos será distribuída a cada disciplina de cada módulo daquele semestre.

AUTOAVALIAÇÃO PERIÓDICA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do IDEA deverá ser avaliado em todas as esferas, corpo discente, corpo docente/tutoria, coordenação de NEAD.

O corpo discente fará a avaliação em 3 momentos:

Pesquisa de satisfação global: onde o aluno avalia além do ambiente virtual, o material didático, as avaliações, as interações com professores/tutores, e que é aplicada nos encontros presenciais, semestralmente ou ao final de atividades presenciais como aulas práticas, atividades de núcleo ou estágios supervisionados.

Nos encontros presenciais: os alunos devem ser orientados pelo professor/tutor a utilizarem as caixas de ouvidoria espalhadas pelos polos, com críticas, sugestões, elogios ou contribuições construtivas.

Respondendo aos questionários da CPA – Comissão Própria de Avaliação: O corpo docente/tutoria faz avaliação permanente, sugerindo

melhorias a serem adotadas pelas próximas matrículas. Nas reuniões periódicas, a avaliação deverá ser realizada e possíveis alterações discutidas com a equipe.

Caberá ao NEAD o levantamento e apresentação das demandas respondidas pelos discentes, compiladas às sugestões do corpo técnico e docente, discutir e votar oportunidades de melhorias e alterar os tutorias e manuais de aluno a serem disponibilizados.

A avaliação do discente é entendida como um trabalho pedagógico processual, cumulativo e contínuo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação está compreendida como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, percebida como um processo contínuo e democrático. É necessário deixar evidente que não se trata de uma avaliação punitiva, deve ser processual e não apenas visar um resultado final, com previsão de atividades de recuperação ao longo dos processos de ensino e de aprendizagem, o que inclui a recuperação do desempenho acadêmico, explicitado e registrado nos planos de ensino.

Dentro desse contexto, deve ser considerada a flexibilização da avaliação considerando, principalmente, os alunos com deficiência.

A IES considera que a avaliação do desempenho escolar em seus cursos deve:

- Constituir-se em processo contínuo e sistemático, de natureza diagnóstica formativa, que realmente permanentemente o processo educativo em seus objetivos, conteúdos programáticos e procedimentos de ensino;
- Utilizar-se de procedimentos, estratégias e instrumentos diferenciados, articulados coerentemente com a natureza da disciplina e com os domínios de aprendizagem desenvolvidos no processo de ensino;

- Manter coerência entre as propostas curriculares, o plano de ensino desenvolvido pelo professor e o próprio processo de avaliação do desempenho e rendimento escolar do aluno;
- Constituir-se em referencial de análise do rendimento do aluno, do desempenho da disciplina e do curso, possibilitando intervenção pedagógico-administrativa em diferentes níveis, do professor, do próprio aluno, da Coordenação de Curso, a Coordenação Acadêmica e a Direção Geral da Faculdade, com vistas a assegurar a qualidade da formação do profissional e do cidadão.

REFLEXÕES E DIAGNÓSTICO DA IES FRENTE AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO DISCENTE

A IES parte do pressuposto de que a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios preestabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade. Dessa forma, acredita-se que a finalidade última da avaliação não seja classificar, nem selecionar e excluir, mas apresentar resultados que possam ser analisados, a fim de que sejam propostos caminhos, metas e estratégias que venham ao encontro de nossas intenções educativas e responsabilidades sociais.

A mesma concepção deve balizar a avaliação na modalidade presencial e à distância. As orientações sobre a realização das avaliações presenciais e as formas de recuperação da aprendizagem e desempenho devem estar explicitadas nos planos de ensino dos componentes curriculares. Para além da avaliação discente, a autoavaliação dos componentes curriculares no que tange aos aspectos previstos nos planos de ensino e da estrutura do curso/componente devem ser permanentemente avaliados com a finalidade de provimento de melhorias. No caso da modalidade a distância a avaliação deve incluir a qualidade e o efeito mediativo dos materiais produzidos como apoio ao ensino.

Da mesma forma, deve dar-se a avaliação do docente pelo discente. As fragilidades identificadas devem balizar as ações dos cursos e acenar para as demandas formativas.

AUTOAVALIAÇÃO DO PROCESSO

A partir dos resultados obtidos pelo processo de avaliação discente, os Núcleos Docentes Estruturantes tomam posse dos relatórios através do sistema SOLIS, e realizam uma autoavaliação pautada nos seguintes princípios:

- **Globalidade** – a avaliação deve ser sistemática, global, envolvendo antecedentes, processo, contexto e produto. Deve abranger todas as formas de trabalho da Faculdade, respeitadas as suas diversidades e complexidades, todas as dimensões e aspectos da vida acadêmica.

- **Respeito à Identidade** - à Missão e à História da IES – o processo avaliativo deve respeitar os valores e a cultura da IES. Esse princípio sugere olhar a história da construção da Faculdade, sua efetividade e relevância.

- **Legitimidade** – se expressa através de metodologias capazes de garantir o estabelecimento de instrumentos adequados para a formulação de critérios de avaliação que tenham caráter educativo, formativo e favoreçam a construção da cidadania.

- **Continuidade** – a avaliação deve ser um processo contínuo e permanente, para ser possível criar uma cultura de avaliação educativa internalizada no cotidiano da IES. Processos avaliativos pontuais e fragmentados produzem uma falsa ideia da avaliação, que deve ser um processo muito mais amplo, requerendo juízos sobre o valor e o mérito da IES.

O comprometimento de todos os envolvidos em todos os níveis da administração na IES é fundamental nas diversas instâncias do processo avaliativo, para que

se estabeleçam as formas de efetiva participação da comunidade acadêmica. As práticas avaliativas devem ser construídas coletivamente para que ocorra o envolvimento de todos.

Estes procedimentos supracitados resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantem sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

2.20. Número de Vagas

O C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP, em sua modalidade EaD, oferta 600 (seiscentas) vagas anuais a serem disponibilizadas, divididas em um entrada anual de 150 (cento e cinquenta) em cada polo.

É importante mencionar que a IES, antes de decidir pedir a autorização para o referido curso, realizou uma pesquisa de mercado, que compreendeu as escolas de ensino médio (questionário entregue para os seus alunos) e empresas da cidade (questionário entregue para empresas parceiras, amigas e via ACE – Associação Comercial e Empresarial de João Pinheiro). Este levantamento de informações externas é realizado a cada ciclo formação do curso (de três em três anos).

Através da CPA, que utiliza análise quali-quantitativa, nossos discentes, docentes e técnicos administrativos se manifestam e auxiliam as Coordenações e a própria IES a dimensionar e avaliar as necessidades do curso e instituição, tais como, aumento ou redução número de vagas, dimensão do corpo docente (presencial ou EAD), condições das estruturas físicas e tecnológicas tanto para o ensino quanto para a extensão.

2.21. Integração com as Redes Públicas de Ensino.

Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC.

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

2.22. Integração do Curso com o Sistema Local e Regional de Saúde (SUS).

Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

2.23. Atividades Práticas de Ensino para Áreas da Saúde.

Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

2.24. Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas.

Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos.

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

3. Corpo Docente e Tutorial

3.1. Núcleo Docente Estruturante

O C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP conta com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) composto por docentes de elevada formação e titulação, como órgão consultivo responsável pela concepção de seu projeto pedagógico, e que tem por finalidade promover sua atualização e revitalização. O NDE do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas foi estruturado em consonância com a Resolução número 1 de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e de acordo com o regulamento aprovado pela Direção da FCJP, seus membros possuem (como política do NDE) a garantia da manutenção da maioria de seus membros como componente deste núcleo, no mínimo, até o próximo ato regulatório do curso, tendo os mesmos como principais atribuições:

- I - atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso, redefinindo suas concepções e fundamentos;
- II – realização de estudos periódicos das ferramentas de avaliação externa e autoavaliação institucional para o acompanhamento e atualização da documentação referente ao curso;
- III - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto pedagógico, garantindo seu alinhamento com os documentos institucionais, principalmente o PDI, prestando relatórios ao Colegiado de Curso;
- IV - conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de cursos, sempre que necessário;
- V - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI - contribuir para a consolidação, adequação e atualização do perfil profissional do egresso do curso, considerando sempre as DCN's quando for o caso;

- VII - promover formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa (quando for o caso) e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VIII - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso - RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002 e do Catálogo Nacional para os Cursos Superiores de Tecnologia;
- IX – conduzir pelo menos uma vez ao ano, no âmbito do Curso e de acordo com a CPA, processo de autoavaliação e de avaliação do Curso;
- X – analisar, avaliar e garantir o cumprimento e atualização dos Planos de Ensino dos componentes curriculares, bem como dos planos de trabalho das atividades de ensino, pesquisa (quando for o caso) e extensão dos professores;
- XI – acompanhar o desenvolvimento das atividades complementares do Curso.
- XII - acompanhar o desenvolvimento e contribuir para o aperfeiçoamento do Programa de Nivelamento adotado pelo Curso;
- XIII – verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante.

O núcleo docente estruturante é constituído pelo coordenador do curso como presidente, além de quatro professores pertencentes ao corpo docente permanente do curso, a maioria com titulação *Stricto Sensu* e regime de trabalho em tempo parcial (RTP), além de possuir política de permanência de seus componentes, pelo menos, até o próximo ciclo avaliativo do curso. Este importante núcleo deve se preocupar, constantemente, com as adequações curriculares e legais relacionadas ao curso buscando sempre o atendimento das demandas do mercado de trabalho local e regional.

O núcleo docente estruturante se reúne duas vezes por semestre, como regra e em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo presidente. A atuação do NDE, desde a sua implantação, vem impactando positivamente no acompanhamento dos processos acadêmicos, na consolidação das ações e na

reavaliação do projeto pedagógico do curso, através de reuniões periódicas, cujas deliberações estão registradas nas atas de reunião.

NOME	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
DANILO MOREIRA SOARES	MESTRE	INTEGRAL
ANA MARIA PAULA ROSA	MESTRE	PARCIAL
SAULO GONÇALVES PEREIRA	DOUTOR	PARCIAL
RAFAEL SANTOS VIEIRA	ESPECIALISTA	PARCIAL
GILMAR ANTONIASSI JUNIOR	DOUTOR	PARCIAL

3.2. Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar atua para manter a qualidade em cursos devidamente projetados, proporcionando uma interface amigável e atraente. Ela traz materiais de fácil utilização, sem exigir do educando conhecimento de ferramentas complexas. Além disso, utiliza linguagem clara e de fácil entendimento, principalmente, no que diz respeito à orientação das atividades. Por conseguinte, mas não menos importante, oferece um corpo docente capacitado, com a titulação necessária, para auxiliar o educando, nos diversos níveis de ensino que a formação exigir.

A equipe multidisciplinar, se encontra em consonância com o PPC, é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, é responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância utilizando-se de plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados.

Para maior entendimento das informações supracitadas, a IES possui a seguinte documentação comprobatória:

- # Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar; (ANEXO VI)
- # Produção e Distribuição de Material Didático; (ANEXO VII)
- # Regulamento da Equipe Multidisciplinar; (ANEXO VIII)
- # Validação do Material Didático. (ANEXO IX)

Observação: Esta documentação citada anteriormente se encontra em anexo ao Projeto Pedagógico do referido Curso.

3.3. Atuação do Coordenador

A administração acadêmica do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP é realizada por uma estrutura que engloba a coordenação de curso, na pessoa de seu coordenador, com carga horária de 40h e regime integral (com no máximo 20 horas em sala de aula), do Núcleo Docente Estruturante – NDE e pelo colegiado do curso, os quais, através do desenvolvimento de seus respectivos papéis dentro do organograma institucional.

A atuação do coordenador atende à demanda existente, isso se deve principalmente ao seu regime de trabalho, 40 horas integral. Esta organização permite que o coordenador atue na gestão do curso, na relação com docentes/tutores, discentes e equipe multidisciplinar, além da sua participação nos colegiados superiores.

O Coordenador de Curso é apresentado pela Coordenadoria Acadêmica e designado pelo Diretor Geral. O mandato do Coordenador de Curso é de 2 (dois) anos, permitida a recondução nas eventuais ausências ou impedimentos o Coordenador de Curso será substituído por um membro indicado pela Coordenadoria Acadêmica e designado pelo Diretor Geral.

O coordenador, no exercício da sua função, também passa por uma avaliação de desempenho de sua coordenação. Este relatório é construído pela coordenação acadêmica (site institucional) que usa como base os resultados das avaliações externas, os resultados das avaliações internas, e análise do plano de ação da coordenação. Após estes levantamentos, a coordenação acadêmica dispõe para o coordenador e comunidade acadêmica o resultado do desempenho da coordenação através de indicadores específicos.

O indicador de desempenho do Coordenador do curso ocorre através dos resultados da CPA, e é disponibilizado para a comunidade acadêmica através do site e nos quadros de avisos das salas de suas respectivas turmas.

Anualmente o coordenador, através de análises dos resultados da CPA, dos processos de avaliação da aprendizagem e processos de avaliação do curso (através das avaliações regulatórias internas e externas), avalia e administra as potencialidades e fragilidades do seu corpo docente, direcionando-os para capacitações diversas, pós-graduações, melhoria nas publicações, ou até mesmo indicação para substituição ou demissão, dentre outras.

São competências do(a) Coordenador(a) do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas:

- # Articular-se adequadamente, com as Coordenadorias que oferecem disciplinas no curso;
- # Coordenar a organização de eventos, semanas de estudo, ciclos de debates e outros, desde que aprovados pelo Colegiado do Curso;
- # Convocar e presidir as reuniões e coordenar as atividades do Colegiado do Curso;
- # Representar o Colegiado do Curso;
- # Fornecer à Diretoria Acadêmica subsídios para organização do calendário acadêmico e elaboração do horário de aulas do curso;

- # Executar e fazer executar as decisões do Colegiado do Curso e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- # Adotar, em caso de urgência, providências indispensáveis ad referendum no âmbito do Colegiado do Curso;
- # Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelos órgãos superiores;
- # Atuar continuamente no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem;
- # Apresentar plano de ação anualmente;
- # Apresentar os resultados das ações do curso para a comunidade acadêmica;
- # Administrar as potencialidades de seu corpo docente.

Todas estas ações apresentadas como atribuições para o cargo de coordenador do curso, demonstram um favorecimento e a integração e melhoria contínua do desenvolvimento de seu trabalho.

Para que o coordenador de curso possa administrar as potencialidades de seu corpo docente, algumas estratégias são adotadas:

- 1. Comunicação efetiva:** comunicação clara e aberta com os membros do corpo docente, compartilhando informações relevantes sobre as metas, objetivos e diretrizes do curso. Essa comunicação deve ser bilateral, permitindo que os professores expressem suas ideias, preocupações e sugestões.
- 2. Estímulo à colaboração:** promover a colaboração entre os membros do corpo docente, incentivando a troca de experiências, ideias e recursos educacionais. Isso pode ser feito por meio de reuniões regulares, grupos de trabalho ou espaços virtuais de compartilhamento.
- 3. Desenvolvimento profissional:** investir em programas de desenvolvimento profissional para os professores, oferecendo oportunidades de atualização, capacitação e aprimoramento das competências pedagógicas. Isso pode incluir workshops, cursos, seminários e participação em eventos educacionais.

- 4. Feedback construtivo:** fornecer feedback construtivo aos membros do corpo docente, reconhecendo seus pontos fortes e identificando áreas de melhoria. Esse feedback pode ser individual ou coletivo, visando aprimorar o desempenho dos professores e incentivar a reflexão sobre suas práticas de ensino.
- 5. Estímulo à inovação:** promover a experimentação de novas metodologias, tecnologias e abordagens de ensino, incentivando os professores a explorar estratégias inovadoras que possam melhorar o engajamento dos estudantes e o processo de aprendizagem.
- 6. Criação de espaços de compartilhamento:** criação de espaços formais e informais nos quais os professores possam compartilhar boas práticas, materiais didáticos, recursos e experiências. Isso promove a integração e a troca de conhecimentos entre os membros do corpo docente.
- 7. Avaliação e acompanhamento:** implementação processos de avaliação e acompanhamento do desempenho dos professores, identificando pontos fortes, áreas de melhoria e oportunidades de desenvolvimento. Essa avaliação pode ser realizada por meio de observações de aulas, análise de materiais didáticos, feedback dos estudantes e outros mecanismos de avaliação.

Ao adotar essas estratégias, o coordenador de curso administra efetivamente a potencialidade do corpo docente, promovendo a integração, o compartilhamento de boas práticas e a busca pela melhoria contínua. Essas ações contribuem para o aprimoramento da qualidade do ensino, fortalecem o ambiente acadêmico e favorecem o sucesso dos estudantes.

3.4. Regime de Trabalho do(a) Coordenador(a) de Curso

A administração acadêmica do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP é realizada por uma estrutura que engloba a coordenação de curso, na pessoa de seu coordenador, com carga horária de 40h e regime integral (com no máximo 20 horas em sala de aula), do Núcleo Docente

Estruturante – NDE e pelo colegiado do curso, os quais, através do desenvolvimento de seus respectivos papéis dentro do organograma institucional.

A atuação do coordenador atende à demanda existente, isso se deve principalmente ao seu regime de trabalho, 40 horas integral. Esta organização permite que o coordenador atue na gestão do curso, na relação com docentes/tutores, discentes e equipe multidisciplinar, além da sua participação nos colegiados superiores.

O Coordenador de Curso é apresentado pela Coordenadoria Acadêmica e designado pelo Diretor Geral. O mandato do Coordenador de Curso é de 2 (dois) anos, permitida a recondução nas eventuais ausências ou impedimentos o Coordenador de Curso será substituído por um membro indicado pela Coordenadoria Acadêmica e designado pelo Diretor Geral.

O coordenador, no exercício da sua função, também passa por uma avaliação de desempenho de sua coordenação. Este relatório é construído pela coordenação acadêmica (site institucional) que usa como base os resultados das avaliações externas, os resultados das avaliações internas, e análise do plano de ação da coordenação. Após estes levantamentos, a coordenação acadêmica dispõe para o coordenador e comunidade acadêmica o resultado do desempenho da coordenação através de indicadores específicos.

O indicador de desempenho do Coordenador do curso ocorre através dos resultados da CPA, e é disponibilizado para a comunidade acadêmica através do site e nos quadros de avisos das salas de suas respectivas turmas.

Anualmente o coordenador, através de análises dos resultados da CPA, dos processos de avaliação da aprendizagem e processos de avaliação do curso (através das avaliações regulatórias internas e externas), avalia e administra as potencialidades e fragilidades do seu corpo docente, direcionando-os para

capacitações diversas, pós-graduações, melhoria nas publicações, ou até mesmo indicação para substituição ou demissão, dentre outras.

São competências do(a) Coordenador(a) do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas:

- # Articular-se adequadamente, com as Coordenadorias que oferecem disciplinas no curso;
- # Coordenar a organização de eventos, semanas de estudo, ciclos de debates e outros, desde que aprovados pelo Colegiado do Curso;
- # Convocar e presidir as reuniões e coordenar as atividades do Colegiado do Curso;
- # Representar o Colegiado do Curso;
- # Fornecer à Diretoria Acadêmica subsídios para organização do calendário acadêmico e elaboração do horário de aulas do curso;
- # Executar e fazer executar as decisões do Colegiado do Curso e as normas emanadas dos órgãos superiores;
- # Adotar, em caso de urgência, providências indispensáveis ad referendum no âmbito do Colegiado do Curso;
- # Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelos órgãos superiores;
- # Atuar continuamente no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem;
- # Apresentar plano de ação anualmente;
- # Apresentar os resultados das ações do curso para a comunidade acadêmica;
- # Administrar as potencialidades de seu corpo docente.

Todas estas ações apresentadas como atribuições para o cargo de coordenador do curso, demonstram um favorecimento e a integração e melhoria contínua do desenvolvimento de seu trabalho.

Para que o coordenador de curso possa administrar as potencialidades de seu corpo docente, algumas estratégias são adotadas:

1. **Comunicação efetiva:** comunicação clara e aberta com os membros do corpo docente, compartilhando informações relevantes sobre as metas, objetivos e diretrizes do curso. Essa comunicação deve ser bilateral, permitindo que os professores expressem suas ideias, preocupações e sugestões.
2. **Estímulo à colaboração:** promover a colaboração entre os membros do corpo docente, incentivando a troca de experiências, ideias e recursos educacionais. Isso pode ser feito por meio de reuniões regulares, grupos de trabalho ou espaços virtuais de compartilhamento.
3. **Desenvolvimento profissional:** investir em programas de desenvolvimento profissional para os professores, oferecendo oportunidades de atualização, capacitação e aprimoramento das competências pedagógicas. Isso pode incluir workshops, cursos, seminários e participação em eventos educacionais.
4. **Feedback construtivo:** fornecer feedback construtivo aos membros do corpo docente, reconhecendo seus pontos fortes e identificando áreas de melhoria. Esse feedback pode ser individual ou coletivo, visando aprimorar o desempenho dos professores e incentivar a reflexão sobre suas práticas de ensino.
5. **Estímulo à inovação:** promover a experimentação de novas metodologias, tecnologias e abordagens de ensino, incentivando os professores a explorar estratégias inovadoras que possam melhorar o engajamento dos estudantes e o processo de aprendizagem.
6. **Criação de espaços de compartilhamento:** criação de espaços formais e informais nos quais os professores possam compartilhar boas práticas, materiais didáticos, recursos e experiências. Isso promove a integração e a troca de conhecimentos entre os membros do corpo docente.
7. **Avaliação e acompanhamento:** implementação processos de avaliação e acompanhamento do desempenho dos professores, identificando pontos fortes, áreas de melhoria e oportunidades de desenvolvimento. Essa avaliação pode ser realizada por meio de observações de aulas, análise de materiais didáticos, feedback dos estudantes e outros mecanismos de avaliação.

Ao adotar essas estratégias, o coordenador de curso administra efetivamente a potencialidade do corpo docente, promovendo a integração, o compartilhamento de boas práticas e a busca pela melhoria contínua. Essas ações contribuem para o aprimoramento da qualidade do ensino, fortalecem o ambiente acadêmico e favorecem o sucesso dos estudantes.

3.5. Corpo Docente: Titulação

O corpo docente da referido curso, é responsável pela construção ementaria e bibliográfica da matriz curricular, de acordo com sua respectiva disciplina. Neste processo o professor é orientado pelo coordenador em diversos momentos sobre a política do curso, que também é reforçada nas capacitações. Ou seja, é direcionado para uma avaliação criteriosa, objetiva e focada na relevância para atuação profissional e acadêmica do discente. Este mesmo docente é direcionado para uma condução de ensino crítico, com utilização de bibliografia atualizada extrapolando as já deferidas pelo NDE. O corpo docente do curso apresenta um perfil de pesquisador, com publicação média de 7 produções por ano, e por isso trabalham frequentemente com indicações de conteúdos de pesquisa de ponta, sendo todos relacionados com o perfil do egresso, adotando, para isso, as seguintes estratégias:

1. **Atualização constante:** manter-se atualizado sobre as pesquisas e avanços mais recentes na área, acompanhando publicações científicas, participando de conferências e eventos acadêmicos, e mantendo contato com outros pesquisadores. Essa atualização permite que o docente esteja ciente das tendências e descobertas mais recentes, que podem ser compartilhadas com os estudantes.
2. **Relacionamento entre conteúdo e pesquisa:** relacionar os conteúdos abordados em suas disciplinas com as pesquisas de ponta da área. Isso pode ser feito por meio da seleção de artigos científicos relevantes, estudos de caso

atualizados e exemplos práticos que mostrem a aplicação dos conceitos estudados. Dessa forma, os estudantes compreendem a relevância dos conteúdos e são incentivados a buscar mais informações e aprofundar seu conhecimento.

3. Grupos de estudo ou pesquisa: criação de grupos de estudo ou pesquisa, nos quais os estudantes têm a oportunidade de se envolver em projetos de pesquisa sob sua orientação. Esses grupos permitem que os estudantes explorem tópicos de seu interesse, desenvolvam habilidades de pesquisa e trabalhem em colaboração com outros colegas. O docente pode fornecer orientação, recursos e direcionamento ao longo do processo.

4. Incentivo à produção do conhecimento: incentivo à produção do conhecimento entre os estudantes, encorajando-os a apresentar trabalhos em eventos acadêmicos, escrever artigos científicos ou participar de projetos de pesquisa. Ele pode fornecer orientação na elaboração de pesquisas, auxiliar na escrita acadêmica e oferecer suporte para a submissão de trabalhos em conferências e revistas científicas.

5. Estímulo à publicação: orientar e incentivar os estudantes a publicarem seus trabalhos de pesquisa em revistas científicas ou periódicos acadêmicos. Isso contribui para a disseminação do conhecimento gerado, fortalece o currículo dos estudantes e incentiva a continuidade da produção científica.

A IES primando por um padrão de excelência em conformidade com seu projeto pedagógico institucional buscou um corpo docente com titulação obtida predominantemente em programa de pós-graduação *stricto sensu*. Possuindo em seu quadro de docentes, professores doutores, mestres, especialistas sendo que os doutores correspondem à um percentual de 15,4% quando consideramos os professores para todo o curso.

Docentes	Nº	%
Total	13	100%
Doutores	02	15,4%

Mestres	05	38,5%
Especialista	06	46,1%
Graduados	00	0%
Stricto Sensu	07	53,84%

3.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

A IES busca a contratação de seus docentes em sua grande maioria em regime de tempo integral ou parcial, sendo que a intenção com estes profissionais é de desenvolvimento de projetos de extensão, projetos de nivelamentos, atividades extraclasse, projetos de monitorias, projetos de iniciação científica, atendimento discente, participação de órgãos colegiados (NDE, CPA, Colegiado e outros), planejamento didático e preparação e correção das avaliações de aprendizagem. E a gestão dessa qualidade de atendimento e dedicação institucional é avaliada dentre outros mecanismos pelo questionário de avaliação/registo individual docente parcial e integral (informa quantidade de atendimentos discentes com data e horário, quantas e quais reuniões colegiadas participou com data e horário, tempo destinado para planejamento didático e outros). Este documento é entregue semestralmente para o coordenador do curso, com informações essenciais para um planejamento de gestão de melhora contínua.

Docentes	Nº	%
Total	13	100%
Horistas	00	0%
Parciais	12	92,3%
Integrais	01	7,7%
Parciais e Integrais	13	100%

3.7. Experiência Profissional do Docente

Dos 13 docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas no curso, 06 possuem graduação em cursos de licenciatura e, dos 07 restantes, mais de 50% possuem experiência fora do magistério superior. Esse perfil docente com esse quantitativo supracitado, garante ao curso uma exposição frequente de situações contextualizadas com relação de problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. O corpo docente do referido curso, apresenta como diferencial uma preocupação recorrente com atualizações relacionadas com a interação conteúdo e prática, além de possuírem uma sensibilidade para temas de interdisciplinaridade no contexto laboral. Tudo isso permite que o grupo de docentes que constituem o curso possa analisar as competências prevista no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão, o que nos direciona mais facilmente para um ensino de excelência.

3.8. Experiência no Exercício da Docência na Educação

Básica. *Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

3.9. Experiência no Exercício da Docência Superior

Dos 13 docentes responsáveis pelas disciplinas ofertadas no curso, mais de 80% possui experiência no magistério superior a mais de 5 anos. Esta proporção aponta para um corpo docente com capacidade e experiência para diagnosticar os principais pontos de dificuldade dos acadêmicos no que diz respeito ao conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, podendo o

mesmo, utilizar desta característica na geração de exemplos que melhor contextualizam a disciplina com o mercado de trabalho.

Um docente experiente é aquele que não apenas é detentor da capacidade de transmissão de conteúdos e orientação aos acadêmicos sobre determinado tema, mas também é aquele que se aproxima de seus alunos através de uma docência pautada nas reais necessidades destes acadêmicos e na melhor forma de comunicação com os mesmos, com a utilização de uma linguagem que esteja aderida às diferentes turmas com as quais o professor irá desenvolver seu trabalho.

Os docentes atuantes no C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP, se mantêm atentos nos critérios avaliativos que a metodologia aplicada pela IES exige, são constantemente capacitados através de eventos internos sobre o poder e a correta utilização destas avaliações (em tempo hábil), que devem ter características diagnósticas, para informar o que o aluno trás de períodos passados, formativa, que é utilizada para um processo contínuo e longo, onde o erro não é nada mais que um fator que faz parte do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, e somativas, as quais são essenciais para informar e situar os estudantes da escola como um todo. Os docentes da FCJP também são orientados a utilizarem a sua experiência em sala de aula para aproveitarem estes processos avaliativos como geradores de informações sobre o andamento do aproveitamento geral de cada turma e, com isso, reestruturar o seu formato do ensino constantemente, na busca de uma docência mais alinhada com os objetivos do curso e com o perfil profissional do egresso desejado, utilizando a interdisciplinaridade como ferramenta para este fim. Outro ponto forte do corpo docente do referido curso é sua liderança junto aos discentes e seu reconhecimento pela sua produção, o que pode ser comprovado através de uma análise curricular dos mesmos.

3.10. Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância

Os Docentes, responsáveis pelas disciplinas atualmente ofertadas no referido curso possuem experiência na docência na educação a distância maior que 5 (cinco) anos. Esta proporção aponta para um corpo docente com capacidade e experiência para diagnosticar os principais pontos de dificuldade dos acadêmicos no que diz respeito ao conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, podendo o mesmo, utilizar desta característica na geração de exemplos que melhor contextualizam a disciplina com o mercado de trabalho.

Um docente experiente é aquele que não apenas é detentor da capacidade de transmissão de conteúdos e orientação aos acadêmicos sobre determinado tema, mas também é aquele que se aproxima de seus alunos através de uma docência pautada nas reais necessidades destes acadêmicos e na melhor forma de comunicação com os mesmos, com a utilização de uma linguagem que esteja aderida às diferentes turmas com as quais o professor irá desenvolver seu trabalho.

Os docentes atuantes no C.S.T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP, se mantém atentos nos critérios avaliativos que a metodologia aplicada pela IES exige, são constantemente capacitados através de eventos internos sobre o poder e a correta utilização destas avaliações (em tempo hábil), que devem ter características diagnósticas, para informar o que o aluno trás de períodos passados, formativa, que é utilizada para um processo contínuo e longo, onde o erro não é nada mais que um fator que faz parte do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, e somativas, as quais são essenciais para informar e situar os estudantes da escola como um todo. Os docentes da FCJP também são orientados a utilizarem a sua experiência em sala de aula para aproveitarem estes processos avaliativos como geradores de informações sobre o andamento do aproveitamento geral de cada turma e, com isso, reestruturar o

seu formato do ensino constantemente, na busca de uma docência mais alinhada com os objetivos do curso e com o perfil profissional do egresso desejado, utilizando a interdisciplinaridade como ferramenta para este fim.

Outro ponto forte do corpo docente do referido curso é sua liderança junto aos discentes e seu reconhecimento pela sua produção, o que pode ser comprovado através de uma análise curricular dos mesmos.

3.11. Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância

Para garantir a aderência dos professores/tutores com as disciplinas ministradas nos cursos em EaD, no decorrer do C.S.T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro, é disponibilizado a todos os professores/tutores contratados, com ou sem experiência ou formação comprovada, o curso de extensão em Docência e Tutoria na Educação a Distância, com carga horária totalizando 60h de formação plena. Para formação continuada a FCJP disponibiliza capacitação constante, síncronas e assíncronas, através do Centro de Capacitação, o ambiente virtual de aprendizagem destinado para este fim, permitindo e mantendo suporte constante aos professores/tutores durante as atividades dos mesmos.

O C.S.T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP apresenta como tutores os professores, que se responsabilizam pelas disciplinas atualmente ofertadas. Estes professores/tutores apresentam mais de 10 anos de experiência como docente do ensino superior e mais de 5 anos de experiência na Tutoria em Educação a Distância.

Como os professores/tutores que atuam no curso são responsáveis pelas mediações síncronas e presenciais como os acadêmicos que cursam as disciplinas ofertadas na modalidade EaD, os mesmos desenvolvem

relacionamento próximo com os alunos, o que tornam mais claras as suas potencialidades e fragilidades, e, de posse destas informações os professores/tutores buscam a melhor mediação pedagógica diante das características de cada aluno e de cada turma, facilitando assim na escolha das atividades e de literaturas complementares, além das já previstas como bibliografias a serem utilizadas na disciplina, que possam pontualmente auxiliar o estudante em suas principais dificuldades durante sua formação.

3.12. Atuação do Colegiado de Curso ou Equivalente

O Colegiado do Curso está institucionalizado através de regulamento próprio, possuindo representatividade dos diversos segmentos e com equidade entre os pares, como demonstrado abaixo, na composição dos seus membros:

- I. Pelo Coordenador do Curso;
- II. Por dois professores de disciplinas ou unidades curriculares específicas do curso;
- III. Por dois discentes do curso;
- IV. Por dois Técnicos-Administrativos;

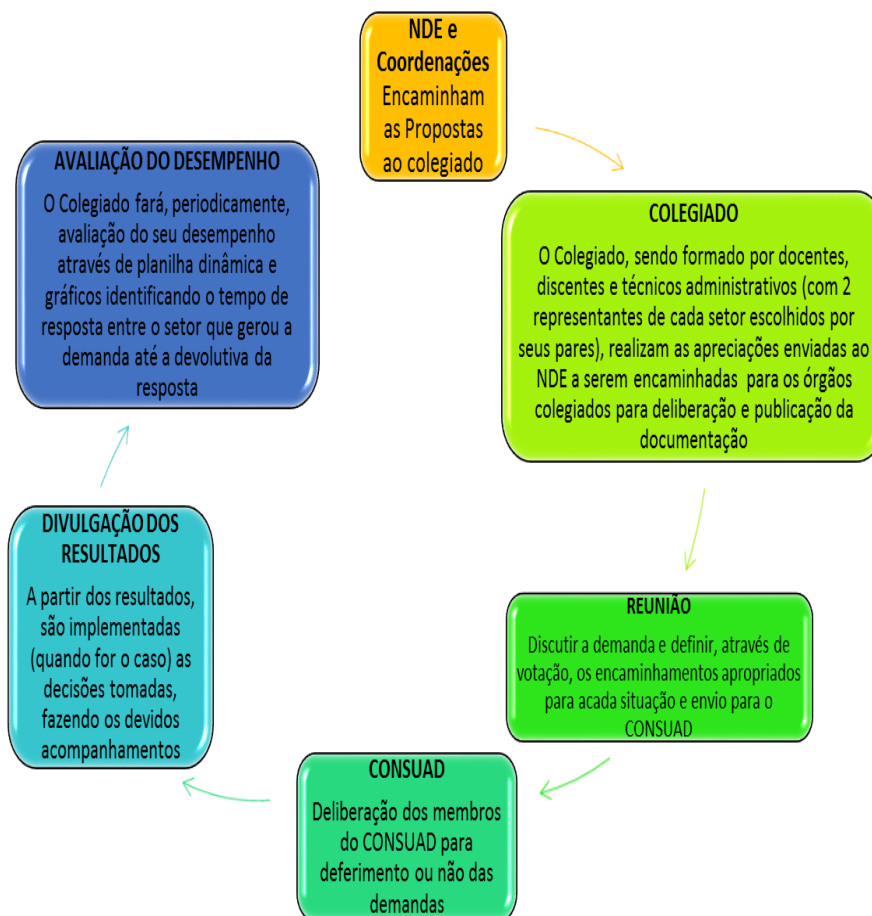
O Colegiado de Curso dentro da sua regulamentação, define que as reuniões deverão ocorrer no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, com homologação do Diretor Geral, por convocação do Coordenador do Curso ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados, sendo todas as reuniões e decisões associadas devidamente registradas em ata própria.

O Colegiado dentro de seu regulamento define suas atribuições, que corroborarão com todo o processo de formação descrito neste PPC:

- # Analisar o perfil do curso e das diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
- # Acompanhar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;
- # Analisar a avaliação do curso;
- # Decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- # Deferir os planos de ensino referentes às unidades curriculares que constituem cada curso, em consonância com o projeto pedagógico e articulando com demais docentes;
- # Pronunciar-se sobre o aproveitamento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas e adaptações de acadêmicos transferidos, diplomados ou que tenham desenvolvido competências profissionais no mundo do trabalho;
- # Pronunciar-se sobre o aproveitamento discente extraordinário, no que se refere à abreviação de seu curso;
- # Apreciar o plano e o Calendário Acadêmico das atividades do Curso a serem submetidos ao CONSUAD;
- # Avaliar o material didático proposto para o corpo docente;
- # Zelar pela conservação e utilização dos equipamentos e recursos sob sua responsabilidade;
- # Aprovar as atividades extracurriculares;
- # Aprovar alterações no projeto do Curso quando necessário;
- # Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O colegiado do curso apresenta fluxo próprio e definido, sendo bastante fluido e otimizado para uma resposta rápida e coerente:

FLUXOGRAMA DE TOMADA DE DECISÕES DO COLEGIADO DO CURSO



O colegiado possui um sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos de decisões, através do sistema SOLIS institucional.

O que torna o processo acessível, transparente e eficiente. E por fim, o colegiado do referido curso ainda possui um processo de autoavaliação, realizado através de questionários aplicados anualmente para seus discentes, técnicos administrativos e docentes, via sistema Moodle, o que facilita a implementação ou ajuste nas práticas da gestão do curso.

3.13. Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso

O C.S.T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas conta com docentes/tutores, capacitados para as atribuições inerentes ao cargo de tutoria à distância, já que apresenta 100% de seus docentes/tutores com formação na área da disciplina e 100% dos docentes/tutores com pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

A formação e capacitação demonstrada dos docentes/tutores habilitam-nos a fornecer o suporte necessário às atividades docentes das diferentes unidades curriculares ofertadas durante o curso e fomentar, presencialmente, as atividades práticas a serem desenvolvidas pelos acadêmicos, o que potencializa o processo de ensino e aprendizagem.

3.14. Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância

Para garantir a aderência dos docentes/tutores com as disciplinas ministradas em EaD no decorrer do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro, é disponibilizado a todos os docentes/tutores contratados, com ou sem experiência ou formação comprovada, o curso de extensão em Docência e Tutoria na Educação a Distância, com carga horária totalizando 60h de formação plena. Para formação continuada a FCJP disponibiliza capacitação constante, síncronas e assíncronas, através do Centro de Capacitação, o ambiente virtual de aprendizagem destinado para este fim, permitindo e mantendo suporte constante aos professores/tutores durante as atividades dos mesmos.

O C.S.T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP apresenta como tutores os professores, que se responsabilizam pelas disciplinas atualmente ofertadas. Estes professores/tutores apresentam mais de 10 anos de experiência como docente do ensino superior e mais de 5 anos de experiência na Tutoria em Educação a Distância.

Como os docentes/tutores que atuam no curso são responsáveis pelas intermediações síncronas e presenciais como os acadêmicos que cursam as disciplinas ofertadas na modalidade EaD, os mesmos desenvolvem relacionamento próximo com os alunos, o que tornam mais claras as suas potencialidades e fragilidades, e, de posse destas informações os professores/tutores buscam a melhor mediação pedagógica diante das características de cada aluno e de cada turma, facilitando assim na escolha das atividades e de literaturas complementares, além das já previstas como bibliografias a serem utilizadas na disciplina, que possam pontualmente auxiliar o estudante em suas principais dificuldades durante sua formação.

3.15. Interação Entre Tutores, Docentes e Coordenadores de Curso a Distância

Os mecanismos de planejamento para interação entre os docentes/tutores e estudantes podem ser realizados de maneira síncrona e assíncrona. Para as interações síncronas é utilizado o recurso reunião on-line onde o professor formador pode responder em tempo real todas as dúvidas referentes aos conteúdos estudados pelos alunos, por meio de chat. De maneira assíncrona, os alunos podem interagir com os seus professores/tutores, por meio de fóruns, onde os alunos conseguem acompanhar todo o histórico de participação e contribuição dos colegas.

A troca de conhecimento e informações entre o professor/tutor e a coordenação é feita por meio da ferramenta de e-mail, telefone e os fóruns no Ambiente de

Capacitação (Centro de Capacitação da IES) específico para troca de informação entre os docentes/tutores e coordenação de EAD. Além disso, há planejamento de interação, em conformidade com o PPC, que possibilita condições de mediação e articulação entre docentes/tutores e coordenador do curso, considera análise sobre a interação para encaminhamento de questões do curso, com previsão de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores.

3.16. Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

Quanto as produções científicas, mais de 50% dos docentes atuantes no referido curso possuem entre 7 e 9 produções nos últimos 3 anos.

4. Infraestrutura

4.1. Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

A Faculdade disponibiliza postos de trabalho em gabinetes individualizados para a realização das atividades dos professores, que funciona com salas individualizadas equipadas com armários com chave para guarda de material pessoal e profissional, telefone, computador interligado à Internet com Webcam e headset para a utilização dos mesmos por parte dos docentes, com disponibilidade de rede Wireless para os docentes trabalharem nos seus notebooks, quadro branco, impressora, ar condicionado e demais materiais necessários, servindo de suporte para eventuais reuniões do curso, em ótimas condições de iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, privacidade, conservação e comodidade. Estas salas individuais são propícias para o atendimento às demandas individuais dos acadêmicos, além de se mostrarem

como ótimos ambientes para o desenvolvimento das atividades extraclasse inerentes ao cargo de professor em tempo integral.

O complexo de salas conta com uma secretária que auxilia os professores. Dessa forma, esse espaço está muito bem adequado para o desenvolvimento dos planejamentos de aulas, pesquisas, elaboração de provas, pesquisas e atendimento aos discentes de forma individual ou em grupos.

Deste modo, a Faculdade Cidade de João Pinheiro dispõe de espaços de trabalho que possibilitam ações acadêmicas, contribuindo para os planejamentos didático-pedagógicos dos Docentes em tempo integral, com recursos tecnológicos da informação e comunicação, otimizando assim os atendimentos dos discentes e orientandos. Atendendo os devidos cuidados de segurança dos materiais e equipamentos pessoais, com a devida privacidade.

4.2. Espaço de Trabalho para o Coordenador

O C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas dispõe de uma sala ampla para os serviços acadêmicos da coordenação do curso. A sala do coordenador é ambiente propício para a realização das atividades relacionadas ao atendimento individualizado e em grupo dos membros da comunidade acadêmica. Este espaço encontra-se em condições adequadas de limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e privacidade, possibilitando o desenvolvimento do trabalho, de ordem técnico-administrativa e acadêmica de forma individual ou em grupos. O espaço possui climatização por ar condicionado, possui mobiliário adequado (mesas e cadeiras em número suficiente para atender às demandas do ambiente), telefone, impressora, mesinha para o café, bebedouro, computador com acesso à internet, webcam, headset devidamente instalados e funcionando no computador de mesa e a sala ainda possui armários com chave para a guarda dos materiais de uso pessoal e/ou profissional do coordenador.

4.3. Sala Coletiva de Professores

O C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da Faculdade Cidade de João Pinheiro dispõe de uma sala que foi exaustivamente pensada para priorizar o conforto necessário aos docentes que dela usufruem, permitindo assim um atendimento mais amplo às necessidades docentes quando estão em seu ambiente de trabalho. Esta sala oferece facilidades que possibilitam a preparação de aulas, consultas ao portal e ao sistema acadêmico. Este espaço possibilita o desenvolvimento do trabalho, de ordem acadêmica, o espaço é climatizado por ar condicionado, possui cinco computadores de mesa com acesso à internet, impressora, webcam, headset e acesso à rede WI-FI da instituição, possui armários com chaves individualizadas para guarda de material docente, jogos de tabuleiro para o lazer dos docentes, possui mesa de reunião com doze cadeiras para eventuais reuniões presenciais em grupo, com mais três mesas redondas com quatro cadeiras em cada, telefone, mesa para café, bebedouro, sofá, tv e, além disto, a sala dispõe de apoio técnico administrativo para os docentes que a utilizam.

4.4. Salas de Aula

Pensando na acessibilidade de nossos estudantes, a IES é equipada com infraestrutura acessível para dar melhor suporte tanto às pessoas que apresentam necessidades especiais quanto à locomoção em geral, além de pisos táteis afixados no solo que levam a todos os ambientes educacionais e administrativos da instituição. O Campus possui salas de aula específicas para o Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com 50 carteiras em cada, que comportam o número de vagas ofertadas e também apresenta ótima iluminação artificial e natural, pintura em ótimo estado de conservação e são bem arejadas e possuindo climatização por ar condicionado, estes espaços

proporcionam flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem.

Estão mobiliadas com carteiras individuais, quadros de avisos, quadro negro, mesa e cadeira para o docente, instalações elétricas para o uso de equipamentos como: Rede de Wi-Fi, Datashow, televisão, equipamentos de som, entre outros, sempre que necessários.

As salas de aula da FCJP passam por manutenção periódica após autoavaliação institucional a qual realiza o levantamento, junto à comunidade acadêmica, sobre as condições físicas das salas de aula, gerando insumos para a percepção do setor de manutenção sobre as reais e atuais condições das mesmas.

Lembrando que além da CPA (anualmente) e do NDE (semestralmente), os nossos discentes ainda possuem a ouvidoria (diariamente) e a própria coordenação do curso, como ponto de referência para estas manutenções recorrentes. Afixados no interior das salas de aula, a IES disponibiliza QR-Code's que, com a utilização de smartphones, direcionam para os setores de Tecnologia da Informação e de Manutenção e Limpeza, para que possam ser utilizados pelos docentes e discentes nos eventuais momentos de necessidade, citamos isto como sendo uma ação exitosa e inovadora que tem facilitado bastante a comunicação e resolução dos problemas quando surgem.

4.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

A FCJP oferece aos discentes livre acesso aos equipamentos de informática, dispondo de um número suficiente de equipamentos, que atende às necessidades dos usuários para as devidas atividades, com acesso à internet, esta, com estabilidade e velocidade de acesso que garante o seu uso contínuo, tendo os laboratórios de informática e as máquinas disponibilizadas e acessíveis presentes nas bibliotecas da instituição.

A FCJP conta com dois laboratório de Informática, climatizados com ar condicionado, que possuem quadro branco, Datashow instalado no teto, com ótima iluminação artificial e natural, apresentam total acessibilidade para pessoas com deficiência com máquinas preparadas com DOSVOX, VLIBRAS, teclados em Braille e com letras aumentadas, espaço definido para cadeirante, todas com webcam e headset. Estes laboratórios permanecem em funcionamento prestando seus serviços à comunidade acadêmica entre os horários de 08:00 às 22:00 de segunda a sexta e de 08:00 às 12:00 aos sábados.

O laboratório passa semestralmente por atualização de software's, hardware's e outros, através do acompanhamento do setor de Tecnologia da Informação com emissão de relatório específico.

O Laboratório de Informática I possui 51 (cinquenta e um) computadores (Core i3 6100 3.70ghz 4gb de RAM 500gb de HD), 20 (vinte) bancadas, monitores de 20 polegadas, com mouse, teclado, headset e webcam em todas as máquinas.

O Laboratório de Informática II possui 25 (vinte e cinco) computadores com as mesmas configurações das máquinas e de acomodações físicas do Laboratório I.

Os usuários contam com a ajuda de monitores nos laboratórios de informática. A IES ainda conta com uma rede de Wi-Fi que abrange toda a área educacional.

SOFTWARE'S UTILIZADOS PELO CURSO

Eclipse ou netbeans - para programação básica ou orientada a objetos;

DEV C++ - para programação;

Astah - para diagramação;

Visual Studio Code;

Android Studio;

Notepad ++;

Java JDK;

Xampp – para disciplinas relacionadas a desenvolvimento web.

Estes laboratórios também passam por avaliação periódica coordenada pelo Setor de Tecnologia da Informação através de informações colhidas na avaliação da estrutura física através da CPA (anualmente), Tecnologia de Informação (relatório próprio) e NDE's (semestralmente), ouvidoria e coordenações (diariamente).

4.6. Bibliografia Básica por Unidade Curricular

Todo o acervo bibliográfico físico da IES, disponibilizado aos professores e alunos, e demais componentes da comunidade acadêmica, está tombado e informatizado e disponível através do sistema SOLIS, já o acervo virtual, possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários, lembrando que ambos estão registrados em nome da IES. A indicação para a aquisição de acervos (bibliografia básica e complementar, periódicos e multimeios) atende a proposta pedagógica dos Cursos e é feita pela Coordenação do Curso, NDE e seu Colegiado através de Relatório de Adequação confeccionado e assinado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso, relatório este, que é utilizado para o gerenciamento da atualização da quantidade de exemplares e ou assinaturas de acesso mais demandadas.

As bibliotecas da FCJP possuem plano de contingência (disponibilizado pela biblioteca virtual terceirizada MINHA BIBLIOTECA) que visa orientar os usuários e a instituição sobre como proceder em casos de dificuldade de conexão ou acesso aos títulos disponibilizados eletronicamente.

Para os estudantes estão disponíveis além dos livros básicos que atendem plenamente o conteúdo programático das disciplinas, todo o acervo da

Biblioteca, incluindo periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado.

As Bibliografias Básicas são compostas por três títulos por unidade curricular, sendo um, ou mais, disponibilizados na forma virtual através da biblioteca virtual MINHA BIBLIOTECA de acesso livre, irrestrito e ininterrupto (inclusive fins de semana e feriados) aos acadêmicos e professores.

Para ampliar os horizontes de acesso aos conteúdos disponibilizados eletronicamente pela biblioteca, a mesma possui computadores (com teclados em Braille e letras aumentadas, headset e webcam) conectados à internet (além do acesso à rede de Wi-Fi) que possuem dispositivos de facilitação e inclusão para pessoas com deficiência como o DOSVOX e o VLIBRAS, que permitem que seus usuários desfrutem de novas formas, mais acessíveis, de transmissão destes conteúdos. Além da Biblioteca e da utilização da rede de Wi-Fi da instituição, o acadêmico ainda tem disponível os laboratórios de informática da IES, os quais funcionam de 08:00 as 22:00 horas de segunda a sexta e de 08:00 as 12:00 horas aos sábados.

4.7. Bibliografia Complementar por Unidade Curricular

A indicação para a aquisição de acervos (bibliografia básica e complementar, periódicos e multimeios) atende a proposta pedagógica dos Cursos e é feita pela Coordenação do Curso, NDE e seu Colegiado através de Relatório de Adequação confeccionado e assinado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso.

As bibliotecas da FCJP possui plano de contingência (disponibilizado pela biblioteca virtual terceirizada MINHA BIBLIOTECA) que visa orientar os usuários e a instituição sobre como proceder em casos de dificuldade de conexão ou acesso aos títulos disponibilizados eletronicamente.

Para os estudantes estão disponíveis além dos livros básicos que atendem plenamente o conteúdo programático das disciplinas, todo o acervo da Biblioteca, incluindo periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado.

As Bibliografias Complementares são compostas por cinco títulos por unidade curricular, sendo todos ofertados na forma virtual através da biblioteca virtual MINHA BIBLIOTECA.

Para ampliar os horizontes de acesso aos conteúdos disponibilizados eletronicamente pela biblioteca, a mesma possui computadores (com teclados em braille, headset e webcam) conectados à internet (além do acesso à rede de Wi-Fi) que possuem dispositivos de facilitação e inclusão para pessoas com deficiência como o DOSVOX e o VLIBRAS, que permitem que seus usuários desfrutem de novas formas, mais acessíveis, de transmissão destes conteúdos.

4.7.1. Biblioteca FCJP

Disponibiliza aos seus usuários acesso ao acervo físico, dispõem de recepção, salas de leitura, salas de estudo em grupo, salas de vídeo, salas de pesquisa informatizada, cabines de estudo individualizado e acervo, além de possibilitar aos acadêmicos que utilizarem este espaço o acesso à biblioteca virtual dentro do ambiente da biblioteca.

4.7.2. Periódicos Especializados

A Biblioteca disponibiliza periódicos sob a forma virtual de livre acesso e assinaturas impressas com retroação de no mínimo os três últimos anos e *full text*.

São periódicos específicos do curso:

PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS	
PERIÓDICOS	ENDEREÇO DE ACESSO
LIVRE ACESSO	
Cadernos De Informática	https://seer.ufrgs.br/cadernosdeinformatica
Revista Brasileira De Computação Aplicada	https://seer.upf.br/index.php/rbca
Revista Brasileira De Informática Na Educação	https://sol.sbc.org.br/journals/index.php/rbie/about
Revista De Ciências Exatas e Tecnologia	https://unifasc.edu.br/revistas/revista-cientifica-eletronica-race-interdisciplinar
Revista Científica Eletrônica Race Interdisciplinar	https://unifasc.edu.br/revistas/
Computação Brasil	https://www.sbc.org.br/publicacoes-2/298-computacao-brasil
Revista de Sistemas de Informação	http://revistaresi.com.br/index.php/resi
Boletim Técnico da FATEC-SP	http://bt.fatecsp.br/bulletins
Revista Olhar Científico	https://portalpensador.com/index.php/ROCI-SPA
Perspectivas da Ciência e Tecnologia	https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/revistapct
Informação & Tecnologia	https://periodicos.ufpb.br/index.php/itec
Revista Eletrônica de Sistemas de Informação e Gestão Tecnológica	http://periodicos.unifacel.com.br/resiget
RESI – Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reinfo/index
LIINC em Revista	https://revista.ibict.br/liinc
Revista de Informática teórica e Aplicada	https://seer.ufrgs.br/index.php/rita/index

4.7.3. Bases de Dados Assinadas

A IES conta com a assinatura de base de dados de periódicos bem como de biblioteca virtual - MINHA BIBLIOTECA, visando suprir o acervo impresso, bem como facilitar o acesso à informação aos docentes e discentes.

4.7.4. Base de Dados de Livre Acesso

- **SCIELO:** Biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.
- **BVS:** A Biblioteca Central atua como Participante da Rede BVS, que permite acesso a fontes de informação na área de Saúde Pública.
- **BDTD/IBICT:** Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- **LIVRE:** Periódicos de livre acesso na internet

4.7.5. Informatização

O acervo da Biblioteca, composto por obras de referência, livros, folhetos, trabalhos de conclusão de cursos, periódicos e multimeios, nas várias áreas do conhecimento, é tratado tecnicamente segundo o Anglo American Cataloguing Rules - AACR2 e a Classificação Decimal de Universal - CDU e é sinalizado de modo a facilitar sua localização pelos usuários.

4.7.6. Sistema SolisGE

A informatização da Biblioteca utiliza o Sistema SolisGE, que contempla de forma integrada as principais funções de uma Biblioteca, com o objetivo de facilitar a gestão da informação, melhorando a rotina diária de seus usuários.

Principais Módulos:

- **Catálogo:** Permite catalogar de acordo com as regras do Anglo American Cataloguing Rules – AACR2 e da Classificação Decimal de Universal – CDU
- **Circulação de Materiais:** Controla o empréstimo de qualquer tipo de documento com prazos e quantidades diferenciadas por categoria de usuário.
- Emite relatórios e estatísticas referentes ao processo de empréstimo.
- Empréstimo
 - ✓ Empréstimo para consulta local;
 - ✓ Empréstimo domiciliar;
 - ✓ Reserva local;
 - ✓ Renovação online.

4.7.7. Treinamentos

A Biblioteca da FCJP oferece a seus usuários orientação quanto ao uso dos recursos informacionais disponíveis, normalização bibliográfica conforme ABNT e utilização do Sistema SolisGE para renovação de empréstimo e reserva *online*.

4.7.8. Programa de Atendimento a Alunos com Necessidades Educacionais Especiais

De acordo com a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, do Ministério de Educação, o Sistema de Bibliotecas dá acessibilidade aos seus usuários com necessidades educacionais especiais a diferentes fontes de informação, mediante utilização de recursos diferenciados.

Auditiva: O atendimento às pessoas com necessidades educacionais auditivas é realizado por um intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS no período

das 8h às 17h, ou sempre que necessário. A instituição disponibiliza também o VLIBRAS para a comunidade acadêmica.

Visual: Às pessoas com necessidades educacionais visuais, as Bibliotecas disponibilizam o sistema **DOSVOX**, baseado no uso intensivo de síntese de voz, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais a microcomputadores.

Física: A Biblioteca têm acesso adequado, com a utilização de rampas e pisos táteis e os espaços internos foram redimensionados para facilitar o deslocamento de cadeirantes.

4.7.9. Serviços

Aos usuários da Biblioteca são oferecidos os seguintes serviços:

- ✓ Elaboração de fichas catalográficas;
- ✓ Visitas guiadas à Biblioteca;
- ✓ Solicitação de artigos via COMUT ON-LINE (Programa de comutação bibliográfica on-line)/SCAD.
- ✓ Levantamento bibliográfico

4.7.10. Periódicos Especializados, Indexados e Correntes

Possuímos assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, de forma impressa ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos para o curso entre as principais áreas e a maioria deles assinados nos últimos três anos e, no último ano também possuímos revistas e periódicos específicos que passaram a fazer parte do acervo.

4.8. Laboratórios Didáticos de Formação Básica

O C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP conta com laboratório didático em excelente quantidade para auxílio nos processos de ensino-aprendizagem, quando é levado em consideração o número de vagas ofertadas. Todos os laboratórios da FCJP possuem normas e regulamentos de utilização (POP - Procedimento Operacional Padrão) que ficam disponibilizados aos usuários de forma eletrônica e física (no próprio ambiente do laboratório) além de passarem constantemente por manutenção periódica advinda de informações colhidas com os próprios usuários e professores através dos questionamentos sobre a estrutura física da IES realizados durante a aplicação dos questionários da CPA, ou através de solicitações do Núcleo Docente Estruturante do curso, devidamente aprovadas pelo seu colegiado.

O curso conta com o seguinte laboratório de formação básica em quantidade:

1 - Laboratório de Informática

O laboratório didático de formação básica implantado com suas respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira excelente, aos aspectos: adequação ao currículo, acessibilidade plena, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos (o laboratório apresentado foi construído dentro dos parâmetros curriculares do respectivo curso, com acessibilidade plena tais como, espaço para cadeirante, softwares para deficientes visuais, pisos táteis para acesso aos laboratórios, dentre outros, além de atualização dos softwares e fornecimento de insumos pelos setores específicos de maneira eficiente).

Laboratório de Informática:

A Instituição dispõe de dois laboratórios de informática com máquinas novas para atender às necessidades de pesquisa e consulta dos discentes, docentes e técnicos administrativos. Estes laboratórios ficam disponível para os alunos tanto no horário de aula quanto fora deste horário, sempre acompanhado pelos

monitores. Os laboratórios de informática da FCJP possuem climatização por ar condicionado, quadro branco, quadro de avisos e Datashow fixo no teto, proporcionando maior conforto e possibilidades para seus usuários.

O laboratório didático de formação básica (Informática) implantados com suas respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem, de maneira excelente, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e vagas ofertadas.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro dispõe de dois laboratórios de Informática, de uso geral, onde estão instalados Microcomputadores, ligados em rede interna e de comunicação externa (Internet), todos com webcam, fones de ouvido e com acessibilidade física e através de software's. Os laboratórios possuem diferentes mídias e linguagens, como **softwares de narração** para deficientes visuais/baixa visão, bem como o **tradutor de Libras** (Software NVDA) para texto e audiovisual em pelo menos um dos PC's. Os usuários contam ainda com uma impressora e com o suporte de setor de *help desk* para o auxílio necessário.

O laboratórios de informática contam ainda com serviços de apoio, prestado por um (01) técnico, responsável pelo assessoramento docente e serviço de *help desk*. Além disso, os laboratórios possuem normas de funcionamento, utilização e segurança disponibilizados de forma pública e fisicamente nos ambientes laboratoriais. Passam por manutenções periódicas e por serviços de conservação o que garante a limpeza e atende os requisitos de conforto, comodidade e segurança para o desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem, estando disponíveis aos acadêmicos diariamente.

É livre o acesso dos docentes e funcionários da instituição, sob supervisão do técnico responsável pelo ambiente dos laboratórios.

De acordo com a política de expansão, é adotado o sistema de atualização anual dos equipamentos e softwares, com previsão de aquisição/instalação de microcomputadores até a data de vigência deste.

O acesso à rede mundial de computadores e internet com alta velocidade, atendendo assim a demanda da IES, está estendida a toda comunidade acadêmica da Faculdade Cidade de João Pinheiro, possuindo computadores e pontos disponíveis de acesso nos principais ambientes de comparecimento dos alunos e professores.

Com livre acesso à rede sem fio a todos os usuários, de maneira a garantir a qualidade e pertinência.

Os laboratórios de informática possuem regulamentação e medidas de segurança próprio, disciplinados em regulamento específico, o qual consta no PPC do curso.

Destaca-se a preocupação da IES com a acessibilidade aos laboratórios tanto para cadeirante quando para portadores de deficiência visual durante a utilização dos mesmos por membros da comunidade acadêmica que deles necessitem, todas as máquinas possuem webcam com microfone e são equipadas com software de acessibilidade como o DOSVOX e o VLIBRAS.

Normas de Utilização dos Laboratórios de Informática da FCJP

A manutenção dos equipamentos é de responsabilidade direta do setor de Tecnologia da Informação que faz a manutenção dos laboratórios de informática quinzenalmente. A necessidade de reparos ou aquisição é informada pelos monitores do laboratório, podendo ser também informada pelos professores que

utilizam o mesmo. O setor de Tecnologia da Informação tem um prazo de quinze dias úteis para realizar as operações necessárias e atender demais solicitações.

REGIMENTO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

CAPITULO I

Da Finalidade

Art. 1º - O Laboratório de Informática da Faculdade Cidade de João Pinheiro é constituído a serviço dos alunos, professores, funcionários e comunidade local.

CAPÍTULO II

Do Pessoal

Art. 2º - A administração dos Laboratórios se dá através do setor de Tecnologia da Informação, auxiliado por assistentes contratados ou Estagiários;

Art. 3º - O Assistente de Laboratório deverá garantir, em conjunto com o setor de Tecnologia da Informação, o funcionamento e execução dos serviços técnicos e operacionais da estrutura, e o funcionamento contínuo da sala para usos relacionados com educação e experiências práticas em geral;

Art. 4º - O Estagiário deverá auxiliar o setor de Tecnologia da Informação e o assistente na manutenção e funcionamento do Laboratório.

CAPITULO III

Do Horário de Funcionamento

Art. 5º - O Laboratório deverá funcionar da seguinte forma:

I- segunda à sexta-feira das 08h00 às 22h30;

II- sábados das 08h00 às 12h00.

CAPÍTULO IV

Estrutura Operacional – Equipamentos e Reservas

Art. 6º - São oferecidos computadores contendo a infraestrutura necessária para utilização durante aulas práticas conforme cursos na FCJP e também para uso em cursos de extensão e pós-graduação.

Art. 7º - A reserva dos Laboratórios, por parte dos professores, deverá ser realizada com no mínimo três dias de antecedência à realização da aula. No caso de instalação de novos softwares, esta antecedência deverá ser de sete dias.

Art. 8º - Cada disciplina terá um período máximo de antecedência para marcação de aulas. Esta antecedência variável visa estabelecer um critério de prioridade ao acesso ao laboratório, devendo, portanto, os professores das disciplinas priorizadas utilizarem tal recurso para garantir o uso do laboratório.

Art. 9º - Só será permitida nova reserva após 8 (oito) dias corridos contados a partir da última reserva feita pelo professor. Tal medida visa estabelecer um rodízio entre os professores que utilizam os laboratórios. A reserva é realizada através de agendamento no setor de Tecnologia da Informação caso haja disponibilidade dos mesmos.

Art. 10º - Será garantida aos professores uma tolerância máxima de 15 (quinze) minutos de atraso para início das aulas práticas previamente agendadas. Depois de decorrido essa tolerância, o laboratório será considerado disponível para o uso e o agendamento será considerado como não utilizado.

CAPÍTULO V

Usos - Finalidades e Público Alvo

Art. 11º - A utilização dos laboratórios por alunos dos cursos da Faculdade Cidade de João Pinheiro fora dos horários de aula limita-se às atividades relacionadas a práticas e exercícios dos cursos aqui oferecidos, não sendo permitida então a utilização para interesses particulares. Não será cobrada nenhuma taxa pelo uso dos computadores a nenhum aluno de qualquer curso. O acesso só será permitido para alunos previamente cadastrados em nossos sistemas e matriculados na instituição.

Art. 12º - O uso por alunos em atividades não vinculadas às aulas regulares (usos ocasionais) deve observar os horários de funcionamento bem como no início das aulas. Os laboratórios deverão ser desocupados com 20 (vinte) minutos de antecedência do início das aulas para organização e preparação das atividades para os professores.

Art. 13º - O uso dos laboratórios por professores e pesquisadores fora dos horários de aula estará autorizado mediante comunicação ao setor de Tecnologia da Informação contendo o programa efetivo de uso por intermédio de formulário padrão ou e-mail.

Art. 14º - A utilização dos laboratórios, por funcionários da FCJP, para fins estritamente administrativos, estará autorizada mediante disponibilidade de equipamentos e comunicação formal, por memorando impresso, ao setor de Tecnologia da Informação.

Art. 15º - O serviço de acesso à Internet ficará autorizado e disponibilizado, quando relacionado a atividades de caráter eminentemente educativas e que tenham relação com os conteúdos programáticos dos cursos oferecidos na instituição. Acessos a sites pornográficos e o uso de mecanismos fraudulentos contra a estrutura (vírus, sniffers, entre outros) serão criteriosamente banidos e podem desencadear processos punitivos e/ou suspensivos junto às Coordenações de Cursos, Coordenação Acadêmica e Direção Geral da Instituição.

Art. 16º - A utilização dos laboratórios de forma indevida e, aqui não destacada, será tratada pela Coordenação Acadêmica.

Art. 17º - Os acessos a internet são auditados ficando a critério da instituição verificar quais sites o aluno acessou, caso os links acessados caracterize “utilização indevida”, o aluno poderá ser punido conforme Regimento da IES.

Art. 18º - Todo usuário é responsável pelo seu *login* e senha, bem como por qualquer acesso, adulteração ou utilização de sua senha, portanto, *login* e senha são de uso individual e intransferível. Sob suspeita de sua senha ter sido descoberta por terceiros, providenciar comunicação imediata para substituição. Nenhuma senha é trocada ou alterada por telefone, não existe suporte telefônico externo.

Art. 19º - Cada usuário, ao término de suas atividades, deverá efetuar o log-off (finalizar o sistema), no intuito de evitar que seu *login* e senha sejam utilizados por pessoas não autorizadas.

CAPÍTULO VI

Das Proibições

Art. 20º - É proibido a entrada nas salas laboratoriais portando qualquer tipo de líquidos, alimentos, cigarros, balinhas e chicletes.

Art. 21º - É proibida a instalação de programas que objetivem o mau funcionamento dos equipamentos e o mau uso dos equipamentos implicarão em punições ou suspensões conforme determinação do Regimento Interno da IES.

Art. 22º - É proibido ligar ou desligar os seguintes dispositivos: estabilizador de tensão, nobreak, servidores, impressoras e os aparelhos de ar condicionado, senão por pessoas autorizadas.

Art. 23º - É proibido a todos os usuários copiar os softwares existentes nos laboratórios, bem como seus discos de instalação, exceto aqueles que são de Domínio Público, Shareware ou Demonstrativos.

Art. 24º - Qualquer utilização que não conste nos itens enumerados deste documento será desautorizada.

Art. 25º - Os casos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pelo Regimento Interno da FCJP.

Art. 26º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 27º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação

4.9. Laboratórios Didáticos de Formação Específica

O C.S.T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas possui laboratório de formação específica intitulado como Laboratório de Informática, utilizado em larga escala pelos acadêmicos do referido curso. É um laboratório destinado a

apresentação e treinamento de habilidades e competências ligadas à formação profissional na Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Esse espaço permite que os estudantes de Análise e Desenvolvimento de Sistemas possam praticar e aprimorar suas habilidades em um ambiente seguro e controlado, antes de trabalharem com situações reais de solução de problemas na área.

O C.S.T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas da FCJP Faculdade Cidade de João Pinheiro possui o seguinte laboratório específico:

- Laboratório de Informática.

Assim, o laboratório de formação específica é um espaço importante para as instituições de ensino em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, pois garantem que os estudantes estejam preparados para enfrentar os desafios da prática cotidiana da Análise e Desenvolvimento de Sistemas com confiança e segurança.

4.10. Laboratórios de Ensino para a Área da Saúde.

Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCN. NSA para os demais cursos.

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

4.11. Laboratórios de Habilidades. *Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

4.12. Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial

Conveniados. *Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

4.13. Biotérios. *Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

4.14. Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma, é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no Projeto Pedagógico de Curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento. Através da parceria com o Grupo A, a plataforma apresenta plano de contingência para a garantia de continuidade de funcionamento, bem como, de um sistema de acompanhamento para gerenciamento dos processos, que dispõe, para isso, indicadores bem definidos.

Os conteúdos trabalhados nas disciplinas que são ofertadas na modalidade à distância, e que são oferecidos pela FCJP, foram selecionados a partir da

filosofia, princípios, objetivos e metas a serem alcançados e definido pelo trabalho conjunto da Coordenação, NDE e com o corpo docente dos cursos oferecidos. Para isso foi firmado contrato com o Grupo A (SAGAH), o qual disponibiliza o conteúdo digital e o sistema informatizado (plataforma) para a oferta das disciplinas na modalidade EaD do curso.

Este trabalho conjunto encaminha a vida acadêmica, planejando os diferentes conteúdos programáticos, para que venham conferir uma base sólida de sustentação ao plano evolutivo da construção de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes e valores, em cada um dos cursos que serão oferecidos pela faculdade.

Para isso, dentro de uma orientação global, toma como base as Diretrizes Curriculares e os Padrões de Qualidade referentes a cada curso, bem como informações conceituais, reflexões e discussões levadas a efeito em reuniões e eventos de cada uma das áreas. O planejamento do ensino-aprendizagem constitui-se em um dos processos pedagógico-administrativos de singular importância na organização, sendo que, a partir da sua concretização prática nas salas de aulas e outros ambientes especiais, poderão ser alcançados os objetivos, as metas propostas para cada curso e concretizada a missão institucional. Este processo é realizado por meio de reuniões regulares, onde a decisão consensual é a tônica adotada, considerando os seguintes aspectos:

- O desenvolvimento das potencialidades educativas e afetivas que se quer construir como perfil de saída;
- Deve ser funcional, aplicável à profissão, ajustado à instituição, ser atualizado técnica e cientificamente;
- Deve ser flexível, permitindo e ajustando-se às particularidades dos alunos, prevendo saídas e permitindo a integração com conteúdos afins;

- Deve estar coerente a partir dos objetivos e competências propostos e também com a formação do profissional em questão;
- Atualidade, alcançada por meio da constante busca de novos conhecimentos;
- Contribuição social, com vistas a atender às necessidades da sociedade local, regional e nacional;
- Interdisciplinaridade dos conteúdos, possibilitando a compreensão do conteúdo a partir de diversas perspectivas;
- Integração vertical e horizontal dos conteúdos, possibilitando não apenas a compreensão da sequência lógica dos conteúdos ao longo do curso, mas também a interligação entre as diversas áreas de conhecimento dentro de um todo complexo.

Na Educação a distância os processos de ensinar e de aprender não acontecem de forma simultânea e nem em espaços necessariamente compartilhados por alunos e professores, as propostas de ensino na modalidade a distância são mediadas por meio de materiais didáticos.

Todos os materiais educacionais e atividades propostas são baseadas nas melhores práticas pedagógicas encontradas no mercado, com a compreensão de que o desenvolvimento do material didático, deve ter critérios estruturados, para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais respectivas, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

Os materiais didáticos (audiovisual e escrito) são introduzidos para o ambiente virtual de aprendizagem. Esse ambiente virtual possui livros digitais, vídeo aulas, e conteúdos complementares que possibilitam o estudo e desenvolvimento das atividades acadêmicas que facilitam o processo ensino-aprendizagem. Ressalta-se ainda que o material didático fornecido pelo Grupo A (SAGAH) possui plano

de contingência bem estabelecido para que o fluxo de informações não seja interrompido.

4.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. *Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

4.16. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). *Obrigatório para todos os cursos que contemplem, no PPC, a realização de pesquisa envolvendo seres humanos.*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

4.17. Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). *Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

4.18. Ambientes profissionais vinculados ao curso. *Exclusivo para cursos a distância com previsão no PPC de utilização de ambientes profissionais.*

Por se tratar de C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, este indicador não se aplica.

ANEXO I

DOCENTES: CARACTERÍSTICAS

DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
ANA MARIA PAULA ROSA	MESTRE	PARCIAL
BRUNO BATISTA DO SANTOS	ESPECIALISTA	PARCIAL
DANIEL DE LIMA GONTIJO	ESPECIALISTA	PARCIAL
DANILO MOREIRA SOARES	MESTRE	INTEGRAL
GILMAR ANTONIASSI JUNIOR	DOUTOR	PARCIAL
LASARO JOSÉ AMARAL	MESTRE	PARCIAL
MAICON FIGUEIREDO FERREIRA	ESPECIALISTA	PARCIAL
MARCELO FERREIRA DE ARAÚJO	ESPECIALISTA	PARCIAL
MARIA JULIANA DIAS	MESTRE	PARCIAL
MILTON CESAR JUNIOR SOARES	MESTRE	PARCIAL
RAFAEL SANTOS VIEIRA	ESPECIALISTA	PARCIAL
SAULO GONÇALVES PEREIRA	DOUTOR	PARCIAL
WESLEY NUNES DA SILVA	ESPECIALISTA	PARCIAL

ANEXO II

Matriz Curricular do C. S. T. em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

FCJP

1º Período

Disciplinas	C/H
Algoritmos e Programação	80
Língua, Comunicação e Investigação	80
Arquitetura e Organização de Computadores	40
Raciocínio Lógico	80
Fundamentos da ADS	40
Projeto de Integração e Extensão I	40
Total	360

2º Período

Disciplinas	C/H
Fundamentos de Sistemas de Informação	80
Sistemas Operacionais	80
Inovação e Criatividade	80
Inglês Instrumental	80
Linguagem de Programação I	80
Projeto de Integração e Extensão II	40
Total	440

3º Período

Disciplinas	C/H
Estrutura de Banco de Dados	80
Metodologia e Desenvolvimento de Sistemas (UML/ Essencial)	40
Linguagem de Programação II	80
Ética e Formação Humanística	80
Rede de Computadores	80
Projeto de Integração e Extensão III	40
Total	400

4º Período

Disciplinas	C/H
Gerenciamento de Projetos	80
Implementação de Banco de Dados	80
Programação Visual I	60
Optativa I	80
Programação Web	60
Projeto de Integração e Extensão IV	40
Total	400

5º Período

Disciplinas	C/H
Programação Visual II	40
Teste de Software	80
Desenvolvimento de Sistemas para Web	60
Optativa II	40
Programação de Dispositivos Móveis	60
Projeto de Integração e Extensão V	40
Total	320

Disciplinas Optativas	
Optativa I	
História e Cultura Afrodescendente e Indígena	80 horas
Empreendedorismo e Sustentabilidade	80 horas
Direitos Humanos	80 horas
Optativa II	
Programação Orientada a Objetos	40 horas
LIBRAS	40 horas
Educação Ambiental	40 horas

Total	1.920 horas
Atividades Complementares	80 horas
Total Geral em Hora Relógio	2.000 horas

ANEXO III

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS – FCJP EAD - 2024

Todos os títulos, Bibliografia Básica e Complementar, disponíveis em formato virtual na plataforma Minha Biblioteca

1º PERÍODO

ALGORITMOS E PROGRAMAÇÃO

Ementa: Conceitos básicos de algoritmos. Aplicação de diversos tipos de dados, estruturas de controle e de decisão no desenvolvimento de algoritmos. Instruções e símbolos usados.

Bibliografia básica:

MASCHIETTO, L.G. et al. **Processos de desenvolvimento de software** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

MANZANO, J.A.N.G., OLIVEIRA, J.F. **Algoritmos:** lógica para desenvolvimento de programação de computadores. 29. ed. São Paulo: Érica, 2019.

SANTOS, M. G. **Algoritmos e programação** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Bibliografia complementar:

SERPA, M.S. et al. **Análise de algoritmos.** Porto Alegre: SAGAH, 2021.

RIBEIRO, J.A. **Introdução à programação e aos algoritmos.** Rio de Janeiro: LTC, 2019.

CÓRDOVA JUNIOR, R. S.; LEDUR, C.L.; MORAIS, I.S. **Sistemas operacionais** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

SZWARCFITER, Jayme Luiz; MARKENZON, Lilian. **Estruturas de dados e seus algoritmos.** 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

ZIVIANI, N. **Projeto de algoritmos**: com implementações em Java e C++ São Paulo: Cengage Learning, 2012.

LÍNGUA, COMUNICAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

Ementa: Processo de comunicação. Coesão e coerência textual. Leitura, produção e análise de textos técnico-científicos e literários. Noções de Metodologia Científica e os princípios teóricos e metodológicos no contexto da Língua, Comunicação e Interpretação, além das normas gramaticais, inclui a interpretação, compreensão e composição textuais.

Bibliografia básica:

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação 2. ed. São Paulo: Atlas, 2021
TERRA, E. **Práticas de leitura e escrita** São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
MEDEIROS, J.B. **Português Instrumental**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Bibliografia complementar:

AZEVEDO, C.B. **Metodologia Científica ao Alcance de Todos**. 4.ed. São Paulo: Manole, 2018.
CORTINA, A. et al. **Fundamentos Da Língua Portuguesa** Porto Alegre: SAGAH, 2018.
BRASILEIRO, A. M. M. **Leitura e produção textual**. Porto Alegre: Penso, 2016
AIUB, T. (Org.). **Português: práticas de leitura e escrita**. Porto Alegre: Penso, 2015.
SANTAELA, L. **Redação e leitura**: guia para o ensino. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

ARQUITETURA E ORGANIZAÇÃO DE COMPUTADORES

Ementa: Esta disciplina visa fornecer aos alunos uma compreensão abrangente dos princípios fundamentais da arquitetura e organização de computadores. Os

alunos serão expostos aos conceitos básicos de funcionamento dos sistemas computacionais, desde o nível de lógica digital até a estrutura interna de processadores e sistemas de memória.

Bibliografia básica:

MASCHIETTO, L.G. et al. **Arquitetura e infraestrutura de IoT**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

HENNESSY, J. L.; PATTERSON, D.A. **Arquitetura de computadores: uma abordagem quantitativa** 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

ZENKER, A.M. et al. **Arquitetura de sistemas** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Bibliografia complementar:

MORAES, A. F. **Redes de computadores**. 8. ed. São Paulo: Érica, 2020.

DELGADO, J.; RIBEIRO, C. **Arquitetura de computadores**. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

PATTERSON, D.; HENNESSY, J. L. **Organização e projeto de computadores** 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

PAIXÃO, R.R. **Arquitetura de computadores** São Paulo: Érica, 2014.

MAIA, L.P. **Arquitetura de redes de computadores**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Ementa: Introdução ao estudo da lógica. Proposição e suas operações. Tabela verdade. Tautologia, contradições e contingências. Equivalência lógica. Sentenças abertas e suas operações. Quantificadores. Argumentos.

Bibliografia Básica:

VILLAR, B. **Raciocínio lógico-matemático facilitado** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

QUILELLI, P. **Raciocínio lógico-matemático** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BISPO, C. A. F.; CASTANHEIRA, L.B. **Introdução à lógica matemática** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Bibliografia Complementar:

ABDALLA, S. L. **Raciocínio lógico para concursos**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NICOLETTI, M.C. **A cartilha da lógica** 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

JERÔNIMO SOBRINHO, P. **A construção dos processos de leitura, escrita e do raciocínio lógico**. São Paulo, SP: Cengage, 2016.

BENZECRY, V. S. J.; RANGEL, K.A. **Como desenvolver o raciocínio lógico: soluções criativas na teoria dos conjuntos** 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

YAMASHIRO, S.; SOUZA, S.A.O. **Matemática com aplicações tecnológicas**. São Paulo: Blucher, 2014.

FUNDAMENTOS DE ADS

Ementa: Esta disciplina tem como objetivo fornecer aos alunos uma compreensão sólida dos princípios fundamentais envolvidos na análise e desenvolvimento de sistemas de software. Os alunos serão introduzidos aos conceitos essenciais de análise de requisitos, modelagem de sistemas, e desenvolvimento de software, preparando-os para atuar de forma eficaz na concepção e implementação de sistemas de informação.

Bibliografia Básica:

JERÔNIMO, A. P. L. **Práticas da cultura DevOps no desenvolvimento de Sistemas**. São Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021.

SARAIVA, M. O.; BARRETO, J.S. **Desenvolvimento de sistemas com PHP**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LEDUR, C. L. **Desenvolvimento de sistemas com C#**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Bibliografia Complementar:

MASCHIETTO, L.G. et al. **Processos de desenvolvimento de software** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

ZENKER, A.M. et al. **Arquitetura de sistemas** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

LEDUR, C. L. **Análise e projeto de sistemas** Porto Alegre: SAGAH, 2017.

WAZLAWICK, R.S. **Análise e design orientados a objetos para sistemas de informação: modelagem com UML, OCL e IFML**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

DENNIS, A.; WIXOM, B.H.; ROTH, R.M. **Análise e projeto de sistemas** 5. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2014.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO I

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para o desenvolvimento da prática da Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Bibliografia Básica / Bibliografia Complementar:

De acordo com o professor e o projeto desenvolvido.

2º PERÍODO

FUNDAMENTOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Ementa: Esta disciplina tem como objetivo proporcionar aos alunos uma compreensão abrangente dos fundamentos dos sistemas de informação, incluindo conceitos teóricos e práticos essenciais para compreender o papel dos sistemas de informação nas organizações, bem como seu desenvolvimento e gerenciamento.

Bibliografia Básica:

STAIR, R. M.; REYNOLDS, G.W. **Princípios de sistemas de informação**. 14.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

GONÇALVES, G. R. B. **Sistemas de informação**. Porto Alegre : SAGAH, 2017.

BALTZAN, P.; PHILLIPS, A. **Sistemas de informação**. Porto Alegre: AMGH, 2012.

Bibliografia Complementar:

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de informações gerenciais e operacionais: tecnologias da informação e as organizações do século. XXI**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

TURBAN, E.; VOLONINO, L. **Tecnologia da informação para gestão: em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

O'BRIEN, J. A.; MARAKAS, G. M. **Administração de sistemas de informação**. 15. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2012.

AUDY, J. L.; ANDRADE, G. K.; CIDRAL, A. **Fundamentos de sistemas de informação**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SISTEMAS OPERACIONAIS

Ementa: Ferramentas Administrativas. Gerenciamento de usuários e grupos. Gerenciamento de Acesso aos recursos e serviços. Gerenciamento de Impressão. Backups. Gerenciamento de Disco. Agendamento de Tarefas, automatização de tarefas via scripts, atualização de softwares, políticas de segurança e monitoramento.

Bibliografia básica:

CERQUEIRA, M.V.B. et al. **Sistemas operacionais embarcados**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

CÓRDOVA JUNIOR, R. S.; LEDUR, C.L.; MORAIS, I.S. **Sistemas operacionais**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MACHADO, F. B.; MAIA, L.P. **Arquitetura de sistemas operacionais**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

Bibliografia complementar:

DENARDIN, G. W. **Sistemas operacionais de tempo real e sua aplicação em sistemas embarcados**. São Paulo: Blucher, 2019.

SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P.B.; GAGNE, G. **Fundamentos de sistemas operacionais**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

ALVES, W.P. **Sistemas operacionais**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BROOKSHEAR, J. G. **Ciência da computação**: uma visão abrangente. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

TURBAN, E.; VOLONINO, L. **Tecnologia da informação para gestão**: em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE

Ementa: Teorias da criatividade e inovação na dinâmica do pensamento criativo e suas características individuais e influências sociais associado ao comportamento criativo com a finalidade de estimular a criatividade como modos de pensar velhos modelos e transformando carreiras no novo modelo globalizado.

Bibliografia Básica

TAJRA, S.; RIBEIRO, J. **Inovação na prática**: design thinking e ferramentas aplicadas a startups. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

ABRANTES, A.; SANMARTIN, S.M. **Intuição e criatividade na tomada de decisões**. São Paulo: Trevisan, 2017.

Bibliografia Complementar

DORNELAS, J. **Empreendedorismo Fazendo acontecer**: Livro do Aluno - v.1. São Paulo: Empreende, 2020.

TEIXEIRA, T.; LOPES, A.M. **Startups e inovação**: direito no empreendedorismo. 2.ed. Barueri: Manole, 2020.

NELSEN, J.; EMSER, D. **Empoderar pessoas no ambiente de trabalho**: 52 estratégias baseadas nos princípios da disciplina positiva. 1. ed. São Paulo: Manole, 2020.

BIO, S. **Do Empreendedorismo ao “Empresadorismo”**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

ROCHA, L. C. **Criatividade e inovação**: como adaptar-se as mudanças. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

INGLÊS INSTRUMENTAL

Ementa: A disciplina de Inglês Instrumental visa desenvolver habilidades de compreensão e interpretação de textos em língua inglesa, essenciais para o acesso a conteúdos acadêmicos e profissionais em diversas áreas do conhecimento.

Bibliografia Básica

SILVA, D. C. F.; PARAGUASSU, L.; DAIJO, J. **Fundamentos de inglês**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

VIDAL, A. G.; ABRANTES, E.L.; BONAMIN, M.C. **Oficina de textos em inglês avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

THOMPSON, M. A. **Inglês instrumental**: estratégias de leitura para informática e internet. São Paulo: Érica, 2016.

Bibliografia Complementar

LARA, F. **Aprenda inglês num piscar de olhos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

DAIJO, J. **Morfologia da língua inglesa**. Porto Alegre: Sagah, 2017.

DREY, R. F.; SELISTRE, I.C.T.; AIUB, T. **Inglês**: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015.

REJANI, M. **Inglês Instrumental**: comunicação e processos para hospedagem. São Paulo: Érica, 2014.

BARUM, G.C. **Inglês essencial para negócios**: uma ferramenta prática para aprimorar o inglês profissional. São Paulo: Saraiva, 2011.

LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO I

Ementa: A disciplina de Linguagem de Programação I tem como objetivo introduzir os conceitos fundamentais de programação de computadores e fornecer aos alunos as habilidades necessárias para desenvolver programas simples utilizando uma linguagem de programação específica.

Bibliografia Básica

LACERDA, P.S.P. et al. **Programação em Big Data com R**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

SILVA, F. R. et al. **Programação em ambientes de redes de computadores**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

SANTOS, M. G.; SARAIVA, M.O.; GONÇALVES, P.F. **Linguagem de programação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Bibliografia Complementar

SILVA, F.M.; LEITE, M.C.D.; OLIVEIRA, D.B. **Paradigmas de programação**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SEBESTA, R.W. **Conceitos de linguagens de programação**. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.

SILVA, E.A. **Introdução às linguagens de programação para CLP**. São Paulo: Blucher, 2016.

ALVES, W.P. **Linguagem e lógica de programação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PINHEIRO, F. A. C. **Elementos de programação em C.** Porto Alegre: Bookman, 2012.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO II

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para o desenvolvimento da prática da Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Bibliografia Básica / Bibliografia Complementar:

De acordo com o professor e o projeto desenvolvido.

3º PERÍODO

ESTRUTURA DE BANCOS DE DADOS

Ementa: Conceitos e terminologias da área de banco de dados, linguagem de definição, manipulação e gerenciamento de base de dados, técnicas para modelagem de banco de dados, relações e estruturas de mapeamento entre modelos conceituais, lógicos e físicos de banco de dados, principais características dos bancos de dados visando as melhores alternativas para o gerenciamento dos dados, consultas básicas e gerenciais em bases de dados, técnicas para modelagem de banco de dados na construção de esquemas conceituais, lógicos e físicos.

Bibliografia Básica

ALVES, W.P. **Banco de dados:** teoria e desenvolvimento. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MACHADO, F. N. R. **Banco de dados:** projeto e implementação. 4. ed. São Paulo: Érica, 2020.

PICHETTI, R. F.; VIDA, E.S.; CORTES, V.S.M.P. **Banco de dados** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

Bibliografia Complementar

SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H.F.; SUDARSHAN, S. **Sistema de banco de dados**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

VETORAZZO, A.S. et al. **Estrutura de dados**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

BARBOZA, F. F. M.; FREITAS, P.H.C. **Modelagem e desenvolvimento de banco de dados** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

CARDOSO, V.; CARDOSO, G. **Sistemas de banco de dados: uma abordagem introdutória e aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2012.

HEUSER, C. **Projeto de banco de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. (Série Livros Didáticos Informática UFRGS, 4).

METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (UML/ESSENCIAL)

Ementa: Esta disciplina tem como objetivo fornecer aos alunos uma compreensão abrangente da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas utilizando a Linguagem de Modelagem Unificada (UML) como principal ferramenta. Os alunos serão capacitados para analisar, projetar e documentar sistemas de software utilizando os conceitos e técnicas da UML.

Bibliografia Básica

MASCHIETTO, L.G. et al. **Processos de desenvolvimento de software**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

MASCHIETTO, L.G. et al. **Desenvolvimento de software com metodologias ágeis**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

SARAIVA, M. O.; BARRETO, J.S. **Desenvolvimento de sistemas com PHP**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Bibliografia Complementar

LEDUR, C. L. **Desenvolvimento de sistemas com C#**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LEDUR, C. L. **Análise e projeto de sistemas**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

WAZLAWICK, R.S. **Análise e design orientados a objetos para sistemas de informação**: modelagem com UML, OCL e IFML. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

FOWLER, M. **UML essencial**: um breve guia para a linguagem-padrão de modelagem de objetos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LARMAN, C. **Utilizando UML e padrões**: uma introdução à análise e ao projeto orientados a objetos e ao desenvolvimento iterativo. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO II

Ementa: A disciplina de Linguagem de Programação II visa expandir o conhecimento dos alunos em programação de computadores, fornecendo uma compreensão mais avançada dos conceitos de programação e introduzindo tópicos avançados em estruturas de dados, algoritmos e paradigmas de programação.

Bibliografia Básica

LACERDA, P.S.P. et al. **Programação em Big Data com R**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

SILVA, F.R. et al. **Programação em ambientes de redes de computadores**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

SANTOS, M. G.; SARAIVA, M.O.; GONÇALVES, P.F. **Linguagem de programação**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Bibliografia Complementar

SILVA, F.M.; LEITE, M.C.D.; OLIVEIRA, D.B. **Paradigmas de programação**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SEBESTA, R.W. **Conceitos de linguagens de programação**. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.

SILVA, E.A. **Introdução às linguagens de programação para CLP**. São Paulo: Blucher, 2016.

ALVES, W.P. **Linguagem e lógica de programação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PINHEIRO, F. A. C. **Elementos de programação em C**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

ÉTICA E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Ementa: Conceitos básicos de ética, moral e direito associado às noções de ética e filosofia na promoção da formação humanística na epistemologia contemporânea em questão do sentido da vida; voltada para as discussões das relações interpessoais do homem, a sociedade e o meio ambiente como objetos do conhecimento. Dentro deste contexto, se torna essencial a contextualização e articulação de temas, problemas e abordagens relacionados aos direitos humanos, multiculturalismo, sociedade internacional, identidade e relações étnico-raciais, proteção internacional dos direitos humanos e tribunais internacionais, que propiciarão um fortalecimento da base de conhecimento inerente ao desenvolvimento de uma formação ética e humanística sólida e permeável.

Bibliografia Básica

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. **Relações sociais e a vida coletiva**: aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais. São Paulo: Expressa, 2021.

MINICUCCI, A. **Relações humanas**: psicologia das relações interpessoais. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SÁ, A.L. **Ética profissional**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar

LOPES FILHO, A.R.I. et al. **Ética e cidadania**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

ARAKAKI, F.F.S.; VIERO, G.M. **Direitos humanos**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

DORETO, D.T. et al. **Questão Social, direitos humanos e diversidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2.ed. São Paulo: Forense, 2017.

LA TAILLE, Yves de **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

REDE DE COMPUTADORES

Ementa: A disciplina de Rede de Computadores tem como objetivo fornecer aos alunos uma compreensão abrangente dos princípios fundamentais das redes de computadores, protocolos de comunicação, tecnologias de rede e sua aplicação prática no mundo real.

Bibliografia Básica

LACERDA, P.S.P. et al. **Projeto de redes de computadores**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

SOUZA, D.L. et al. **Gerenciamento de redes de computadores**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

MORAES, A.F. **Redes de computadores: fundamentos**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

Bibliografia Complementar

SILVA, F.R. et al. **Programação em ambientes de redes de computadores**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

BARRETO, J.S.; ZANIN, A.; SARAIVA, M.O. **Fundamentos de redes de computadores**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MAIA, L.P. **Arquitetura de redes de computadores**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

WHITE, C.M. **Redes de computadores e comunicação de dados**. São Paulo: Cengage Learning do Brasil, 2013.

FOROUZAN, B. A.; MOSHARRAF, F. **Redes de computadores**: uma abordagem top-down. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO III

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicas que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para o desenvolvimento da prática da Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Bibliografia Básica / Bibliografia Complementar:

De acordo com o professor e o projeto desenvolvido.

4º PERÍODO

GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Ementa: A disciplina de Gerenciamento de Projetos tem como objetivo proporcionar aos alunos uma compreensão abrangente dos princípios, processos e práticas essenciais para o gerenciamento eficaz de projetos em diversas áreas, preparando-os para liderar e participar de projetos com sucesso.

Bibliografia Básica

CAMARGO, M. R. **Gerenciamento de projetos**: fundamentos e prática integrada. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

MENEZES, L. C. M. **Gestão de Projetos**: com abordagem dos métodos ágeis e híbridos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

XAVIER, C. M. S. **Gerenciamento de projetos**: como definir e controlar o escopo do projeto. 4.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

Bibliografia Complementar

LARSON, E. W.; GRAY, C.F. **Gerenciamento de projetos**: o processo gerencial. 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE – PMI. **Implementando o gerenciamento organizacional de projetos**: um guia de práticas. São Paulo: Saraiva, 2016.

KERZNER, H. **Gerenciamento de projetos**: uma abordagem sistêmica para planejamento, programação e controle. São Paulo: Blucher, 2015.

VAZQUEZ, C. E. **Análise de pontos de função**: medição, estimativas e gerenciamento de projetos de software. 13. ed. São Paulo: Érica, 2013.

TORRES, L.F. **Fundamentos do gerenciamento de projetos**. São Paulo: Atlas, 2013.

IMPLEMENTAÇÃO DE BANCO DE DADOS

Ementa: Esta disciplina tem como objetivo capacitar os alunos com conhecimentos fundamentais sobre a implementação de bancos de dados, fornecendo uma compreensão sólida dos conceitos teóricos e práticos necessários para projetar, implementar e administrar sistemas de gerenciamento de banco de dados (SGBD).

Bibliografia Básica

ALVES, W.P. **Banco de dados**: teoria e desenvolvimento. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MACHADO, F. N. R. **Banco de dados**: projeto e implementação. 4. ed. São Paulo: Érica, 2020.

PICHETTI, R. F.; VIDA, E.S.; CORTES, V.S.M.P. **Banco de dados**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

Bibliografia Complementar

SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H.F.; SUDARSHAN, S. **Sistema de banco de dados**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

VETORAZZO, A.S. et al. **Estrutura de dados**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

BARBOZA, F. F. M.; FREITAS, P.H.C. **Modelagem e desenvolvimento de banco de dados**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

CARDOSO, V.; CARDOSO, G. **Sistemas de banco de dados: uma abordagem introdutória e aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2012.

HEUSER, C. **Projeto de banco de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. (Série Livros Didáticos Informática UFRGS, 4).

PROGRAMAÇÃO VISUAL I

Ementa: A disciplina de Programação Visual I tem como objetivo introduzir os alunos aos princípios fundamentais e técnicas de desenvolvimento de interfaces gráficas de usuário (GUI), capacitando-os a projetar e implementar aplicações interativas e visualmente atrativas.

Bibliografia Básica:

SEBESTA, R.W. **Conceitos de linguagens de programação**. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.

ARRUDA, A.J.V. **Design e complexidade**. São Paulo: Blucher, 2017.

ALVES, W. P. **Desenvolvimento e design de sites**. São Paulo: Érica, 2014.

Bibliografia Complementar:

REIS, L.B. et al. **Produção gráfica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SOBRAL, W.S. **Design de interfaces: introdução**. São Paulo: Saraiva, 2019.

HSUAN-NA, T. **Design: conceitos e métodos**. São Paulo: Blucher, 2017.

REIS, B., JOSÉ, M.F. **Projetos gráficos: fundamentos 2D e 3D**. São Paulo: Érica, 2015.

NOBLE, I.; BESTLEY, R. **Pesquisa visual: introdução às metodologias de pesquisa em design gráfico**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PROGRAMAÇÃO WEB

Ementa: Esta disciplina tem como objetivo capacitar os alunos com os conhecimentos teóricos e práticos necessários para desenvolver aplicações web dinâmicas e interativas. Os alunos serão introduzidos aos principais conceitos, tecnologias e técnicas utilizadas no desenvolvimento de aplicações para a web.

Bibliografia Básica

FERREIRA, A. G. **Interface de programação de aplicações (API) e web services.** São Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021.

ALVES, W.P. **HTML e CSS:** aprenda como construir páginas web. São Paulo: Saraiva, 2021.

OLIVEIRA, C. L. V.; ZANETTI, H.A.P. **JavaScript descomplicado:** programação para a Web, IOT e dispositivos móveis. São Paulo: Érica, 2020.

Bibliografia Complementar

SILVA, F.R. et al. **Programação em ambientes de redes de computadores.** Porto Alegre: SAGAH, 2021.

MASCHIETTO, L.G. et al. **Processos de desenvolvimento de software.** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

ALVES, W.P. **Projetos de sistemas web:** conceitos, estruturas, criação de banco de dados e ferramentas de desenvolvimento. São Paulo: Érica, 2015.

PINTO, M. J. **Adobe Edge Animate CC:** animação e interatividade para a Web. São Paulo: Érica, 2014.

KALBACH, K. **Design de navegação web.** Porto Alegre: Bookman, 2009.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO IV

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para o desenvolvimento da prática da Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Bibliografia Básica / Bibliografia Complementar:

De acordo com o professor e o projeto desenvolvido.

5º PERÍODO

PROGRAMAÇÃO VISUAL II

Ementa: A disciplina de Programação Visual II tem como objetivo aprofundar os conhecimentos dos alunos na área de interfaces gráficas de usuário (GUI), explorando conceitos avançados e técnicas mais complexas de desenvolvimento de aplicações interativas e visualmente atrativas.

Bibliografia Básica:

SEBESTA, R.W. **Conceitos de linguagens de programação.** 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.

ARRUDA, A.J.V. **Design e complexidade.** São Paulo: Blucher, 2017.

ALVES, W. P. **Desenvolvimento e design de sites** São Paulo: Érica, 2014.

Bibliografia Complementar:

REIS, L.B. et al. **Produção gráfica.** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SOBRAL, W.S. **Design de interfaces:** introdução. São Paulo: Saraiva, 2019.

HSUAN-NA, T. **Design:** conceitos e métodos. São Paulo: Blucher, 2017.

REIS, B., JOSÉ, M.F. **Projetos gráficos:** fundamentos 2D e 3D. São Paulo: Érica, 2015.

NOBLE, I.; BESTLEY, R. **Pesquisa visual:** introdução às metodologias de pesquisa em design gráfico. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

TESTE DE SOFTWARE

Ementa: A disciplina de Teste de Software tem como objetivo capacitar os alunos com conhecimentos teóricos e práticos sobre as diferentes técnicas, estratégias e ferramentas utilizadas para garantir a qualidade e confiabilidade de software por meio de testes.

Bibliografia Básica:

LAMOUNIER, S. M. D. **Teste e inspeção de software:** técnicas e automatização. São Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021.

PRESSMAN, R.S.; MAXIM, B.R. **Engenharia de software.** 9.ed. Porto Alegre: Bookman, 2021.

DELAMARO, M.E.; MALDONADO, J.C. JINO, M. **Introdução ao teste de software.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

Bibliografia Complementar:

MASCHIETTO, L.G. et al. **Processos de desenvolvimento de software** Porto Alegre: SAGAH, 2020.

PAULA FILHO, W.P. **Engenharia de software:** produtos – v.1. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019.

GONÇALVES, P.F. et al. **Testes de software e gerência de configuração.** Porto Alegre: SAGAH, 2019.

ZANIN, A. et al. **Qualidade de software.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

MORAIS, I. S.; ZANIN, A. **Engenharia de software.** Porto Alegre: SAGAH, 2017.

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS PARA WEB

Ementa: A disciplina de Desenvolvimento de Sistemas para Web tem como objetivo capacitar os alunos com conhecimentos teóricos e práticos para desenvolver aplicações web modernas e escaláveis, utilizando as tecnologias mais recentes e as melhores práticas de desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

STRASSACAPA, R.M. et al. **Web analytics**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

FERREIRA, A. G. **Interface de programação de aplicações (API) e web services**. São Paulo: Platos Soluções Educacionais S.A., 2021.

SARAIVA, M.O.; BARRETO, J.S. **Desenvolvimento de sistemas com PHP**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

Bibliografia Complementar

MASCHIETTO, L.G. et al. **Processos de desenvolvimento de software**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

OLIVEIRA, C. L. V.; ZANETTI, H.A.P. **JavaScript descomplicado: programação para a Web, IOT e dispositivos móveis**. São Paulo: Érica, 2020.

ALVES, W.P. **Projetos de sistemas web: conceitos, estruturas, criação de banco de dados e ferramentas de desenvolvimento**. São Paulo: Érica, 2015.

PINTO, M. J. **Adobe Edge Animate CC: animação e interatividade para a Web**. São Paulo: Érica, 2014.

KALBACH, K. **Design de navegação web**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

PROGRAMAÇÃO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS

Ementa: Esta disciplina tem como objetivo fornecer aos alunos os conhecimentos e habilidades necessárias para desenvolver aplicativos móveis eficientes e funcionais, capacitando-os a entender os conceitos fundamentais, ferramentas e técnicas específicas para a programação de dispositivos móveis.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, C. L. V.; ZANETTI, H.A.P. **JavaScript descomplicado: programação para a Web, IOT e dispositivos móveis**. São Paulo: Érica, 2020.

OLIVEIRA, D.B. et al. **Desenvolvimento para dispositivos móveis. v. 1**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

SIMAS, V.L. et al **Desenvolvimento para dispositivos móveis. v. 2**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

Bibliografia Complementar

SILVA, F.R. et al. **Programação em ambientes de redes de computadores.** Porto Alegre: SAGAH, 2021.

PRESSMAN, R.S.; MAXIM, B.R. **Engenharia de software.** 9.ed. Porto Alegre: Bookman, 2021.

BARRETO, J.S.; ZANIN, A.; SARAIVA, M.O. **Fundamentos de redes de computadores.** Porto Alegre: SAGAH, 2018.

DEITEL, P.; DEITEL, H.; WALD, A. **Android 6 para programadores: uma abordagem baseada em aplicativos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

ALVES, W.P. **Linguagem e lógica de programação.** São Paulo: Saraiva, 2013.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO E EXTENSÃO V

Ementa: Aplicação de técnicas, procedimentos, métodos e estratégias de desenvolvimento de atividades acadêmico-científicos que envolvam o ensino-pesquisa-extensão de forma interdisciplinar a contribuir para o desenvolvimento da prática da Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Bibliografia Básica / Bibliografia Complementar:

De acordo com o professor e o projeto desenvolvido.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

OPTATIVA I

HISTÓRIA E CULTURA AFRODESCENDENTE E INDÍGENA

Ementa: Tratar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Compreender os grupos étnicos “minoritários” e processos de colonização e pós colonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora.

Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação antirracista. Currículo e política curriculares. História e cultura étnica na escola e itinerários pedagógicos. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença. Cultura e hibridismo culturais. As etnociências na sala de aula. Movimentos Sociais e educação não formal. Pesquisas em educação no campo da educação e relações étnico-raciais.

Bibliografia Básica

FERRAZ, C. V.; LEITE, G. S. (Coord.) **Direito à Diversidade**. São Paulo: Grupo GEN, 2015.

WITTMANN, L.T. (org). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Bibliografia Complementar

THIÉL, J. **Pele silenciosa, pele sonora**: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SANT'ANA, C. **Arte e cultura**. São Paulo: Érica, 2014.

GOMES, N. L.; ABRAMOWICZ, Anete. **Educação e raça**: Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. São Paulo: Autêntica, 2010.

GOMES, N.L. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SCOPEL, V.G.; CARVALHO, A.M.; OLIVO, P.B. **Artesanato e cultura brasileira**. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE

Ementa: O desafio no mundo dos negócios, articulado com a formação de empreendedores agregando uma visão ampliada de negócios e oportunidades, a partir da visão e evolução do pensamento sustentável conectado com as questões socioeconômicas e de responsabilidade social focado na promoção da

educação ambiental. Dentro deste contexto, trabalhar seus conceitos, objetivos, princípios básicos, Política Nacional, legislação, órgãos ambientais, modalidades e formas (formal, não formal e informal). Para que dessa forma seja construída uma base forte de conhecimento direcionada para os estudos de impacto ambiental alinhado as questões da legislação vigente.

Bibliografia Básica

PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M^a C. F. (edit). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri: Manole, 2014.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 8.ed. São Paulo: Empreende, 2021.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental Responsabilidade Social Corporativa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2019.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, S.V.W.B.; LEONETI, a.; CEZARINO, L.O. **Sustentabilidade: princípios e estratégias**. Barueri: Manole, 2019.

PHILIPPI JR., A. (edit) **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2018.

FLORIT et al. **Ética socioambiental**. Barueri: Manole, 2019.

HASHIMOTO, M.; BORGES, C. **Empreendedorismo: Plano de negócios em 40 lições**. 2.ed.São Paulo: Saraiva, 2019.

BIO, S. **Do Empreendedorismo ao “Empresadorismo”**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

DIREITOS HUMANOS

Ementa: Teoria Geral dos Direitos Humanos; Precedentes históricos do processo de internacionalização dos Direitos Humanos; A estrutura normativa do sistema global e regional de proteção dos Direitos Humanos; A Constituição Brasileira de 1988 e o processo de democratização no Brasil; A Constituição de

1988 e os Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e cidadania no Brasil.

Bibliografia Básica

RAMOS, A. C. **Curso de Direitos Humanos**. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MAZZUOLI, V. de O. **Curso de direitos humanos**. 9.ed. São Paulo: Método, 2021.

Bibliografia Complementar

CASTILHO, R. **A Liberdade como fundamento dos Direitos Humanos**. São Paulo: Expressa, 2021.

MARMELSTEIN, G. **Curso de Direitos Fundamentais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

RAMOS, A. de C. **Processo internacional de direito humanos: análise dos mecanismos de apuração de violações de direitos humanos e implementação das decisões no Brasil**. 7.ed.. São Paulo: Saraiva, 2022.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. 12.ed.. São Paulo: Saraiva, 2023.

LEITE, C. H. B. **Manual de direitos humanos**. 3.ed São Paulo: Atlas, 2015.

OPTATIVA III

PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS

Ementa: Principais conceitos relacionados à orientação a objetos e principais linguagens de programação da atualidade.

Bibliografia Básica:

SEBESTA, R.W. **Conceitos de linguagens de programação**. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.

DEITEL, P. et al. **Android 6 para programadores**: uma abordagem baseada em aplicativos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

WAZLAWICK, R.S. **Análise e design orientados a objetos para sistemas de informação**: modelagem com UML, OCL e IFML. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Bibliografia Complementar:

SILVA, E.A. **Introdução às linguagens de programação para CLP**. São Paulo: Blucher, 2016.

ALVES, W.P. **Linguagem e lógica de programação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

KOFFMAN, E. B.; WOLFGANG, P.A.T. **Objetos, abstração, estruturas de dados e projeto usando C++**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LARMAN, C. **Utilizando UML e padrões**: uma introdução à análise e ao projeto orientados a objetos e ao desenvolvimento iterativo. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

GAMMA, E. et al. **Padrões de projeto**: soluções reutilizáveis de software orientado a objetos. Porto Alegre: Bookman, 2000.

LIBRAS

Ementa: Perspectiva cultural e linguística dos surdos. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). História das comunidades surdas e das identidades surdas, tendo como base a compreensão crítica do contexto social, cultural e das bases legais que envolvem a língua natural da comunidade surda brasileira, Libras. Propostas educacionais direcionadas às pessoas surdas.

Bibliografia Básica

CORREA, Y.; CRUZ, C.R. (orgs). **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019.

MORAIS, C.E.L. et al. **LIBRAS**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

PEREIRA, R.C. **Surdez**: aquisição de linguagem e inclusão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2015.

Bibliografia Complementar (MB)

ESTELITA, M. **ELiS** - Sistema Brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais. Porto Alegre: Grupo A, 2015.

QUADROS, R. M. de; CRUZ, C. R. **Língua de Sinais**: Instrumento de Avaliação. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

QUADROS, R. M. de. **Língua de Sinais Brasileira**: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Grupo A, 2011.

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos**: A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Grupo A, 2008.

BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação de surdos**: ideologias e práticas pedagógicas. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ementa: Educação Ambiental: evolução, conceitos, objetivos, princípios básicos, política Nacional de Educação Ambiental, legislação, órgãos ambientais, e as modalidades de educação ambiental. A Educação ambiental e seu tratamento no currículo escolar: transversalidade e as diretrizes nacionais e estaduais. Fundamentos filosóficos, éticos e morais relacionados à Educação Ambiental, eco cidadania e da eco educação. Questões ambientais urgentes: resíduos, água, poluição, energia elétrica, desmatamentos e queimadas. Educação Ambiental e atitudes efetivas centradas na sustentabilidade dos recursos naturais. As formas de atuação na educação ambiental em suas diferentes modalidades (formal, não formal e informal) bem como análise e elaboração de projetos aplicáveis à educação ambiental. O meio ambiente e a interdisciplinaridade na prática por meio de eixos norteadores e execução de práticas de ensino. Prática ecológica: os hábitos gerais a serem mantidos e alterados no dia-a-dia com vistas à sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

MULATO, I. P. **Educação Ambiental e o enfoque Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente (CTSA)**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2021.

BARSANO, P.R.; BARBOSA, R.P. **Meio ambiente: guia prático e didático**. 3.ed. São Paulo: Érica, 2019.

PHILLIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2.ed. Barueri: Manole, 2014.

Bibliografia Complementar (MB)

OLIVEIRA, S.V.W.B.; LEONETI, A.B.; CEZARINO, L.O. (orgs). **Sustentabilidade: princípios e estratégias**. Barueri: Manole, 2019.

PHILIPPI JUNIOR, A. **Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para uma Desenvolvimento sustentável**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2018.

MANSOLDO, A. **Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral: Como educar neste mundo em desequilíbrio?** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

LUZZI, D. **Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca**. Barueri: Manole, 2012.

RUSCHEINSK, A. (org). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

ANEXO IV

Normativa Institucional de 06 de janeiro de 2021 - Trabalho

Discente Efetivo

Dispõe sobre a Normatização do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico (TDEP) como ferramenta de promoção do Processo de Ensino e Aprendizagem para os Cursos de Graduação Ofertados pelo Grupo Idea de que compõe as Instituições de Ensino Superior - Faculdade Cidade de João Pinheiro.

O Conselho Acadêmico no uso de suas atribuições tendo em vista a necessidade de definir os critérios normatização do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico (TDEP) a serem implementados para os cursos de Graduação ofertados pela IES – Faculdade Cidade de João Pinheiro.

Considerando ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Parecer CNE/CES nº 575, de 04 de abril de 2001, no Parecer CNE/CES nº 261, de 09 de novembro de 2006.

Considerando o Art. 2º e Art. 3º da Resolução Nº. 03 de 02 de julho de 2007 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, diz que: *“Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá: I – preleções e aulas expositivas; II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas. Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo”.*

RESOLVE:

Art. 1º Utilizar o Trabalho Discente Efetivo Pedagógico como estratégia para a melhoria do desempenho acadêmico e profissional dos alunos por meio da implementação de medidas educativas e estratégias didáticas que induzam aos estudantes a empreenderem um verdadeiro salto de qualidade em seu trabalho, que resulte num melhor desempenho acadêmico e profissional, a partir da sua passagem pelos cursos de graduação ofertado pela IES.

Art. 2º Fica a IES de acordo com os parâmetros legais estabelecidos pela resolução supracitada nº. 3 de 02/07/2007 estabelecer o Trabalho Discente Efetivo Pedagógico como parte do componente da carga horária dos cursos por ela ofertadas. Desta forma, a carga horária das disciplinas passa a ser composta por:

- I. Atividade Acadêmicas presenciais, aqui compreendidas como preleções e aulas expositivas realizados pelo docente;
- II. TDEP, aqui compreendido como o conjunto de atividades complementares realizadas extraclasse pelos discentes desde que planejadas e supervisionada pelo docente da disciplina.

Art. 3º Entende-se por Trabalho Discente Efetivo Pedagógico o conjunto diversificado de atividades relacionadas ao ensino, que incorporam as práticas pedagógicas previstas nos mais diversos componentes curriculares, realizadas de modo extraclasse, de forma individual ou coletiva, voltadas à integralização dos currículos dos cursos de graduação, favorecendo a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos Projetos Pedagógicos De Curso – PPC, de modo a complementar as atividades acadêmicas presenciais.

- I. O TDEP deve, obrigatoriamente, estar relacionado com a ementa - conteúdo da disciplina ministrada no referido semestre de acordo com o planejamento do docente.
- II. O planejamento deverá ser aprovado pelo coordenador de curso e entregue junto com o Plano de Ensino para validação da atividade.

- III. O TDEP deve ser planejado e supervisionado pelo docente, mas a realização das atividades é de responsabilidade dos discentes, pois é componente fundamental e indispensável do processo de aprendizagem dos estudantes.
- IV. O TDEP é componente integrante da carga horária das disciplinas; e deve, portanto, ser realizado pelos discentes como requisito parcial para a obtenção da aprovação na disciplina.

Art. 4º O TDEP poderá, de acordo com o planejamento docente, ser composto de:

- I. Atividade de leitura e pesquisa na biblioteca (que deve ser mais bem explorada) ou em plataforma digital;
- II. Atividades de fixação de conteúdos e desenvolvimento de competências, tais como estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, visitas técnicas, relatórios, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos;
- III. Trabalhos individuais ou em grupo no âmbito interno ou externo às IES com o objetivo de desenvolver estudos de caso, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações problemas reais ou simulados, estudos de viabilidades técnicas e júris simulados.

Art. 5º São objetivos do TDEP:

- I. Promover a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos projetos pedagógicos de cada curso, contribuindo para a integralização do currículo dos cursos;
- II. Promover a melhoria do desempenho acadêmico e profissional do alunado por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas que priorizem a sua participação ativa no processo de formação, promovendo o aprendizado autônomo e sua progressiva autonomia intelectual;
- III. Possibilitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitem ampliar o envolvimento dos estudantes, favorecendo o trabalho individual e coletivo, fortalecendo a articulação da teoria com a prática e a aproximação com o campo de atuação profissional;
- IV. Diversificar e flexibilizar as atividades acadêmico-pedagógicas dos cursos de graduação.

Art. 6º Fica os Coordenadores dos Cursos, no âmbito da IES, responsáveis por orientar os docentes no planejamento, organização, avaliação e protocolo de entrega dos

trabalhos pelos alunos. Dado isso, para garantir a qualidade das atividades propostas, bem como os objetivos sejam atingidos, os docentes deverão:

- I. Planejar as atividades, em razão da carga horária, distribuindo-as preferencialmente ao longo do semestre de modo a protocolar na coordenação a Proposta de Avaliação Livre em relação ao TDEP;
- II. Organizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) através da plataforma *Google Classroom* especificamente para desenvolvimento da atividade programada do TDEP;
- III. Disponibilizar as atividades e a orientação necessária, logo no início do semestre;
- IV. Supervisionar as atividades desenvolvidas pelos estudantes;
- V. Avaliar os conteúdos apresentados pelos alunos;
- VI. Receber dos alunos o arquivo digital dos trabalhos por meio de formulário específico, com as alterações necessárias, e enviá-los para Secretaria Acadêmica, juntamente com a planilha de apresentação do TDEP, com todos os dados sobre os trabalhos apresentados, objetivo, habilidades e competências esperadas dos alunos.
- VII. Caberá aos docentes organizar as atividades de modo didático e objetivo, fazendo uso da escolha do tipo de atividade a ser determinada no planejamento conforme o Art. 4º; atribuir a pontuação da atividade distribuída na AVL (Avaliação Livre) no valor de 10 pontos.

Art. 7º As implicações para o alunado por ser um componente integrante da carga horária das disciplinas, deve, portanto, deve ser realizado pelos docentes como requisito parcial para obtenção da aprovação nas disciplinas; o TDEP estará previsto em cada disciplina, em vista da adequada consecução dos objetivos propostos pelas atividades compondo assim a nota da AVL (Avaliação Livre) do procedimento avaliativo da IES. Assim, o aluno deverá cumprir os prazos fixados pelo docente sendo vedada a entrega da atividade posteriormente a data da atividade.

Art. 8º Fica de responsabilidade da Coordenação Pedagógica e a Coordenação Acadêmica acompanhar os coordenadores e professores dos cursos as atividades do TDEP, de modo que as ações sejam implantadas de forma adequada, sem comprometer

a qualidade desejada em relação aos cursos; cabendo a Coordenação Pedagógica o suporte técnico pedagógico no que diz:

- I. Capacitação dos docentes para a compreensão e a utilização do TDEP;
- II. Acompanhamento pedagógico dos docentes, a fim de garantir a qualidade das atividades propostas, observada a liberdade da cátedra.
- III. Avaliação contínua e sistemática da aplicação do método nos cursos envolvidos, a fim de assegurar a qualidade da atividade, em favor do crescente desenvolvimento com qualidade do ensino ofertado pela instituição.

Art. 9º Sobre as implicações da execução da carga horária correspondente a disciplina devido a adoção do TDEP, os cursos ofertados pela IES passam a planejar um conjunto de atividades discentes efetivas pedagógicas, compatíveis dentro da carga horária prevista para cada disciplina em conformidade as semanas previstas no calendário acadêmico. Dado isso, a IES passará a ter disponível no mínimo 18 semanas letivas no calendário acadêmico presenciais na IES em cada semestre; as demais semanas e horas ficam complementares conforme o planejamento do PDEP protocolado pelo docente da disciplina junto a coordenação, validado pelas Coordenações Pedagógicas e Acadêmica, a fim de totalizar a carga horária prevista para cada disciplina.

Art. 10º Quanto aos aspectos operacionais da utilização do TDEP, dar-se-á na composição da carga horária das disciplinas que deverá observar: calcular a quantidade de horas necessárias para complementar a carga horária da disciplina; onde, a carga horária do TDEP é calculada de modo a observar:

- A. Carga Horária total da disciplina conforme matriz curricular;
- B. Total de créditos de aula diário da disciplina conforme grade horária;
- C. Total de semanas em calendário acadêmico conforme dias da semana;
- D. Total da carga horária presencial da disciplina não convertida
- E. Total da carga horária executada presencial convertida;
- F. Total da carga horária em TDEP;

§ 1º Para cálculo da carga horária atribuída no TDEP aplica-se a fórmula: **[B x C = D x 50 / 60 = E - A = F]**.

§ 2º Exemplo da aplicação da fórmula na prática de cálculo:

- Disciplina: Metodologia Científica

- CH total: 80 horas

- Total de créditos conforme dias da semana em grade horária: 2 segunda-feira | 2 quinta-feira

- Total de semanas em calendário conforme dias da semana: 18 segunda-feira | 20 quinta-feira

Onde: $[2 \times 18 = 36; 2 \times 20 = 40; 36 + 40 = 76 \times 50 / 60 = 63,3 - 80 = 16,7$ em aproximação 17].

Leia-se: **2** (dois créditos da segunda-feira) **X** (multiplicado) por **18** (dezoito semanas totais em calendário conforme dias da semana referente às segundas-feiras) = (igual a) **36** e **2** (dois créditos da quinta-feira) **X** (multiplicado) por **20** (vinte semanas totais em calendário conforme dias da semana referente às quintas-feiras) = (igual a) **40**, onde **36** (trinta e seis) + (somado com) **40** (quarenta) = (é igual ao total de) **76** (horas carga horária presencial da disciplina que necessita da conversão de 50 para 60 minutos; daí então) **X** (multiplica 76 por) **50** (cinquenta minutos) / (divide por) **60** (sessenta minutos) = (é igual a) **63,3** (sessenta e três vírgula três horas; daí) **63,3** (sessenta e três vírgula três horas da carga horária cursada presencialmente convertida de 50 para 60 minutos) - (subtraído) **80** (oitenta horas correspondente a carga horária da disciplina conforme matriz curricular) = (é igual a) **16,7** – **17 horas de TDEP** (dezesesseis vírgula sete aproximado para dezessete horas a serem complementada com o trabalho discente efetivo pedagógico).

Art. 11º Cabe destacar que não é permitido utilizar o TDEP para repor aulas presenciais previstas no calendário acadêmico e não ministradas pelo docente responsável pela disciplina.

Art. 12º Fluxograma do Planejamento de Organização e Sistematização da aplicação do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico consiste em:

- 1º passo: definição das competências e habilidades a serem desenvolvidas por meio dos conteúdos a serem trabalhados no TDEP;
- 2º passo: seleção do tipo de atividade a ser realizada conforme Art. 4º descritas no anexo I desta normativa;
- 3º passo: Elaboração da Proposta de Avaliação Livre que contemplará ao TDEP onde constará a definição do(s) objetivo(s) da(s) atividade(s), detalhamento de todas as etapas com orientação para sua realização e elaboração do cronograma de execução;
- 4º passo: seleção do material de apoio para realização das atividades do alunado;
- 5º passo: definição dos critérios avaliativos;
- 6º passo: encaminhar a proposta conforme anexo II desta normatização para validação da coordenação; 7º passo: validação da coordenação e procedimentos internos junto a coordenação pedagógica;
- 8º passo: organização da atividade pelo docente no Google Classroom para conhecimento dos alunos;
- 9º passo: implementação da atividade;
- 10º passo: entrega da atividade final para validação do professor no AVA do Google Classroom pelo alunado;
- 11º passo: conclusão e encerramento da atividade com emissão da nota atribuída no Google Classroom.
- 12º passo: validação final e parecer do coordenador de curso junto a coordenação pedagógica e coordenação acadêmica.

Art. 13º Esta Instrução Normativa entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

Prof. Dr. Gilmar Antoniassi Junior

Departamento Pedagógico

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Me. Fredston Gonçalves Coimbra

Coordenador Acadêmico

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Dra. Daniela Cristina Silva Borges

Secretária Geral

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Dr. Paulo César de Sousa

Diretor Geral

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Anexo I

Quadro de Atividades e Carga Horária Atribuída para Validação do TDEP

Atividade	Descrição	CH do TDEP
	(análise; compreensão; interpretação; síntese)	
Leitura	Leitura de artigos científicos ou capítulos de livros da bibliografia da disciplina para debate em sala. Atividades de estudo sobre determinado tema, realizadas antes do desenvolvimento das aulas. Tem o intuito de possibilitar a preparação dos estudantes para uma participação mais ativa nas aulas. Podem ser: <i>Estudos complementares</i> : estudo de determinados temas para complementar o desenvolvimento das	1 hora
Estudos Prévios	aulas; <i>Elaboração de trabalho de análise e síntese sobre temas abordados no componente curricular</i> : Inclui a produção de trabalhos de análise, e/ou síntese e elaboração, individuais ou coletivas, sobre os temas abordados num componente curricular específico. Podem ser utilizados livros texto previstos no Plano de Ensino da disciplina, inclusive para potencializar o uso da Biblioteca das Unidades. De acordo com um tema estudado, uma leitura pré-estabelecida ou uma atividade prática ou de observação no âmbito interno ou externo às IES, relevante para a formação dos estudantes, realizada fora do horário das aulas. Pode-se solicitar o desenvolvimento de resenhas, resumos, pareceres críticos, análises.	2 horas
Exercícios e Trabalho	De acordo com um tema estudado, promover um debate entre os estudantes, mediado pelo professor, por meio do fórum. É importante que as questões lançadas não tenham respostas prontas ou diretas, pois o objetivo é fomentar discussões, trabalho com a opinião dos estudantes. Pode	2 horas
Fórum de Discussão		1 hora cada

	<p>haver um direcionamento anterior do trabalho, através de perguntas âncora, disponibilizadas anteriormente para os alunos. A partir daí, na discussão in loco, surgem os novos questionamentos provocados pelo professor, e os demais, promovidos pelos alunos.</p>	5 minutos por questão de múltipla escolha e 10 minutos questão aberta.
Questionário Online	<p>Questionário referente a um tema específico estudado em sala de aula ou objeto de pesquisa, que será inserido online.</p>	
Objeto Virtual de Aprendizagem	<p>Pesquisa de assuntos complexos de várias fontes virtuais, que deverá conter animações, ilustrações, áudio ou outras formas de mídias.</p>	8 horas
Estudo de Materiais Didáticos	<p>Sobre temas em estudo, mediante uma adequada estruturação das aulas pelo professor. O professor deve definir um roteiro de estudos incluindo introdução, tema, questões guia sobre o tema em estudo, provocações para reflexões sobre o tema. Definir algum tipo de entrega (atividades a serem realizadas a partir dos estudos realizados).</p>	10 horas
Análise de filmes e vídeos e outras formas de Produção Intelectual Multimídia	<p>A análise de formas diversas de produção multimídia é uma estratégia importante de complementação e ampliação dos conhecimentos, bem como de estímulo à reflexão e elaboração a respeito dos temas em estudo e/ou às competências e habilidades requeridas pelo curso. O professor deve encaminhar orientações para o processo de busca a ser realizado (o que buscar e o porquê buscar), correlacionando a atividades aos conhecimentos a serem apropriados e/ou competências e habilidades a serem desenvolvidas a partir do componente curricular. Aqui, as fontes de busca para o aluno, bem como para o próprio professor fazer o planejamento da atividade podem ser variadas. Atualmente as próprias redes sociais contribuem</p>	15 horas

	com a identificação de conteúdo válidos que podem ser utilizados em sala de aula, beneficiando a aproximação da linguagem com os estudantes.	
Levantamento e Exploração de Referências Bibliográficas	Sobre determinado tema, na biblioteca, em periódicos ou na internet. O professor deve encaminhar orientações para o processo de busca a ser realizado (o que buscar e o porquê buscar), correlacionando a atividades aos conhecimentos a serem apropriados e/ou competências e habilidades a serem desenvolvidas a partir do componente curricular.	15 horas
Estudo de Casos	Casos de empresas ou atividades de experiência profissional, que deverão ser debatidos em sala de aula.	4 horas

Anexo II

Modelo da Estrutura da Proposta do Trabalho Discente Efetivo Pedagógico

PLANO DE TRABALHO DISCENTE EFETIVO PEDAGÓGICO

Curso: **nome do curso**

Ano e Semestre: **2021/1**

Período do Curso: **indicar o período**

Disciplina: **nome da disciplina**

Carga Horária em matriz curricular: **indicar**

Carga Horária cursada na disciplina presencial convertida: **indicar**

Carga Horária atribuída ao TDE: **indicar**

Professor Responsável: **nome do Professor**

1. Definição das competências e habilidades a serem desenvolvidas por meio dos conteúdos a serem trabalhados no TDEP.

Apresentação do professor

2. Tipo de atividade a ser desenvolvida.

Copia e cola do quadro

3. Objetivo da atividade.

Apresentação do professor

4. Desenho da atividade.

detalhamento de todas as etapas com orientação para sua realização e elaboração do cronograma de execução

5. Valor atribuído na AVL (Avaliação Livre).

detalhamento de todas as etapas com orientação para sua realização e elaboração do cronograma de execução

ANEXO V

Normativa Institucional de 11 de janeiro de 2021 - Atividades de Extensão

Dispõe sobre a Normatização para implementação do Regulamento de Atividades de Extensão Universitária no cumprimento da Resolução nº. 7 do CNE de 18/12/2018 como ferramenta de promoção do Processo de Ensino e Aprendizagem para os Cursos de Graduação Ofertados pelo Grupo Idea de que compõe as Instituições de Ensino Superior - Faculdade Cidade de João Pinheiro.

O Conselho Acadêmico no uso de suas atribuições tendo em vista a necessidade de definir os critérios normatização do Atividade de Extensão Universitária a serem implementados para os cursos de Graduação ofertados pelas IES – Faculdade Cidade de João Pinheiro.

Considerando ao disposto na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece as *Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências.*

Considerando a Constituição Federal no Art. 207, que consagrou o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; a Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que consagra a universalização da extensão, como ação aberta à participação da população.

Considerando a Meta 12.7, *preconiza assegurar que 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação correspondam às ações de extensão, destacando os programas e projetos, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, do Plano Nacional de Educação (2014-2024).*

Considerando que para as IES – Faculdade Cidade de João Pinheiro, a extensão universitária é o processo social educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a IES e a sociedade.

Considerando que a extensão se torna uma ação social útil sobre a realidade quando realizada como processo dialético entre teoria e prática, e quando a aplicabilidade do que foi produzido possibilita o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo. Assim, a extensão consolida-se como espaço do fazer acadêmico, como prática pedagógica que dialoga com a comunidade e junto a ela constrói outros saberes, auxiliando no empoderamento social.

Considerando que a extensão, os ambientes de aprendizagem passam a ser considerados como todo o espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico-social vivido por diferentes atores, ampliando a sala de aula para além do ambiente físico da IES.

Considerando as potencialidades didático-pedagógicas da extensão também devem ser inseridas, efetivamente, na formação de professores, harmonizando teoria e prática universitária. A formação pedagógica deve apresentar bagagem sólida na construção de currículos que apontem metodologias extensionistas e possibilitem uma relação social interativa e dialética.

Considerando as ações de extensão podem estar inseridas como ambientes de aprendizagem ou atividades formativas nas Unidades de Aprendizagem e Certificações dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, e contribuem para o desenvolvimento das competências almejadas. Como resultado, a extensão é evidenciada na trajetória acadêmica do estudante, refletindo o seu histórico de experiências.

RESOLVE:

Art. 1º Adotar como princípios norteadores da Atividade de Extensão Universitária como ferramenta de promoção do Processo de Ensino e Aprendizagem para os Cursos de Graduação Ofertados pelo Grupo Idea de que compõe as Instituições de Ensino Superior - Faculdade Cidade de João Pinheiro:

- I. A indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, pois entende que somente um processo integrado permite uma formação completa dos sujeitos;

- II. A democratização dos saberes, por reconhecer que a educação é um direito de todos, sem distinção, e, por isso, o acesso à educação deve ser aberto;
- III. A relação de diálogo com a sociedade, já que a interação dialógica é fundamental para que todo o processo educativo possa ser irrigado pelas questões que envolvem a comunidade;
- IV. A universalização das ações de extensão, o que significa que todos os públicos podem participar do ambiente universitário e de suas ações, bem como a extensão deve ser aberta à participação de todos os estudantes e professores da universidade;
- V. A educação permanente dos sujeitos envolvidos nas ações de extensão, por se constituir como uma ação que pode acontecer em todas as etapas da vida acadêmica do indivíduo, proporcionando momentos formais e informais de formação;
- VI. O compromisso com o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, por entender que as ações de extensão, para além do compartilhamento de saberes, são fontes de geração de novos conhecimentos;
- VII. A melhoria da vida em sociedade colaborativa e solidária, por entender que a extensão possui um caráter emancipatório dos sujeitos envolvidos, que se empoderam de conhecimentos e técnicas passíveis de serem utilizadas em prol do progresso social e da melhoria da vida;
- VIII. A sustentabilidade, tanto socioambiental quanto econômico-financeira, para que o cuidado com o ambiente e com as finanças seja uma premissa dos processos de extensão;
- IX. A democracia, a horizontalidade e a transparência da gestão, permitindo que todos possam ter conhecimento do gerenciamento das ações de extensão.

Art. 2º A extensão não deve ser entendida apenas como uma prestação de serviços “extramuros”, mas como práticas em que o corpo acadêmico desenvolve suas atividades de *ensino, pesquisa e assessoria com a finalidade de atingir um público mais vasto e proporcionar as comunidades locais um acesso mais fácil a conhecimentos e técnicas que permitam melhorar a qualidade de vida.*

§ 1º Entende-se por extensão acadêmica ações que criam condições à sociedade de ter o conhecimento de domínio da faculdade, seja pela sua própria produção, ou seja, pela sistematização do conhecimento universal disponível.

§ 2º Torna-se acessível à sociedade entende-se criar recursos e condições para a apresentação de informações que facilitem a apropriação pela sociedade do conhecimento disponível.

§ 3º Tornar acessível o conhecimento existente inclui a produção de conhecimento sobre o próprio processo de acesso ao saber desde a caracterização das necessidades da sociedade e a

identificação de problemas relevantes para gerar a produção do conhecimento, até a realização de processos de disseminação do conhecimento disponível.

§ 4º A extensão é considerada como parte ou etapa de processos da produção de conhecimento e não como algo a parte desses processos. Cujas atividades de extensão deverão procurar garantir que as mesmas sejam de fato um esforço para tornar acessível o conhecimento produzido pela unidade ou do seu domínio.

§ 5º Todas as atividades de extensão deverão ser realizadas envolvendo discentes, docentes, funcionários da área técnico administrativa e sociedade civil.

Art. 3º São políticas da Extensão Universitária no âmbito da IES:

- I. Vinculação das ações de extensão ao processo de ensino e aprendizagem como componente curricular qualificador dos percursos formativos;
- II. Promoção do diálogo permanente com a comunidade na busca de soluções para os desafios sociais, articulando a produção do conhecimento e a construção de saberes com a dinâmica da sociedade;
- III. Participação de docentes, discentes e pessoas da comunidade na configuração das atividades de extensão em suas diferentes modalidades, qualificando-as por meio da formação teórica, metodológica e crítica;
- IV. Promoção da cultura, da expressão artística, do lazer e de atividades físicas e esportivas, como ferramentas pedagógicas e de promoção social, acessíveis a todos os públicos;
- V. Difusão da produção acadêmica: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural, ampliando o acesso ao conhecimento acadêmico;
- VI. Gestão participativa e descentralizada das ações de extensão, com fundamento nos princípios da democracia, da horizontalidade, da transparência e da sustentabilidade ambiental e econômico-financeira;
- VII. Avaliação das ações de extensão quanto ao mérito acadêmico e à relevância social, primando pela máxima qualidade em todos os processos;
- VIII. Articulação, promoção e desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo e inovação.

Art. 4º São considerados como modalidades de atividades de extensão, ações que atendam na íntegra o Art. 1º e Art. 2º desta normativa assim definida como possibilidade de atuação:

- I. Projetos;
- II. Cursos;
- III. Eventos de socialização cultural;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Licenciamento, cessão e fornecimento dos ativos de propriedade intelectual;
- VI. Desenvolvimento de novos empreendimentos;
- VII. Atividades formativas;
- VIII. Projetos de Pesquisa que envolvam a comunidade;
- IX. Fórum, Jornadas e Semanas acadêmicas;

§ 1º As ações de extensão universitária caracterizam-se como momentos privilegiados em que é possível estabelecer a interação dialógica entre os saberes acadêmicos e populares, dos indivíduos e das organizações, tendo como consequência a elaboração de novos conhecimentos, relevantes para a academia e para a comunidade.

Art. 5º As Atividades de Extensão Universitária serão implementados por atividades ao longo do semestre letivo, definido na matriz curricular como Projeto de Integração e Extensão (PIE), podendo também ser implementada por meio de outras atividades que não compõe o PIE especificamente.

§ 1º O PIE de cada curso de graduação ofertado pela IES, será planejado pelo coordenador do curso e o docente designado pela coordenação.

§ 2º As demais atividades de extensão que não contemplada no PIE, será planejada por qualquer docente da IES que desejar implementar uma proposta.

§ 3º Caberá ao docente designado organizar, sistematizar e implementar a proposta, fornecendo os protocolos requisitados.

§ 4º Caberá a coordenação de cada curso de graduação acompanhar o planejamento, desenvolvimento e conclusão do PIE e de qualquer outra atividade de extensão fornecer Relatório Final a Coordenação de Pós-graduação e Extensão – Coordenação Pedagógica – Coordenação Acadêmica.

Art. 6º As propostas de realização de atividades vinculadas ao PIE devem prever expressamente:

- I. A relevância acadêmica e social da atividade;

- II. A composição dos custos de responsabilidade de parceiros externos (se for o caso);
- III. Cronograma de execução da atividade;
- IV. A articulação entre teoria e prática.

Parágrafo Único: As propostas deverão seguir o modelo Anexo I.

Art. 7º Outras propostas de realização de atividade de extensão universitária que não vinculadas ao PIE devem prever os itens do Art. 6º.

§ 1º Estas atividades deverão ser organizadas por um professor que terá as mesmas atribuições do professor designado para PIE, cumprindo a mesma função descrita no § 1º e § 3º do Art. 5º.

§ 2º Caberá ao coordenador a mesma função conforme descrito no § 4º do Art. 5º.

Art. 8º Para criação de **Cursos de Extensão** denominados cursos de curta duração, os cursos de natureza livre, destinados à iniciação de estudantes em conhecimentos específicos, à atualização, complementação ou ampliação de conhecimentos, experiências e vivências, e à qualificação ou aprimoramento das habilidades profissionais específicas da atuação no mercado profissional, com ou sem a exigência de escolarização ou pré-requisitos.

§ 1º A criação do curso constitui de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático planejadas e organizadas de modo sistemático a contemplar:

- I. Nome do Curso;
- II. Carga horária;
- III. Modalidade de Oferta (Presencial | Remota | Á Distância)
- IV. Docente Responsável;
- V. Ementa do Curso;
- VI. Conteúdo Programático;
- VII. Público-alvo;
- VIII. Planilha de Custos (se houver);
- IX. Sugestão de Valores por aluno;
- X. Critérios de Avaliação;
- XI. Cronograma;

§ 2º As propostas deverão seguir o modelo Anexo II.

§ 3º Iniciado o processo de criação de um curso de extensão pelo proponente encaminhará à Coordenação de Pós-graduação e Extensão com o parecer de validação da coordenação de curso

de graduação quando vinculado a um dos cursos específicos ofertados pela IES, caso o curso não seja vinculado a um curso de graduação específico o proponente colocará em apreciação na Coordenação Pedagógica que procederá o parecer de validação.

- I. Quando o proponente for a Coordenação de Curso de Graduação de um dos cursos ofertados pela IES, o parecer de validação será apreciado pela Coordenação Pedagógica.
- II. O fluxograma do processo dar-se-á:
 - a. Elaboração da proposta pelo proponente;
 - b. Apreciação do Coordenação de Curso e/ou Coordenação Pedagógica;
 - c. Submissão a Coordenação de Pós-graduação e Extensão;
 - d. Apreciação da Coordenação de Pós-graduação e Extensão;
 - e. Apreciação da Coordenação Acadêmica;
 - f. Apreciação da Direção Geral;
 - g. Aprovada a proposta, o curso estará apto oferta mediante o parecer final emitido pela Coordenação de Pós-graduação e Extensão.

Art. 9º Para criação de atividades de extensão denominadas como **Eventos** seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º Os Eventos caracterizam-se como ações pontuais que têm por objetivo a disseminação dos conhecimentos e produtos culturais, sociais, artísticos, esportivos, científicos e tecnológicos, desenvolvidos, conservados ou reconhecidos pela IES, abertas ou destinadas a público específico. Que podem ser apresentados nos seguintes tipos:

- a. Congresso: evento de grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, composto de um conjunto de atividades que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla.
- b. Seminário: evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião, mesa-redonda, painel, ciclo de debates, circuitos, semanas acadêmicas, etc.
- c. Palestra: conversa, apresentação de ideias ou conceitos sobre determinado assunto, sem regra fixa quanto ao tempo de duração e a participação do público. Incluem-se as conferências, oficinas, workshop, etc.
- d. Exposição: exibição pública de obras de arte, produtos, serviços. Inclui feira, salão, mostra, lançamento de livros, etc.

- e. Espetáculo: demonstração pública de eventos cênicos e/ou musicais. Inclui recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical.
- f. Evento esportivo: inclui campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva.
- g. Festival: série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.
- h. Visitas: inclui as viagens e visitas de estudos e técnicas, tanto nos ambientes da universidade quanto externos.
- i. Outros: ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido. Inclui campanhas, lançamentos, inaugurações, sessões de autógrafo.

§ 2º Os eventos podem ser oferecidos a qualquer tempo, mediante planejamento prévio, nos espaços da IES ou fora deles. Podendo estar vinculados a um ou mais cursos de graduação, de pós-graduação ou a setores institucionais.

Art. 10º Para criação de Prestação Serviço seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º A Prestação de Serviço é caracterizada por ser a realização de serviços para a comunidade, a partir dos conhecimentos e técnicas desenvolvidos na universidade, seja por oferta própria ou por iniciativa de terceiros contratantes do serviço. Classificam-se como:

- a) Atendimento ao público em espaços permanentes, como os de cultura, ciência e tecnologia: espaços e museus culturais; espaços e museus de ciência e tecnologia, cineclubes e outros serviços;
- b) Serviço Eventual: consultoria, assessoria, curadoria, auditoria, respostas técnicas, desenvolvimento de produtos ou customizações, e outros;
- c) Atividades de Propriedade Intelectual: assessoria para depósito de patentes e modelos de utilidades, registro de marcas e softwares, contratos de transferência de tecnologia e registros de direitos autorais; pesquisa em banco de patentes e informação tecnológica; e outros;
- d) Exames e laudos técnicos: laudos, exames e perícias realizados pelas diversas áreas da universidade, que oferecem serviços credenciados na instituição;
- e) Atendimento jurídico e judicial: atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais;
- f) Atendimento em saúde humana: consultas ambulatoriais; consultas de emergência e urgência; internações; cirurgias; exames laboratoriais; exames secundários; outros atendimentos;
- g) Atendimento em saúde animal: consultas ambulatoriais; consultas de emergência e urgência; internações; cirurgias veterinárias; exames laboratoriais; exames secundários; outros atendimentos em veterinária;

- h) Atendimento ao público em modalidades esportivas: avaliação física, prescrição, orientação e acompanhamento na realização das modalidades esportivas;
- i) Atendimento ao público em modalidades artísticas: avaliação, orientação e acompanhamento na realização das modalidades artísticas;
- j) Atendimento pedagógico: atendimentos aos sistemas de ensino para formação, orientação ou encaminhamento de questões pedagógicas;
- k) Outros tipos de serviços demandados na dinâmica da comunidade.

§ 2º Os serviços estarão vinculados a um ou mais cursos de graduação, de pós-graduação ofertados pela IES, cabendo ao proponente indicar o vínculo da proposta.

§ 3º As práticas de atuação profissional e os estágios curriculares previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-graduação poderão caracterizar a prestação de serviços à comunidade, devendo o Coordenador do Curso apresentar o *Projeto Anual de Prestação de Serviço Assistencial*.

Art. 11º Para criação de atividades voltadas para **o licenciamento, cessão e fornecimento dos ativos de propriedade intelectual (transferência de tecnologia)** seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º O Licenciamento, Cessão e Fornecimento dos Ativos de Propriedade Intelectual caracterizam-se pela criação e proteção de um ativo de propriedade intelectual a partir do conhecimento produzido na universidade e, por conseguinte, a implementação de seu licenciamento, cessão e fornecimento para a comunidade por meio de um dos instrumentos formais de Transferência de Tecnologia, classificam-se em:

- a. *Direito autoral*: direitos de autor (obras literárias, artísticas e científicas; programas de computador; descobertas científicas); direitos conexos (interpretações dos artistas intérpretes e as execuções dos artistas executantes, os fonogramas e as emissões de radiodifusão);
- b. *Propriedade industrial*: patentes, marcas, desenhos e modelos industriais; indicações geográficas; segredo industrial;
- c. *Proteção sui generis*: topografias de circuitos integrados; cultivares; conhecimentos tradicionais.

§ 2º A Transferência de Tecnologia é o meio pelo qual uma patente, uma marca, um conjunto de técnicas, conhecimentos, metodologias e outros ativos de propriedade intelectual são transferidos, por meio de contrato, da universidade para a comunidade, permitindo a solução de problemas da sociedade e ampliando a capacidade de inovação do receptor e se dará por meio de contratos e classifica-se em:

- a. licença e cessão para exploração de patente e desenho industrial;
- b. licença e cessão para uso de marca;
- c. licença e cessão para uso de programa de computador;
- d. franquia;
- e. fornecimento de tecnologia (*know how*);
- f. serviços de assistência técnica e científica.

Art. 12º Para criação de atividade de extensão como **Projetos de Pesquisa** são aqueles que constituem de espaços para as ações que envolvam a comunidade para a problematização e a busca de respostas às demandas sociais e para o desenvolvimento sustentável.

§ 1º A proposta de extensão do Projeto de Pesquisa constitui de ações pedagógicas de caráter teórico e/ou prático planejadas e organizadas de modo sistemático a contemplar:

- I. Nome do Projeto de Pesquisa;
- II. Carga horária;
- III. Docente Responsável
- IV. Participantes Membros da Pesquisa
- V. Projeto de Pesquisa (seguindo a estrutura das normas de elaboração de trabalhos acadêmicos da IES)
- VI. Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos.

§ 2º As propostas deverão seguir o modelo Anexo III.

§ 3º A proposta de atividade de extensão de Projeto de Pesquisa seguirá o fluxograma descrito no parágrafo § 3º do Art. 8º desta normativa.

Art. 13º Para criação de atividades voltadas para o **desenvolvimento de novos empreendimentos** seguirá o mesmo procedimento descrito nos parágrafos § 1º, § 2º e § 3º do Art. 8º desta normativa.

§ 1º O Desenvolvimento de Novos Empreendimentos é caracterizado por processos de cocriação ou coprodução de novos negócios desenvolvidos em conjunto com a comunidade.

Art. 14º A gestão da Atividade de Extensão Universitária dá-se de forma participativa, ocorre de maneira descentralizada e tem seu funcionamento por meio das seguintes instâncias:

- I. Coordenação de Pós-graduação e Extensão;
- II. Coordenação Pedagógica;
- III. Coordenação Acadêmica;
- IV. Direção de Projetos;
- V. Direção Geral.

Art. 15º Todas as ações de extensão deverão compor os registros acadêmicos da instituição.

Art. 16º A oferta de qualquer atividade de extensão fora do PIE dar-se-á após a aprovação da proposta pelas instâncias previstas.

Art. 17º Definida a realização da atividade de extensão, competirá aos responsáveis implementar os procedimentos necessários para a sua execução e avaliação pedagógica informado por meio do Relatório Final seguir o modelo Anexo IV.

Art. 18º O financiamento das ações de extensão observará as dotações orçamentárias definidas institucionalmente, a participação em editais de financiamento, a realização de convênios e parcerias em cooperação com as diversas organizações da sociedade, e a receita obtida na realização das ações.

Art. 19º A avaliação da extensão objetiva o acompanhamento permanente e a qualificação das ações e dos processos (de propositura, de execução e de resultados) de extensão universitária, tendo como premissas o atendimento aos princípios e às diretrizes das atividades de extensão e o alcance e melhoria dos objetivos institucionais.

§ 1º A avaliação das ações de Atividade de Extensão Universitária especificamente a do PIE incorpora-se aos processos de avaliação institucional no tocante a parte da Avaliação Livre, a observar o mérito acadêmico, à relevância social e à viabilidade institucional.

- I. São componentes da avaliação quanto ao mérito acadêmico:
 - articulação com as atividades de ensino e de pesquisa, visando à formação teórica e prática dos estudantes;
 - compatibilização com as diretrizes/normas acadêmicas;
 - vinculação das ações de extensão com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de onde procedem ou com áreas institucionais;
 - produção de conhecimentos e metodologias, promovendo o avanço da área em que está inserida a ação de extensão.
- II. São componentes da avaliação quanto à relevância social:
 - abordagem de questões relevantes para o desenvolvimento sustentável da comunidade;
 - interação com instituições ou organismos da sociedade civil, do Estado e/ou dos movimentos sociais;
 - impactos nas comunidades envolvidas.
- III. São componentes da avaliação quanto à viabilidade institucional:
 - apresentação dos resultados do produto derivado da extensão no Seminário de Integração Universitária, Social e Comunitária.

§ 2º A avaliação das ações de Atividade de Extensão Universitária especificamente a outras modalidades incorpora-se ao aproveitamento das atividades complementares prevista na carga horária total do curso.

§ 3º Na avaliação das ações de extensão são consideradas a clareza na formulação das propostas e dos seus objetivos; as metas estabelecidas e alcançadas; a metodologia e os processos; e os resultados e impactos, os quais deverão estar expressos no Relatório Final.

Art. 20º Do **Seminário de Integração Universitária, Social e Comunitária**, trata-se de um evento específico para integração das atividades do PIE aberto a comunidade como forma de socialização entre a IES e a sociedade civil.

§ 1º A organização do Seminário é de responsabilidade da Coordenação da Pós-graduação e Extensão em conjunto com a Coordenação Pedagógica, Coordenação Acadêmica, Coordenadores de Cursos e Professores Responsáveis do PIE, assim definidas as obrigações:

- I. Sistematização do evento, programação e demanda orçamentária: Coordenação da Pós-graduação e Extensão em conjunto com a Coordenação Pedagógica e Coordenação Acadêmica;
- II. Sistematização de núcleo e definições específicas: Coordenação de Curso;
- III. Comunicação, organização junto ao alunado: Professor Responsáveis do PIE.

§ 2º O Seminário ocorrerá sempre em data definida em calendário acadêmico impreterivelmente antes do fechamento das notas da Avaliação Livre semestralmente.

Art. 21º Do envio do Relatório Final das ações de Atividade de Extensão Universitária deverá serem enviados no prazo de 10 (dez) dia após o término do evento, devendo conter impreterivelmente registros fotográficos.

Art. 22º Para a avaliação das atividades de extensão no âmbito da IES também serão considerados os indicadores pertinentes, constantes nos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Art. 23º O processo de certificação dos participantes concluintes, observadas as regras contidas na proposta para aquelas atividades não vinculadas ao PIE. Os certificados serão expedidos conforme modelo institucional e disponibilizados em formato digital, para impressão pelo interessado.

Art. 24º As disposições desta Normativa serão interpretadas, em casos de divergências, em primeira instância pelo Núcleo de Pós-graduação e Extensão, Departamento Pedagógico e Coordenação Acadêmica, em segunda instância pela Direção de Projetos e em terceira instância à Direção Geral.

Art. 25º Esta Instrução Normativa entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

Prof. Dr. Gilmar Antoniassi Junior

Departamento Pedagógico

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Me. Fredston Gonçalves Coimbra

Coordenador Acadêmico

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Dra. Daniela Cristina Silva Borges

Secretária Geral

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Prof. Dr. Paulo César de Sousa

Diretor Geral

Faculdade Cidade de João Pinheiro

Anexo I

Projeto de Extensão Universitária

Atividades Diversas | PIE

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Ano e Semestre: ***Indicar***

Curso: ***Nome***

Coordenador(a) de curso: ***Nome***

E-mail:

Professor(a) responsável: ***Nome***

2. Caracterização

Texto

3. Objetivo da atividade

Texto

4. Relevância acadêmica e social da atividade

Texto

5. Público-Alvo

Texto

6. A articulação entre teoria e prática

Texto

7. Cronograma de execução da atividade

Atividade Proposta	Forma de execução	Data Prevista	
		Início (Mês/ano)	Término (Mês/ano)

8. A composição dos custos de responsabilidade de parceiros externos (se for o caso)

Identificação	Tipo	Valor em Reais (R\$)
Total em R\$		

TRÂMITES DE APROVAÇÃO

Apreciação do Coordenação de Curso e/ou Coordenação Pedagógica:

- Aprovado
- Pendente - Correções Obrigatórias
- Negado

Apreciação da Coordenação de Pós-graduação e Extensão:

- Aprovado
- Pendente - Correções Obrigatórias
- Negado

Apreciação da Coordenação Acadêmica:

- Aprovado
- Pendente - Correções Obrigatórias
- Negado

Apreciação da Direção Geral:

- Aprovado
- Pendente - Correções Obrigatórias

Negado

Anexo II

Projeto de Extensão Universitária

Curso de Extensão

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Ano e Semestre: **Indicar**

Curso: **Nome**

Coordenador(a) de curso: **Nome**

E-mail:

Professor(a) responsável: **Nome**

E-mail:

Carga horária do curso: **X h/a**

Modalidade de Oferta: **Presencial** / **Remota** / **à Distância**

2. Ementa do Curso

Texto

3. Conteúdo Programático do Curso

Texto

4. Público-Alvo do Curso

Texto

5. Cronograma de execução do curso

Atividade Proposta	Forma de execução	Data Prevista	
		Início (Mês/ano)	Término (Mês/ano)

6. Planilha de Custos (se houver)

Identificação	Tipo	Valor em Reais (R\$)
Total em R\$		

7. Sugestão de Valores por aluno

Texto

8. Critérios de Avaliação

Texto

TRÂMITES DE APROVAÇÃO

Apreciação do Coordenação de Curso e/ou Coordenação Pedagógica:

- Aprovado
- Pendente - Correções Obrigatórias
- Negado

Apreciação da Coordenação de Pós-graduação e Extensão:

- Aprovado
- Pendente - Correções Obrigatórias
- Negado

Apreciação da Coordenação Acadêmica:

- Aprovado
- Pendente - Correções Obrigatórias
- Negado

Apreciação da Direção Geral:

- Aprovado
- Pendente - Correções Obrigatórias
- Negado

Anexo III

Projeto de Extensão Universitária

Projeto de Pesquisa

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Ano e Semestre: ***Indicar***

Curso: ***Nome***

Coordenador(a) de curso: ***Nome***

E-mail:

Professor(a) responsável: ***Nome***

E-mail:

Participantes Membros da Pesquisa:

Nome

E-mail:

Carga horária do curso: ***X h/a***

2. Projeto de Pesquisa (segundo a estrutura das normas de elaboração de trabalhos acadêmicos da IES)

Texto

3. Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos.

Vide e anexo.

Anexo IV

Propostas de realização de Atividades vinculadas ao PIE

Relatório Final

Projeto de Extensão Universitária

Nome do Projeto

1. Informações Gerais

Recorte e cola dos dados conforme o tipo de atividade proposta (Atividades Diversas | PIE – Curso de Extensão – Projeto de Pesquisa)

2. Descrição do projeto

Texto

3. Parceiros externos (se for o caso)

- Nomes

4. Atividades realizadas:

- Pesquisa exploratória de normas/julgados e dados coletados nos documentos analisados;
- Redação do resumo para apresentação no III Fórum de Iniciação Científica da Faculdade Cidade de João Pinheiro;

- Elaboração do Parecer *Aminus Curiae* e encaminhamento à Câmara Municipal de João Pinheiro.

5. Produtos resultantes do projeto:

01 – Apresentação de Paineis

Título do trabalho: Amicus Curiae como estratégia de aplicação do ensino clínico: estudo de caso no legislativo municipal

Evento apresentado: III Fórum de Iniciação Científica da Faculdade Cidade de João Pinheiro – 14 a 16 de outubro de 2020.

02 – Parecer *Aminus Curiae*

Encaminhado à Câmara Municipal de João Pinheiro no dia 25.11.2020 para análise. Apresentação do parecer em audiência pública realizada pela Câmara Municipal de João Pinheiro em primeiro de dezembro de 2020.

6. Acervo Fotográfico

Colocar as fotos aqui de cada etapa da atividade realizada com legenda descritiva da atividade.

ANEXO VI

PLANO DE AÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA EXECUÇÃO DE DISCIPLINAS A DISTÂNCIA

A Educação a Distância – EaD, é uma forma de aprendizagem que proporciona a milhares de pessoas no mundo todo adquirirem conhecimentos, independentemente de onde eles estejam. Uma modalidade que elimina as barreiras geográficas, econômicas, sociais e culturais de um indivíduo. Porém, para estruturar uma ação de educação a distância eficaz, o desenvolvimento e envolvimento da equipe que atua em EaD é fundamental.

Com a expansão da EaD, muitas instituições tiveram que se adaptar rapidamente para atender as novas exigências do mercado. Professores que trabalhavam há anos na educação presencial, tiveram que aprender a lidar com a tecnologia e com uma nova forma de ensinar. Algumas vezes os grupos que atuavam em EaD, disputavam entre si, em vez de unidos, buscarem a sensibilização dos dirigentes. O resultado disso foi que a educação a distância ficou sendo uma ilha nas universidades e instituições.

A qualificação, capacitação e o aperfeiçoamento é um entrelaçamento de ações de caráter pedagógico, devidamente vinculadas ao planejamento da instituição, que visa promover continuamente, o desenvolvimento dos colaboradores, para que desempenhem suas atividades com mais qualidade e eficiência.

COMPOSIÇÃO DA UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar da IES é composta por profissionais diretamente ligados ao controle e validade do material didático bem como da sala de aula.

Para entender a composição e o funcionamento de uma equipe que atua na execução de cursos a distância, é necessário que ressaltar que não existe um modelo único entre as organizações que oferecem esse tipo de curso. A configuração de uma equipe depende dos objetivos institucionais, demandas, recursos alocados e modalidades de atuação. Depende ainda da estrutura de gestão e do sistema de EaD adotado.

O sistema de EaD conta com uma estrutura organizacional composta de equipe técnica multidisciplinar com a finalidade de apoio na gestão pedagógica, tecnológica, tutoria acadêmica e administrativa. Essa estrutura é chamada de NEAD e tem como principais responsabilidades o planejamento da oferta de cursos, organização do AVA – ambiente virtual de aprendizagem e realização do tutorial.

O Núcleo de EaD dá apoio e no que tange a execução das disciplinas a distância.

Os profissionais que compõem a equipe são:

Coordenador do NEAD

Secretário do NEAD

Coordenador de Curso

Secretaria Acadêmica

Revisor de texto

Psicopedagogo

Analistas de T.I.

Administrador de redes e sistemas

A seguir, serão apresentados o perfil dos atores que compõe a equipe de execução das disciplinas a distância. Cabe ressaltar que os agentes descritos a seguir estão envolvidos diretamente no acompanhamento do aluno.

PROCESSOS DA EAD

Existem seis processos principais que descrevem as atividades de execução dos cursos a distância, conforme figura:



As atividades de educação a distância iniciam com um planejamento escolar, onde os polos definiram as metas de produção do ano, por modalidade de ensino e o cronograma de cursos a serem ofertados no decorrer do ano.

A equipe administrativa e pedagógica valida o planejamento e formaliza o cronograma de cursos cooperativo, organizado ainda todo o processo de tutorial que envolve desde a preparação do professore/tutor até a construção dos documentos pertinentes aos cursos.

Após essa ação, uma equipe de TI é envolvida na organização do AVA, momento em que os cursos, atividades e conteúdos de um curso são publicados e testados. Uma vez que o processo de planejamento do tutorial tenha sido finalizado e o AVA organizado, a próxima etapa é a execução do curso com base nas estratégias previstas no plano de ensino. O desenvolvimento dos cursos é acompanhado por um processo de avaliação continuada, onde os resultados são utilizados na implementação de melhoria nos programas oferecidos.

Com base no desenho dos processos e nas matrizes de competências e atribuições da equipe de EaD, foi construído um plano de ação.

ETAPAS PARA O PLANO DE AÇÃO PARA EAD

1. Concepção da disciplina – o projeto é criado sob demandas individuais ou coletivas; é proposta pelo coordenador/conteudista ou por um grupo de docentes.
2. Seleção da equipe de colaboradores e estruturação do curso - o coordenador seleciona os professores/tutores e outros técnicos com competências específicas a cada tipo de curso, de acordo com a sua forma de elaboração e planejamento. Paralelamente, ocorre a estruturação da disciplina pelos profissionais das equipes pedagógica e tecnológica, entre outros.
3. Revisão do conteúdo e de outros materiais - desde a reelaboração do texto à estruturação didático pedagógica.
4. Seleção e avaliação do conteúdo e da adequação da disposição do texto – avaliações técnicas (funcionalidade, navegabilidade, interface, etc.) e didático pedagógica.
5. Disponibilização no A.V.A.

PLANO DE AÇÃO

- Adquirir, instalar os equipamentos necessários à Implantação da infraestrutura necessária à realização das disciplinas;
- Disponibilizar os manuais para a padronização do modus operandi;
- Construir o AVA contemplando as principais ferramentas (portfólio, fóruns, atividades, exercícios, questionários avaliativos), entre outros;
- Capacitar e preparar os professores/tutores;

Etapa nº 1:

- a) Testar e aprovar a plataforma e a integração com o software de gestão acadêmica;
- b) Manter e avaliar o desempenho, continuamente.

Etapa nº 2: Adequação da parte pedagógica ao EaD

- a) Elaborar os manuais da secretaria, professor/autor, do professore/tutor e do aluno;
- b) Capacitar professores/autores para a correta elaboração dos conteúdos;
- c) Capacitar os professores/tutores para o atendimento ao aluno do EaD;
- d) Capacitar funcionários para atendimento aos alunos de disciplinas a distância;
- e) Interagir com a equipe tecnológica para definição do design do AVA;
- f) Definir os recursos e ferramentas que integrarão o AVA;
- g) Testar e aprovar as ferramentas e recursos do AVA.

Etapa nº 3: Definição do design do AVA

- a) Caracterizar o público alvo (levantamento de necessidades);
- b) Estruturar o ambiente virtual de aprendizagem conforme a caracterização do público alvo;
- c) Testar e aprovar o design do AVA;
- d) Proporcionar condições para a efetiva aprendizagem do aluno.

Etapa nº 4: Inserção dos recursos e ferramentas

- a) Selecionar os recursos e ferramentas a serem utilizados;
- b) Inserir os recursos selecionados no AVA;
- c) Testar e aprovar as ferramentas e recursos do AVA.

Etapa nº 5: Capacitação da equipe interna

- a) Preparar a equipe interna para implementação efetiva do ensino a distância;
- b) Capacitar a equipe interna;

- c) Capacitar integrantes do setor administrativo nos processos acadêmicos e outras funções;
- d) Capacitar continuamente toda a equipe.

Etapa nº6: Desenvolvimento de disciplinas para oferta no Nivelamento a distância

- a) Estabelecer os objetivos (geral e específicos) das disciplinas;
- b) Elaborar o plano de ensino da disciplina;
- c) Definir conteúdo programático, material didático, sistema de avaliação, entre outros;
- d) Acompanhar o curso em todas as fases de avaliação até a certificação.

Etapa nº7: Oferta de disciplinas na modalidade a distância

- a) Definir as disciplinas a serem ofertadas;
- b) Definir os professores e montagem do conteúdo através da SAGAH para elaboração das disciplinas;
- c) Definir os professores/tutores;
- d) Disponibilizar os conteúdos no AVA

ANEXO VII

SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

A Gestão da Qualidade pode e deve estar entre os objetivos de uma organização. Qualquer setor ou área de conhecimento necessita de ferramentas e estratégias para melhorar continuamente seus processos, visando superar as expectativas dos serviços prestados aos seus clientes.

Com o objetivo de alinhar informações e prestar todas as orientações necessárias para a excelência do trabalho desenvolvido por todos os atores responsáveis pela aprendizagem dos alunos, a IES possui diferentes tipos de materiais educacionais, cada um com uma função específica dentro do contexto. Dentre eles, destacam-se: guias e manuais; tutoriais; material didático on-line; material audiovisual entre outros.

A escolha das mídias e tecnologias a serem utilizadas nas atividades da disciplina ofertado na modalidade a distância é fator essencial para o sucesso de seu projeto, diante desta realidade a Faculdade buscou parceira para a produção do material didático. O processo de controle de produção e distribuição do material didático está formalizado através do Plano de Atualização de Material Didático o qual prevê o ideal atendimento da demanda e é mantido pelo GRUPO A - Educação, que é a empresa parceira que se responsabiliza pela produção e atualização do material didático.

O conteúdo disponibilizado pelo Grupo A é analisado pela equipe multidisciplinar do NEaD. A apresentação dos conteúdos se efetiva por intermédio dos materiais instrucionais, contextualizados e dialógicos, em diferentes formatos, linguagens

e mídias. Todas as unidades de aprendizagem são responsivas, onde seus conteúdos se ajustam ao dispositivo do aluno, permitindo que ele tenha uma experiência única de aprendizagem. Todas as unidades são acessíveis para deficientes visuais e auditivos e os alunos tem a possibilidade de salvar e imprimir todas as unidades que desejar.

As Unidades de Aprendizagem que irão compor as disciplinas tem como referencial os documentos institucionais – Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Institucional, Projeto Pedagógico do Curso e os Programas de Disciplina – que são validados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso. As decisões do NDE são repassadas ao NEAD que insere os conteúdos no A.V. A. que posteriormente ficaram disponíveis ao discente.

O processo de distribuição deste material ocorrerá coordenado pela Equipe Multidisciplinar com o intuito de garantir que este possa ser disponibilizado a todos os interessados de forma constante e ininterrupta com gerenciamento e acompanhamento, com possibilidade de acesso em qualquer equipamento que possibilite o acesso à internet realizado dentro ou fora da instituição.

Em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, o material didático deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo. Todo o material didático é organizado em consonância com o Projeto Pedagógico de Curso, com abordagem do conteúdo específico da área, indicando bibliografias básicas e complementares, atendendo às especificidades da modalidade de EAD, em particular quanto à dialogicidade da linguagem, como promotor da autonomia de estudo.

O NEAD da instituição tem como função no que se refere à distribuição de materiais didáticos:

- Acompanhamento de subsistemas relacionados à avaliação da implementação das disciplinas na modalidade a distância;

- Auxílio na formação e orientação das ações pertinentes aos professores/tutores;

A Faculdade prevê processos de avaliação e revisão periódica e continuada dos materiais didáticos, para garantir a melhoria no aspecto científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional, sua adequação aos alunos e às tecnologias de informação e comunicação utilizadas, bem como da capacidade de comunicação, entre outros.

No ambiente virtual de aprendizagem o aluno tem acesso às disciplinas do curso, podendo comentar seu conteúdo, fazer exercícios, tirar dúvidas sobre este conteúdo ou sobre questões operacionais e administrativas com professores/tutores. Pode também ler avisos e recados, participar de fóruns e chats, entrar em contato com os seus colegas, etc.

Dessa forma, o material didático institucional, disponibilizado aos alunos, permite executar a formação definida no Projeto Pedagógico de Curso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência, acessibilidade, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.

ANEXO VIII

REGULAMENTO INSTITUCIONAL DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

MANTIDA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO MANTENEDORA ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE JOÃO PINHEIRO

Capítulo I

Da Natureza

Art. 1º. Para desenvolver a oferta de disciplinas na modalidade EAD na IES, e respeitadas as metas do PDI 2021-2025, foi criada a equipe multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro, a mesma está inserida dentro Núcleo de Educação a Distância (NEAD/FCJP).

Capítulo II

Da Finalidade

Art. 2º. A Equipe Multidisciplinar da instituição prevista e em consonância com os PPC's e nomeada pela Diretoria Geral, será responsável por propor, analisar e disseminar tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância sendo a mesma responsável pela análise e distribuição do material didático no AVA.

Capítulo III

Da Constituição

Art. 3º. A Equipe Multidisciplinar, será constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, serão responsáveis pelo planejamento, orientação, supervisão e avaliação de todas as atividades que envolva a oferta de disciplinas a distância e terão um plano de ação documentado e implementado em processos de trabalho formalizados.

A Equipe Multidisciplinar possui a seguinte composição:

Coordenador NEAD

Coordenador de Curso

Secretaria Acadêmica

Revisor de texto

Psicopedagogo

Analistas de T.I.

Administrador de redes e sistemas

Coordenador do NEAD: Com o papel de mediador entre as diversas instâncias educacionais, o coordenador NEAD assume um compromisso importante com a educação. O coordenador do NEAD é responsável pela coordenação administrativa e didático-pedagógica do NEAD, que realiza a gestão dos cursos e atividades de educação a distância na Instituição, em extensão, graduação e pós-graduação.

Coordenador de Curso: O Coordenador do Curso é o responsável pela elaboração do projeto pedagógico, que deve ter seus objetivos e fundamentos bem claros e definidos. É importante destacar pontos diferenciais na concepção do curso, vinculando-o à missão da instituição de ensino e seus compromissos com a qualidade do processo educacional.

Secretaria Acadêmica: responsável pelos assuntos específicos dos alunos de da instituição, filiando-se e respeitando os ditames e regimentos institucionais instituídos para a Secretaria Acadêmica da IES.

Revisor de texto: tem como função analisar as informações constantes nos textos elaborados no âmbito da EAD em conformidade com a ABNT e da modalidade. Reelaborar textos, atribuindo-lhes elementos de concisão e coerência, quando necessário.

Psicopedagogo: Os psicopedagogos são os profissionais que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, participando da elaboração da proposta pedagógica das disciplinas oferecidas, orientando e supervisionando a elaboração e aplicação dos planos de ensino, tutoria e mediação. Atuam ainda na avaliação dos resultados. O profissional trabalha tentando entender 4 dificuldades e melhorar os processos de assimilação de conhecimento pelos discentes.

Analistas de T.I.: Tem como função administrar a infraestrutura física e lógica dos locais informatizados; definir regras de utilização de sistemas; gerenciar os recursos humanos participantes das tecnologias da informação; acompanhar e definir rotinas; controlar os serviços de sistemas operacionais e de banco de dados; estudar e buscar reduzir os impactos tanto sociais, quanto econômicos e ambientais das tecnologias da informação na organização.

Administrador de redes e sistemas: Pessoa encarregada por manter e operar computadores e/ou a sua rede. Oferecer suporte completo, configurar, manter e atualizar redes. Instalar e integrar novos hardwares de servidores e aplicativos. Monitorar a necessidade de atualizações. Garantir segurança e conectividade da rede.

Capítulo III

Das Atribuições

Art. 4º. São atividades da equipe Multidisciplinar:

- a) Manutenção sistêmica do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- b) Manutenção das funcionalidades do site da faculdade;
- c) Automatização dos processos administrativos e Adaptação para plataforma;
- d) Desenvolvimento dos projetos de das disciplinas EaD;
- e) Gerenciamento do cadastro dos professores/tutores e alunos no Ambiente Virtual;
- f) Alimentação e controle de material postado;
- g) Avaliação e monitoramento das funções do Ambiente Virtual;
- h) Controle de frequência dos professores/tutores das disciplinas à distância;
- i) Gerenciamento de disciplinas pelo controle do sistema acadêmico e da biblioteca virtual;
- j) Suporte aos acadêmicos quanto a dificuldades em relação ao uso do 5 Ambiente Virtual;
- k) Controle e monitoramento das funções do Ambiente Virtual;
- l) Análise, distribuição e inserção de material didático no AVA.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Art. 5º. A Equipe multidisciplinar deverá, sempre que necessário, expedir normas administrativas e instruções, visando à operacionalização e uniformização de procedimentos.

Art. 6º. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do NEAD ou pela Direção Geral, no âmbito de suas competências.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Conselho Superior de Administração da instituição.

PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Segue abaixo o plano de ação construído para direcionar e dar suporte as diversas etapas da estruturação dessa modalidade de ensino no que tange a Equipe Multidisciplinar.

AÇÕES	OBJETIVOS	PERÍODO
* Atendimento individual a professores EAD	* Orientar pedagogicamente os docentes quanto a projetos, avaliações, planos e outras ações de planejamento e encaminhamentos do curso.	* Diariamente de acordo com a necessidade e demanda.
* Apoio aos Coordenadores dos Cursos EAD	* Auxiliar as Coordenações e Professores nas demandas pedagógicas apresentadas.	* Diariamente de acordo com a necessidade e demanda
* Elaboração e ou melhoria de instrumentos para acompanhamento da sala de aula em AVA e encontros presenciais.	* Auxiliar as Coordenações de Cursos no monitoramento da qualidade do processo ensino aprendizagem.	* Semestralmente
* Apoio ao processo de estruturação das disciplinas em EAD norteados pelo NDE.	* Dar suporte as coordenações dos cursos que ofertam disciplinas na modalidade para revisão, reestruturação e	* Diário de acordo com a necessidade e demanda.

	implantação dos Projetos pedagógicos dos Cursos (PPC).	
* Atendimento individual ao aluno de EAD.	* Orientar pedagogicamente os alunos quanto a procedimentos desenvolvidos na EAD tendo em vista tentar prever déficit geral no período de estudo dos discentes atendendo as expectativas quanto a, avaliações, planos, professores, dificuldades de aprendizagem entre outras ações e encaminhamentos da disciplina.	* Diariamente
Análise, distribuição e inserção de material didático no AVA.	Analisar o conteúdo do material didático. Organizar a logística de liberação e de inserção do material no AVA.	* Mensalmente

ANEXO IX

VALIDAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar do NEAD da faculdade é a responsável pela aprovação do material didático que será disponibilizado pelo corpo discente dos cursos de graduação EAD.

O material didático ofertado ao nosso corpo discente provém de uma parceria com a empresa A+ Educação, Grupo SAGAH, não sendo produzido por docentes próprios. O docente irá selecionar no catálogo, as unidades de aprendizagem que vão compor o material da disciplina, observando a contextualização do conteúdo, a sequência lógica e formativa, o direcionamento para habilidades e competências e então submeter à avaliação da equipe multidisciplinar que irá validar o material. O coordenador de curso junto ao NDE então aprova e solicita ao NEAD que insira as unidades no ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

1. Da Padronização Quantitativa de Unidades de Aprendizagem por Disciplina

A equipe multidisciplinar, com anuência das coordenações acadêmica e pedagógicas e em conjunto com o NDE, definiram um padrão de número de atividades de aprendizagem para disciplina, pressupondo-se pela pequena variação do tamanho de conteúdo que elas possam apresentar, que cada unidade corresponda a aproximadamente 5 horas de estudo ao aluno:

✓ Disciplinas **formativas** com carga horária de 80 h/a: **16** unidades de aprendizagem

✓ Disciplinas formativas com carga horária de **40 h/a: 8** unidades de aprendizagem

✓ Disciplinas que apresentem **caráter multidisciplinar ou integrador**, com carga horária de **80 h/a: 12** unidades de aprendizagem base + **projeto construtivo**

✓ Disciplinas que apresentem **caráter multidisciplinar ou integrador**, com carga horária de **40 h/a: 6** unidades de aprendizagem base + **projeto construtivo**

2. Dos processos de seleção das unidades de aprendizagem

2.1) O coordenador de curso, juntamente com o RH, deverá, através de editais (em caso de seleção de novos colaboradores), ou convite, selecionar os docentes que serão responsáveis por cada disciplina do semestre seguinte.

2.2) O NEAD deverá criar a disciplina no catálogo SAGAH e cadastrar o professor (novo colaborador) ou a disciplina indicada para o professor, para que ele tenha acesso a todo o conteúdo disponibilizado pela parceira.

2.3) O docente tem um prazo de 30 (trinta) dias para verificar e selecionar as unidades de aprendizagem no catálogo, para que o coordenador de curso e NDE juntamente com o NEAD possa aprova-las. Neste prazo deverá enviar junto o plano de ensino da unidade curricular.

2.4) A equipe multidisciplinar tem 30 dias para o processo de validação das unidades de aprendizagem, que compreendem:

✓ Verificação do processo de seleção no Catálogo SAGAH

- ✓ Revisão metodológica pela equipe pedagógica e aprovação

- ✓ Revisão conceitual pela coordenação de curso e aprovação

- ✓ Envio dos links das unidades de aprendizagem para a equipe de TI proceder a criação da disciplina no AVA e posterior inserção do material didático.

- ✓ Após essa inserção ocorre uma criteriosa revisão e testes do material antes da disponibilização para o aluno.

2.5) Após a revisão feita pela coordenação do NEAD, a mesma valida a disciplina para que o setor TI realize a inserção de alunos através dos protocolos de integração entre o AVA e o SolisGE.

3. Dos processos de revisão de material didático

A revisão do material didático de cada unidade curricular deve ser realizada a cada oferta, observando a contemporaneidade, a regionalidade, a inovação técnica e tecnológica, as mudanças de processos e/ou os contextos formativos observados para os egressos da IES.

As revisões são baseadas em diversos fatores, dos quais se destacam:

3.1) Os resultados das avaliações realizadas com a comunidade acadêmica, os programas de inovação e melhoria para professores/tutores, os resultados de ouvidoria e CPA.

3.2) Da substituição de docente de uma oferta para outra.

3.3) Das inovações tecnológicas, metodológicas ou adequações de perfis de formação e egressos.

3.4) Das mudanças e portarias expedidas pelas DCN's dos cursos de graduação.

3.5) De uma nova proposta formativa institucional ou alteração do PPC do curso.

4. Das considerações finais

O material didático ofertado pela IES ao seu corpo discente é produzido pelo Grupo SAGAH, parceira contratada para fornecimento de conteúdos didáticos, além da disponibilização de uma biblioteca, chamada biblioteca A, disponibilizada para o aluno fazer pesquisas no fórum de Revisão Conceitual.

O material deverá ser selecionado pelo docente da disciplina, enviado para 244 revisão e validação das instâncias pedagógicas e acadêmicas e então aprovado ao NEAD para inserção no AVA. Caberá ao NEAD validar todo o processo e propor revisão a cada oferta, fomentada pelas pesquisas de satisfação e relatórios de avaliação de docência e tutoria, bem como de inovações tecnológicas e/ou metodológicas, alterações de PPC ou PPI, Relatórios de resultados e avaliação de processos ou novas portarias de DCNs dos cursos.